

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PABLO MIGUEL GIACOMAN RIVERA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: ANÁLISE DO
PROGRAMA DE INCLUSÃO ECONÔMICA PARA FAMÍLIAS E
COMUNIDADES RURAIS (ACCESOS) NA BOLÍVIA ENTRE 2013 E 2019**

UBERLÂNDIA

2025

PABLO MIGUEL GIACOMAN RIVERA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: ANÁLISE DO
PROGRAMA DE INCLUSÃO ECONÔMICA PARA FAMÍLIAS E
COMUNIDADES RURAIS (ACCESOS) NA BOLÍVIA ENTRE 2013 E 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus

UBERLÂNDIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G429p
2025

Giacoman Rivera, Pablo Miguel, 1982-

Políticas públicas e desenvolvimento rural [recurso eletrônico] : análise do programa de inclusão econômica para famílias e comunidades rurais (ACCESOS) na Bolívia entre 2013 e 2019 / Pablo Miguel Giacoman Rivera. - 2025.

Orientador: Clesio Marcelino de Jesus.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Economia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5180>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Economia. I. Jesus, Clesio Marcelino de, 1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 330, PPGE				
Data:	30 de junho de 2025	Hora de início:	15:00	Hora de encerramento:	17:25
Matrícula do Discente:	12312ECO008				
Nome do Discente:	Pablo Miguel Giacomán Rivera				
Título do Trabalho:	Políticas públicas e desenvolvimento rural: análise do programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS) na Bolívia entre 2013 e 2019				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Trajetória da diversidade produtiva e do desenvolvimento rural: uma análise para as principais regiões rurais do estado da Bahia, entre 2000 e 2020				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento - UFU; Profa. Dra. Cristiane Aparecida de Cerqueira - UESC; Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em conformidade com deliberação do Colegiado do PPGE e manifestação do orientador, a participação do aluno e dos membros da banca ocorreu de forma remota. A Profa. Dra. Cristiane Aparecida de Cerqueira participou desde a cidade de Ilhéus (BA) e o aluno e os demais membros da banca participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Clesio Marcelino de Jesus apresentou a Banca Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Clesio Marcelino de Jesus, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/06/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alves do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/06/2025, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Aparecida de Cerqueira, Usuário Externo**, em 09/07/2025, às 23:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6435721** e o código CRC **4DF66200**.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do caminho que percorri até aqui, muitos foram protagonistas, e não gostaria de deixar ninguém de fora destas linhas. Ainda que alguns talvez não sejam nomeados, saibam que estão representados em cada uma destas palavras.

Como sempre, agradeço em primeiro lugar ao Criador de todas as coisas, a Deus, que em sua infinita sabedoria me permitiu dissipar muitas dúvidas para tomar a decisão de correr o risco de deixar meu país e, com ele, minha zona de conforto, para seguir este sonho. Obrigado por aquele abraço nos meus dias de solidão em um país desconhecido, que me fez sentir que, na verdade, eu não estava sozinho.

Agradeço com infinito amor à minha melhor amiga e companheira de vida, a Doutora Paola De la Quintana Castellón, que foi minha embarcação segura ao iniciar esta jornada e meu porto de chegada quando olhava para o horizonte.

Aos meus pais, Humberto e Marcela, que com o coração dividido me viram partir, com alegria e orgulho, mas também com a tristeza profunda gerada pela distância e pelo tempo que não podemos estar juntos. Obrigado mais uma vez por serem o exemplo de tenacidade e perseverança que me inspira a continuar crescendo, tanto profissionalmente quanto na vida.

Às minhas irmãs, Claudia e Pamela, que são e sempre serão cúmplices das minhas aventuras e a fortaleza que me dá a certeza de que há pessoas na vida em quem se pode confiar de olhos fechados.

Aos meus sobrinhos, Ian, Sofia, Joaquin, Alba e Leonardo, que me dão a esperança de acreditar que o esforço que estamos fazendo por um futuro melhor vale a pena.

Agradeço também à Universidade Federal de Uberlândia, que me abriu as portas e me acolheu com gentileza, oferecendo-me a oportunidade de continuar minha formação profissional. Estendo esse agradecimento a todos os professores que conheci durante o mestrado, pela empatia e generosidade, aos membros do colegiado e a toda a equipe administrativa do Programa de Economia, que sempre estiveram dispostos a me ajudar.

Agradeço de maneira especial ao meu orientador, o Professor Dr. Clésio Marcelino de Jesus, pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos e conselhos, e por sua paciência inesgotável. Agradeço por ter sido mais que um professor, pois foi um amigo e um exemplo como profissional e como pesquisador.

Agradeço à CAPES, pois sem seu apoio financeiro esta pesquisa e toda a minha formação no mestrado não teriam sido possíveis.

Aos meus colegas e amigos do mestrado, com quem compartilhei mais que horas de aula, agradeço pela convivência e por criarem laços de amizade que permanecerão para sempre na memória e no coração.

Aos professores Carlos Alves do Nascimento e Cristiane Aparecida de Cerqueira, membros da banca de defesa, pelas contribuições, sugestões e observações críticas que foram incorporadas a este documento e o enriqueceram. Agradeço também ao professor Bruno Benzaquen Perosa, que em seu momento foi um grande apoio para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pequenos Tora e Blue, que, embora não compartilhem da mesma espécie, compartilham do mesmo amor.

RESUMO

O desenvolvimento rural sustentável é um dos pilares fundamentais para a promoção de sociedades mais justas, inclusivas e equilibradas, especialmente em países como a Bolívia, onde a agricultura familiar desempenha um papel estratégico na produção de alimentos, na preservação ambiental e na manutenção da identidade cultural das comunidades rurais. Nesse contexto, a presente dissertação tem como objetivo central analisar criticamente o Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS), implementado na Bolívia entre 2013 e 2019, buscando compreender seus alcances, contribuições e limitações como política pública voltada ao fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável e, em especial, da agricultura familiar. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem teórico-analítica e documental. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de desenvolvimento rural, agricultura familiar e políticas públicas, abordando também as transformações históricas e contemporâneas desses temas na América Latina e na Bolívia. Posteriormente, o trabalho concentrou-se na análise do contexto socioeconômico boliviano e nas políticas públicas implementadas desde o início do século XXI voltadas ao setor rural. Por fim, foi realizada uma análise específica do programa ACCESOS, com base principalmente em seu relatório final oficial. Os resultados da pesquisa indicam que o ACCESOS representou um esforço relevante no combate à pobreza rural e na promoção da inclusão produtiva de famílias agricultoras, por meio de iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura, acesso a mercados, fortalecimento organizacional e capacitação técnica. Contudo, também foram identificadas limitações importantes relacionadas à escassez de recursos financeiros, fragilidade institucional e dificuldades de articulação entre diferentes esferas de governo. Além disso, as contribuições do programa, ainda que positivas, mostraram-se insuficientes para resolver os desafios estruturais que historicamente afetam o setor rural boliviano. A partir desse cenário, conclui-se que, embora o ACCESOS tenha proporcionado avanços pontuais, seu impacto no fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável foi limitado, refletindo as dificuldades mais amplas das políticas públicas no país. Dessa forma, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias mais integradas e sustentáveis, capazes de consolidar a agricultura familiar como eixo central de um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e duradouro.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; agricultura familiar; Políticas públicas; inclusão produtiva; Bolívia

ABSTRACT

Sustainable rural development is one of the fundamental pillars for promoting fairer, more inclusive, and balanced societies, especially in countries like Bolivia, where family farming plays a strategic role in food production, environmental preservation, and the maintenance of the cultural identity of rural communities. In this context, the main objective of this thesis is to carry out a critical analysis of the Economic Inclusion Program for Rural Families and Communities (ACCESOS), implemented in Bolivia between 2013 and 2019, aiming to understand its scope, contributions, and limitations as a public policy aimed at strengthening sustainable rural development and, in particular, family farming. The research was conducted using a theoretical-analytical and documentary approach. Initially, a bibliographic review was carried out on the concepts of rural development, family farming, and public policies, also addressing the historical and contemporary transformations of these issues in Latin America and Bolivia. Subsequently, the work focused on analyzing the Bolivian socioeconomic context and the public policies implemented since the beginning of the 21st century aimed at the rural sector. Finally, a specific analysis of the ACCESOS program was conducted, based mainly on its official final report. The results of the research indicate that ACCESOS represented a relevant effort in combating rural poverty and promoting the productive inclusion of farming families through initiatives aimed at improving infrastructure, market access, organizational strengthening, and technical training. However, important limitations were also identified, such as a shortage of financial resources, institutional fragility, and difficulties in coordination between different levels of government. Moreover, although the contributions of the program were positive, they were insufficient to overcome the structural challenges that have historically affected the Bolivian rural sector. Based on this scenario, it is concluded that although ACCESOS generated specific advances, its impact on strengthening sustainable rural development was limited, reflecting broader difficulties within public policies in the country. Therefore, it is necessary to develop more integrated and sustainable strategies capable of consolidating family farming as a central pillar of an inclusive and long-lasting rural development model.

Keywords: Sustainable rural; Family farming; Public policies; Productive inclusión; Bolivia.

RESUMEN

El desarrollo rural sostenible constituye uno de los pilares fundamentales para la promoción de sociedades más justas, inclusivas y equilibradas, especialmente en países como Bolivia, donde la agricultura familiar desempeña un papel estratégico en la producción de alimentos, en la preservación ambiental y en el mantenimiento de la identidad cultural de las comunidades rurales. En este contexto, la presente tesis tiene como objetivo central realizar un análisis crítico del Programa de Inclusión Económica para Familias y Comunidades Rurales (ACCESOS), implementado en Bolivia entre 2013 y 2019, buscando comprender sus alcances, contribuciones y limitaciones como política pública orientada al fortalecimiento del desarrollo rural sostenible y, en particular, de la agricultura familiar. La investigación fue desarrollada a partir de un enfoque teórico-analítico y documental. Inicialmente se llevó a cabo una revisión bibliográfica sobre los conceptos de desarrollo rural, agricultura familiar y políticas públicas, abordando también las transformaciones históricas y contemporáneas de estos temas en América Latina y en Bolivia. Posteriormente, el trabajo se centró en el análisis del contexto socioeconómico boliviano y de las políticas públicas implementadas desde el inicio del siglo XXI dirigidas al sector rural. Finalmente, se realizó un análisis específico del programa ACCESOS, basado principalmente en su informe final oficial. Los resultados de la investigación indican que ACCESOS representó un esfuerzo relevante en la lucha contra la pobreza rural y en la promoción de la inclusión productiva de las familias agricultoras, mediante iniciativas orientadas a la mejora de la infraestructura, el acceso a mercados, el fortalecimiento organizacional y la capacitación técnica. No obstante, también se identificaron importantes limitaciones relacionadas con la escasez de recursos financieros, la fragilidad institucional y las dificultades de articulación entre los distintos niveles de gobierno. Además, las contribuciones del programa, si bien fueron positivas, resultaron insuficientes para resolver los desafíos estructurales que históricamente afectan al sector rural boliviano. A partir de este escenario, se concluye que, si bien ACCESOS generó avances puntuales, su impacto en el fortalecimiento del desarrollo rural sostenible fue limitado, reflejando las dificultades más amplias de las políticas públicas en el país. De este modo, se torna necesario el diseño e implementación de estrategias más integradas y sostenibles, capaces de consolidar a la agricultura familiar como eje central de un modelo de desarrollo rural inclusivo y duradero.

Palabras Clave: Desarrollo rural; Agricultura familiar; Políticas públicas; Inclusión productiva; Bolivia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Distribuição geográfica das regiões agroprodutivas na Bolívia.....	38
Figura 2 Distribuição de UPAs na Bolívia, por região e tipologia	39
Figura 3 Distribuição de terras por região e tipologia (Hectares)	41
Figura 4 PIB setor agropecuário da Bolívia (Em miles de bolivianos)	43
Figura 5 Distribuição de terras por tipologia.....	46
Figura 6 Distribuição de terras por região	47
Figura 7 Investimento total (ACCESOS)	78
Figura 8 Distribuição geográfica dos municípios beneficiários do programa ACCESOS	81
Figura 9 Mapas falantes.....	88
Figura 10 Hortas familiares (Municipio Coro Coro – La Paz).....	99
Figura 11 Currais (Municipio Papel Pampa – La Paz)	99
Figura 12 Reservorios de Agua (Municipio Patacamaya – La Paz)	100
Figura 13 Construção de Pozos (Municipio Coro Coro – La Paz).....	100
Figura 14 Tubulações e sistemas de irrigação (Municipio Yaco – La Paz)	100
Figura 15 Estábulos e alimentadores de animais (Municipio Caracollo – Oruro)	101
Figura 16 Bombas de água (Municipio Eucaliptos – Oruro)	101
Figura 17 Planta têxtil (Municipio Ayo Ayo – Oruro)	102
Figura 18 Transformação de produtos (Municipio Ayo Ayo – Oruro)	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição de UPAs na Bolívia, por região e tipologia.....	39
Tabela 2 Índice Municipal de Desenvolvimento Sustentável.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Principais projetos e programas pelas políticas públicas na Bolívia no Século XXI	70
Quadro 2 Distribuição dos municípios por Unidade Operacional Local (UOL).....	86

SUMARIO

Introdução	1
1. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural: Desafios e oportunidades a partir das Políticas Públicas	6
1.1. Introdução	6
1.2. Desenvolvimento Rural.....	8
1.3. Agricultura Familiar	20
1.4. As Políticas Públicas e seu papel no desenvolvimento rural	29
2. Agricultura familiar na Bolívia: Desenvolvimento rural e Políticas públicas.	35
2.1. Introdução	35
2.2. Contexto da agricultura familiar na Bolívia	36
2.3. Políticas públicas para a agricultura familiar na Bolívia.....	54
2.4. Rumo a uma abordagem prática: O caso do programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS).....	73
3. Análise do Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS).....	75
3.1. Introdução	75
3.2. Descrição geral e desenho do Programa ACCESOS	77
3.3. Gestão do Programa	85
3.4. Caracterização dos municípios atendidos pelo ACCESOS.....	91
3.5. Ações e iniciativas específicas de fomento do programa	97
3.6. Avaliação do programa	104
Considerações Finais	112
Referências Bibliográficas	114

Introdução

O desenvolvimento rural constitui um dos pilares fundamentais para o progresso das sociedades contemporâneas, não apenas por seu impacto na produção e na segurança alimentar, mas também por sua capacidade de gerar coesão social, por seu papel essencial na preservação dos recursos naturais e por fomentar um crescimento econômico mais equilibrado entre regiões urbanas e rurais (GUINJOAN; BADIA; TULLA, 2016; KAGEYAMA, 2004). Após ter sido historicamente relegado a um segundo plano, o meio rural experimentou transformações significativas nas últimas décadas, particularmente na América Latina, onde o fenômeno da nova ruralidade reformulou as formas tradicionais de produção, convivência e desenvolvimento (PÉREZ, 2004). Essa nova perspectiva reconhece o meio rural não apenas como um espaço agrícola, mas como um território dinâmico no qual convergem múltiplas atividades econômicas, sociais e culturais.

Com base nessas premissas, é importante agregar o conceito de sustentabilidade, que se soma à perspectiva moderna do desenvolvimento rural. Nesse sentido, o desenvolvimento rural sustentável surge como uma evolução necessária diante das limitações dos enfoques tradicionais de desenvolvimento, incorporando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural das comunidades rurais. Segundo Almeida (1995), diferentemente das visões centradas exclusivamente no crescimento econômico ou na modernização produtiva, o desenvolvimento rural sustentável estabelece como objetivo principal a melhoria das condições de vida da população rural sem comprometer os recursos e as oportunidades das gerações futuras.

Essa abordagem reconhece que o progresso econômico no meio rural deve estar acompanhado da preservação do ambiente natural, do uso racional dos recursos, da equidade social e do fortalecimento do capital humano e cultural das comunidades. Implica, ainda, uma participação ativa dos próprios atores rurais na formulação e execução das estratégias de desenvolvimento, garantindo que as ações respondam às suas necessidades reais e sejam sustentáveis a longo prazo. Nesse sentido, o desenvolvimento rural sustentável se configura como um processo dinâmico que busca equilibrar os objetivos produtivos com a conservação ambiental e a justiça social, gerando territórios

mais resilientes, inclusivos e capazes de enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas e a insegurança alimentar (MORA-ALFARO, 2013).

Dentro desses conceitos e de forma implícita, a agricultura familiar se posiciona como um elemento de elevada relevância no contexto do desenvolvimento rural. Representando um modo de vida intimamente vinculado à terra, à cultura e aos saberes ancestrais comunitários, essa modalidade produtiva pode ser considerada como o próprio núcleo do desenvolvimento rural (SCHNEIDER & ESCHER, 2014). Sua importância não se limita exclusivamente à produção de alimentos, mas também se reflete em sua contribuição para a segurança alimentar, a preservação da biodiversidade e a manutenção da identidade cultural de muitas comunidades (PENGUE, 2005). No entanto, apesar de sua relevância, esse setor enfrenta desafios estruturais persistentes: acesso limitado a recursos produtivos, serviços básicos, financiamento, assistência técnica e inserção em mercados mais competitivos (BITTENCOURT, 2020; PENGUE, 2005).

No contexto específico da América Latina, a agricultura familiar tem sido reconhecida, nas últimas décadas, como parte das estratégias para combater a pobreza rural, reduzir desigualdades territoriais e promover desenvolvimento mais inclusivo. Organismos internacionais como a CEPAL, a FAO e a FIDA têm destacado reiteradamente a importância de fortalecer esse segmento por meio de políticas públicas integrais que contemplem não apenas a produção, mas também o acesso a mercados, o desenvolvimento tecnológico, o fortalecimento organizacional e o reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e culturais das famílias produtoras (SCHNEIDER, 2016).

No caso particular da Bolívia, a agricultura familiar adquire uma relevância ainda maior. Esse país, caracterizado por uma extraordinária diversidade geográfica, cultural e ecológica, conta com uma população rural significativa, a qual de acordo com o último censo de população e habitação, representa 35,4% da população total (INE, 2024). Composta principalmente por comunidades indígenas e camponesas cuja economia gira em torno da produção familiar e comunitária (EYZAGUIRRE, 2015; VARGAS, 2017). De fato, a agricultura familiar na Bolívia é responsável por mais de 90% da produção de alimentos básicos que compõem a dieta nacional, constituindo-se assim no suporte essencial da segurança alimentar do país (TITO & WANDERLEY, 2021). Essa centralidade da agricultura familiar no aparato produtivo boliviano é inseparável dos processos históricos, econômicos e políticos que moldaram o desenvolvimento rural ao longo das últimas décadas.

Nesse contexto, as políticas públicas orientadas ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento da agricultura familiar desempenham papel determinante. A Bolívia passou, no século XXI, de políticas fragmentadas e insuficientes para uma tentativa de construção de estratégias mais integrais e inclusivas (PEREZ, 2017). A implementação de marcos normativos específicos, como a Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária e a Lei da Mãe Terra, juntamente com programas voltados ao fortalecimento do acesso a recursos, assistência técnica, financiamento e comercialização, representaram esforços significativos para reverter a marginalização estrutural do setor rural. No entanto, esses avanços coexistiram com limitações evidentes, como dificuldades na articulação interinstitucional, deficiências em infraestrutura e persistentes desigualdades sociais e econômicas que afetam grande parte da população rural (MARCA, 2019).

No âmbito das políticas públicas implementadas na Bolívia ao longo deste novo século, destaca-se o Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS), implementado entre 2013 e 2019, que constitui o eixo central deste trabalho. Essa iniciativa foi selecionada como objeto de estudo para a presente pesquisa por englobar parte das estratégias governamentais das últimas décadas na Bolívia direcionadas ao setor rural em geral e às famílias dedicadas à agricultura familiar em particular, abordando a problemática do desenvolvimento rural boliviano, com especial ênfase na inclusão das famílias rurais nos processos econômicos, sociais e produtivos.

O problema central que motivou a realização deste trabalho concentra-se no fato de que o desenvolvimento rural na Bolívia, e a agricultura familiar em particular, enfrenta uma série de desafios multifacetados que ameaçam sua sustentabilidade e seu progresso. Diante das dificuldades, a pergunta que orienta esta pesquisa é: de que forma e em que medida as políticas de inclusão econômica e, em especial, o programa ACCESOS contribuem para o desenvolvimento econômico do setor e para a melhoria significativa do nível de vida de seus habitantes? Ademais, complementando a problemática desta investigação, torna-se necessário discutir se os resultados alcançados a partir da implementação desse programa contribuem efetivamente para o desenvolvimento rural dos territórios selecionados e se tal contribuição é de fato significativa.

A partir dessa problemática, adota-se a hipótese de que o Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS), enquanto política pública, constitui um instrumento importante para promover o desenvolvimento socioeconômico

da agricultura familiar na Bolívia, especificamente nos territórios selecionados, estabelecendo melhores condições de vida para a população envolvida.

Dessa forma, o presente trabalho adotou como objetivo central realizar uma investigação analítica do ACCESOS, implementado na Bolívia entre 2013 e 2019, abordando-o desde sua criação e fase de execução até a análise dos resultados gerados, com o propósito de avaliar suas implicações, contribuições e limitações no âmbito do desenvolvimento rural sustentável, especialmente em relação à agricultura familiar e às políticas públicas destinadas ao fortalecimento do setor rural.

Estabelecem-se como objetivos específicos: a contextualização teórica do desenvolvimento rural, da agricultura familiar e das políticas públicas, destacando sua inter-relação e relevância no contexto latino-americano e boliviano; a caracterização do ambiente socioeconômico rural boliviano, incluindo as principais problemáticas, potencialidades e dinâmicas que afetam as comunidades agrícolas familiares. De maneira específica, em relação ao programa ACCESOS; descrever os componentes, objetivos e mecanismos de implementação do programa, identificando estratégias de intervenção e os atores institucionais envolvidos; e analisar a articulação do programa com as políticas públicas de desenvolvimento rural, avaliando sua coerência, alcance e influência na formulação de futuras políticas orientadas à equidade e à sustentabilidade rural na Bolívia.

A fim de atingir os objetivos do trabalho foi utilizada uma abordagem metodológica de natureza teórica e empírica. Parte-se, inicialmente, de uma revisão bibliográfica de autores que pesquisam desenvolvimento rural e políticas públicas, sua função e os alcances de aplicação, especificamente em países da América Latina e, de forma particular, na Bolívia. A pesquisa aprofunda na temática relacionada à agricultura familiar e à aplicação das políticas públicas neste setor. Na sequência analisou documentos e autores que discutem as políticas voltadas para o meio rural na Bolívia. Por fim, realizou-se um estudo específico do programa ACCESOS e dos resultados alcançados a partir de sua aplicação. Para o desenvolvimento específico deste ponto, foi utilizada uma metodologia de estudo bibliográfico baseada no relatório final do programa.

Seguindo a metodologia, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo oferece uma revisão teórica e conceitual sobre o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e o papel das políticas públicas. Nele são exploradas as transformações históricas do conceito de desenvolvimento rural, desde as perspectivas

tradicionais até a concepção moderna da nova ruralidade, aprofundando-se nas características, desafios e potencialidades da agricultura familiar no contexto latino-americano. Além disso, são analisados os fundamentos teóricos das políticas públicas e sua importância para a promoção do desenvolvimento rural inclusivo.

O segundo capítulo centra-se no caso particular da Bolívia, apresentando um panorama geral da agricultura familiar no país, suas principais características, sua distribuição territorial e sua relevância econômica, social e cultural. Ademais, é realizada uma análise das principais políticas públicas implementadas pelo Estado boliviano desde o ano 2000, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento rural e melhorar as condições de vida da população rural, em especial dos pequenos produtores familiares.

Por fim, o terceiro capítulo é dedicado à análise específica do Programa ACCESOS, abordando seu desenho, objetivos, implementação e resultados. É realizada uma avaliação crítica sobre seus alcances e impactos, tanto em nível econômico quanto social, considerando as conquistas alcançadas, mas também suas limitações e os desafios ainda existentes em matéria de desenvolvimento rural na Bolívia. A partir da revisão e interpretação dos resultados, foi realizada uma contribuição significativa de ordem qualitativa, estabelecendo uma comparação entre os resultados alcançados pelo programa e a realidade atual, tanto econômica quanto social, do setor rural na Bolívia, identificando as limitações do programa ACCESOS em sua busca por melhorar as condições das comunidades rurais bolivianas, uma situação que reflete a realidade geral das políticas públicas implementadas nesse âmbito no país.

Esse percurso busca proporcionar uma compreensão integral da relação entre desenvolvimento rural, agricultura familiar e políticas públicas, destacando o caso boliviano como exemplo dos esforços, mas também das dificuldades, para construir um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e coerente com a diversidade territorial e cultural do país. A articulação desses elementos permitirá não apenas avaliar os resultados concretos das políticas implementadas, mas também refletir sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento do setor rural boliviano no futuro próximo.

1. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural: Desafios e oportunidades a partir das Políticas Públicas

1.1. Introdução

O desenvolvimento rural é um processo que tem como objetivo melhorar as condições de vida das comunidades rurais, abrangendo diversas dimensões, desde a econômica e social até a ambiental e cultural, com o propósito de promover um crescimento equitativo e sustentável que possa perdurar ao longo do tempo. É por isso que, dentro do contexto econômico, é um tema que tem inspirado muitas pesquisas e que continua sendo objeto de análise contemporânea devido às suas diversas transformações ao longo do tempo, que sempre geram novos debates.

Por sua vez, a agricultura familiar é caracterizada por ser um modelo produtivo em que a família gere e trabalha diretamente a terra, integrando suas atividades econômicas com a vida familiar e comunitária. Este tipo de agricultura é predominantemente rural e se distingue pela diversidade de cultivos, pelo uso de técnicas agrícolas tradicionais e pela produção em pequena escala, que, embora voltada para o autoconsumo, também pode participar de mercados locais e regionais. Apesar das limitações que enfrenta, como o acesso restrito a recursos financeiros, tecnológicos e de infraestrutura, a agricultura familiar desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na sustentabilidade dos ecossistemas rurais.

Sendo assim, a agricultura familiar emerge como um pilar fundamental no desenvolvimento rural, não apenas por sua contribuição para a produção de alimentos, mas também por seu papel na preservação da biodiversidade, na coesão social e na transmissão de conhecimentos tradicionais que são essenciais para a identidade cultural das comunidades rurais. A inter-relação entre desenvolvimento rural e agricultura familiar é evidente quando se considera o impacto que esse setor tem na economia local e na coesão social das comunidades rurais. A agricultura familiar gera ocupação, fortalece as economias locais e contribui para a estabilidade social ao enraizar as famílias em seus territórios. Além disso, por estar baseada em uma profunda conexão com a terra, promove práticas agrícolas sustentáveis que respeitam os ciclos naturais e preservam os recursos naturais para as futuras gerações. Isso a torna uma aliada estratégica na luta contra as mudanças climáticas e na promoção de um desenvolvimento rural que não seja apenas economicamente viável, mas também ambientalmente responsável e socialmente inclusivo.

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar adquire uma importância crucial. Essas políticas devem ser projetadas para superar as barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares, como a falta de acesso a mercados, crédito, assistência técnica e proteção social. É necessário um enfoque integral que reconheça as múltiplas dimensões do desenvolvimento rural e que promova a inclusão dos agricultores familiares nas cadeias de valor, garantindo que seus produtos cheguem aos consumidores com um valor agregado que reflita sua origem e a qualidade das práticas empregadas em sua produção. A criação de políticas públicas que favoreçam a agricultura familiar não só contribui para a sustentabilidade econômica das comunidades rurais, como também fortalece a resiliência dessas comunidades diante dos desafios globais, como as mudanças climáticas, a volatilidade dos mercados e as crises alimentares. Essas políticas devem ser elaboradas em colaboração com as comunidades rurais, reconhecendo seus saberes, práticas e necessidades, e devem ser acompanhadas de um marco normativo que garanta sua implementação efetiva e sua adequação aos contextos locais.

O desenvolvimento rural sustentável está intrinsecamente ligado ao fortalecimento da agricultura familiar. Este setor não apenas tem o potencial de melhorar as condições de vida no campo, mas também desempenha um papel essencial na preservação do meio ambiente e na construção de um futuro mais equitativo e justo para as gerações futuras. A implementação de políticas públicas que apoiem a agricultura familiar é, portanto, uma estratégia fundamental para alcançar um desenvolvimento rural que seja inclusivo, sustentável e capaz de enfrentar os desafios do século XXI.

É por isso que foi desenvolvido este capítulo, dividindo-o em quatro partes, incluindo esta introdução como a primeira seção. A segunda seção refere-se ao desenvolvimento rural em geral, apresentando uma definição conceitual deste, um percurso histórico de seus antecedentes mais importantes no último século, uma perspectiva a partir da nova visão gerada sobre este tema atualmente, a partir de um conceito denominado nova ruralidade, e finalizando com uma análise sobre a importância do desenvolvimento rural no contexto do desenvolvimento socioeconômico em geral. Em seguida, na terceira seção, é descrita a agricultura familiar, começando com uma revisão teórica sobre suas diferentes definições conceituais, a partir da perspectiva de diferentes autores e até mesmo o manejo da definição em diferentes regiões; além disso, pretende-se determinar os desafios e oportunidades mais relevantes deste setor, realizando uma análise exclusivamente do caso da América Latina, e, finalmente, aborda-se a conexão existente entre a agricultura

familiar e o desenvolvimento rural. Na quarta e última seção deste capítulo, é abordado o tema das políticas públicas, desenvolvendo uma definição conceitual e estabelecendo a importância dessas no contexto rural, principalmente na agricultura familiar.

Assim, por meio desta revisão teórica e conceitual sobre o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e as políticas públicas, busca-se estabelecer um contexto geral sobre os temas que serão explorados ao longo desta pesquisa e desenvolvidos nos próximos capítulos. A investigação se aprofundará em uma análise mais específica desses mesmos temas dentro do território boliviano, por meio de um estudo detalhado das políticas públicas aplicadas no último século no país, com foco no setor rural e voltadas para promover o desenvolvimento socioeconômico dessa parcela da população.

1.2. Desenvolvimento Rural

1.2.1. O desenvolvimento rural sob uma perspectiva geral

O desenvolvimento rural é um conceito amplo e multifacetado que abrange um conjunto de iniciativas, políticas e práticas destinadas a melhorar a qualidade de vida e as condições econômicas das pessoas que habitam essas regiões. Em termos gerais, o desenvolvimento rural refere-se aos processos de desenvolvimento econômico e social em regiões fora das áreas urbanas e metropolitanas, com o objetivo de reduzir a pobreza, melhorar a infraestrutura, aumentar as oportunidades de emprego e promover a sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento rural tem sido um conceito fundamental no planejamento e nas políticas econômicas ao longo da história, onde tradicionalmente a agricultura tem sido a principal atividade econômica, focando na modernização e diversificação dessa atividade, abrangendo não apenas o crescimento econômico, mas também contribuindo para o bem-estar geral das comunidades rurais (BARRIL, 2002).

Para Van Der Ploeg et al. (2000), o desenvolvimento rural parte da concepção de reconfigurar a dinâmica camponesa e agrícola, incentivando a população rural a se adaptar às demandas da sociedade, com foco na criação permanente de novos produtos e no desenvolvimento paralelo de novos mercados, incluindo ainda estratégias adequadas para a redução de custos no processo, por meio de inovações e uso adequado da tecnologia. Além disso, o desenvolvimento rural deve ser um processo dinâmico, com participação comunitária ativa, que não se concentre apenas na produção agrícola, mas que adote uma abordagem multidimensional, permitindo melhorar significativamente as condições de vida da população rural, por meio da diversificação econômica, mas também

da melhoria coletiva do setor, implementando melhorias substanciais e de longo prazo, como melhores acessos às áreas urbanas através da construção de estradas, a melhoria da infraestrutura no campo e a implementação de tecnologia.

Nesse sentido, pode-se destacar, como menciona Chambers (1984), que o desenvolvimento rural não é algo que ocorra espontaneamente, mas que requer um planejamento deliberado e estratégico. Isso significa que deve haver uma intervenção consciente e organizada para promover o desenvolvimento nas áreas rurais, baseada em uma análise cuidadosa das necessidades e oportunidades específicas dessas comunidades. Esse autor ressalta que o desenvolvimento rural abrange tanto aspectos econômicos quanto sociais e não se trata apenas de aumentar a renda ou a produção econômica, mas também de melhorar as condições de vida de maneira mais ampla, reconhecendo que as populações rurais são frequentemente as mais desfavorecidas e marginalizadas. O objetivo do desenvolvimento rural é indubitavelmente empoderar essas comunidades, reduzindo assim as disparidades entre o campo e a cidade, com foco na redução progressiva e constante da pobreza, promovendo a participação das comunidades rurais no seu próprio desenvolvimento.

Por outro lado, é importante entender que o desenvolvimento rural não é um evento único ou de curto prazo, mas sim um processo contínuo e dinâmico que envolve a transformação constante das estruturas sociais e econômicas nas áreas rurais. Este processo busca melhorar as condições de vida das comunidades rurais de maneira sustentável e equitativa. Para alcançar esse objetivo, é fundamental fortalecer as capacidades locais, o que inclui o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e recursos dentro das comunidades rurais para que possam gerir seu próprio desenvolvimento (LONG; VAN DER PLOEG, 1994).

Long & Van Der Ploeg (1994) coincidem com a visão de Chambers (1984), no sentido de que a ideia é capacitar as comunidades para que sejam protagonistas de seu próprio progresso, promovendo a participação e a autogestão, implementando projetos que envolvam as comunidades locais no planejamento e execução de atividades econômicas diversas. Esses projetos podem incluir desde a construção de infraestrutura básica até programas de capacitação em habilidades técnicas e de gestão empresarial. Incentivando assim a participação ativa dos membros da comunidade em todas as etapas do processo de desenvolvimento, o que garante que as intervenções sejam relevantes e sustentáveis, e que reflitam as necessidades e aspirações locais.

É importante destacar que, todos os autores mencionados acima concordam de maneira unânime em que o objetivo final do desenvolvimento rural é melhorar o bem-estar das comunidades rurais, abrangendo uma ampla gama de aspectos, incluindo principalmente a melhoria da infraestrutura (como estradas, água potável e eletricidade), o acesso a serviços básicos (como educação e saúde), e a promoção de uma maior equidade social, incluindo também a sustentabilidade ambiental e a preservação dos recursos naturais dos quais as comunidades rurais dependem.

Para Ellis & Biggs (2001), o desenvolvimento rural deve ser abordado a partir de uma perspectiva multidimensional, que considere os diversos fatores que afetam a vida rural. Isso inclui fatores econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Ou seja, uma abordagem integral que, nas palavras dos autores, é necessária para abordar as complexas interações e dinâmicas nas áreas rurais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural é um processo que implica mudanças fundamentais na estrutura das economias rurais. Essas mudanças estruturais abrangem a modificação da base econômica, social e tecnológica das comunidades rurais, o que leva a uma diversificação das atividades econômicas e, consequentemente, uma diversificação das fontes de renda. Em vez de depender exclusivamente da agricultura, as economias rurais devem diversificar-se para incluir uma variedade de atividades econômicas, como pequenas empresas, comércio, serviços, manufatura, turismo e outras formas de geração de renda. Essa diversificação é crucial para reduzir a vulnerabilidade econômica das comunidades rurais, que devem ser capazes de se adaptar às mudanças e desafios, como as flutuações do mercado, as mudanças climáticas e as crises econômicas. Por isso, a diversificação das fontes de renda é uma estratégia chave para aumentar a resiliência das comunidades rurais frente a essas incertezas. Coincidindo com Van Der Ploeg et al. (2000), Ellis & Biggs (2001) ressaltam a importância da participação ativa das comunidades rurais no processo de desenvolvimento, enfatizando que as decisões devem ser tomadas em colaboração com os residentes rurais, garantindo que suas necessidades e prioridades sejam ouvidas e atendidas.

Outra definição que concorda com os autores acima mencionados é a de Kageyama (2004), que sustenta que o desenvolvimento rural deve ser abordado a partir de uma perspectiva multidisciplinar, integrando áreas como economia rural, sociologia rural, geografia rural e demografia. Argumenta que uma abordagem única não é suficiente para capturar a complexidade das áreas rurais e seus processos de desenvolvimento. A partir dessa lógica, a autora conceitua o desenvolvimento rural realizando uma

decomposição de seus elementos, que, de acordo com sua perspectiva, são: o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida da população rural, a participação política e social dos agentes envolvidos e a preservação do meio ambiente, entre outros. Para entender melhor sua interpretação, menciona que o desenvolvimento rural é composto por um desenvolvimento exógeno, outro endógeno e, finalmente, uma combinação de ambos os enfoques.

Segundo Kageyama (2004) O desenvolvimento exógeno baseia-se na ideia de que o desenvolvimento rural é impulsionado por forças externas à comunidade rural, como políticas governamentais, investimentos estrangeiros e tecnologias importadas. Um exemplo típico é a modernização agrícola promovida pelo estado para estimular o desenvolvimento rural. Enquanto o desenvolvimento endógeno, em contraste, foca nos recursos e capacidades locais. Essa abordagem enfatiza o papel crucial dos atores e instituições locais no processo de desenvolvimento. Foca em aproveitar e fortalecer os recursos endógenos da comunidade, como o conhecimento local, as práticas culturais e os recursos naturais disponíveis. A autora ainda reconhece a importância de uma combinação de ambos os enfoques. Nesse modelo, o desenvolvimento rural é o resultado da interação entre forças internas e externas. Os atores locais participam ativamente em redes tanto locais quanto globais, o que permite uma adaptação mais flexível e eficaz às oportunidades e desafios do ambiente.

Sob uma perspectiva mais moderna, Schneider (2010) afirma que o desenvolvimento rural deve ser compreendido como um processo dinâmico e integral, que transcende o crescimento agropecuário, incorporando dimensões territoriais, econômicas, sociais e ambientais. O desenvolvimento rural não pode ser reduzido apenas ao aumento da produção agrícola, mas deve incluir a diversificação das atividades econômicas, a geração de empregos no meio rural e a consolidação de redes de cooperação entre os atores locais. A partir de uma abordagem territorial, o desenvolvimento rural depende da capacidade dos agentes locais de se articularem e gerarem sinergias, aproveitando os recursos endógenos e fortalecendo os vínculos entre o campo e a cidade. Isso implica a adoção de estratégias que combinem abordagens ascendentes, baseadas na participação da comunidade rural, com abordagens descendentes, oriundas de políticas públicas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o desenvolvimento rural deve contemplar não apenas a modernização agrícola, mas também o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação produtiva e o incentivo a indústrias e serviços vinculados ao

meio rural. A geração de empregos em atividades não agrícolas, a melhoria da infraestrutura e a valorização do capital social e cultural dos territórios rurais são elementos fundamentais para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Em relação à percepção desses autores, podemos concluir que o conceito de desenvolvimento rural é complexo e multifacetado, abrangendo dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Ele se foca não apenas no crescimento econômico, mas também na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais por meio da diversificação das fontes de renda e da participação ativa dos residentes locais. Essa abordagem integral busca fortalecer as capacidades locais, promover a equidade e assegurar a sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento rural bem-sucedido envolve tanto a intervenção de forças externas quanto o aproveitamento dos recursos e conhecimentos locais, promovendo um progresso equilibrado e sustentável. Existe uma evolução permanente do conceito global de desenvolvimento rural, que se adapta à realidade e à conjuntura vigentes ao longo do tempo, conceitos que desenvolveremos a seguir.

1.2.2. As bases do desenvolvimento rural ao longo do tempo, antes do novo século

Historicamente, o desenvolvimento rural remonta às primeiras civilizações agrícolas, uma vez que as comunidades rurais sempre foram a base da produção de alimentos e outros recursos essenciais. Por isso, desde o início dos anos de 1930, em países como os Estados Unidos de América (EUA), foram promovidos importantes iniciativas que impulsionavam a participação das comunidades rurais no planejamento e no uso dos recursos locais. Esse tipo de iniciativa foi replicado em outros países não americanos, principalmente na Ásia e na África, no início dos anos 1950, e no final dessa mesma década começaram a ser estabelecidos programas com essas bases na América Latina, focados principalmente em áreas com altos índices de pobreza e populações indígenas pouco integradas à sociedade. No entanto, o conceito moderno de desenvolvimento rural começou a tomar forma durante a Revolução Industrial no século XIX, quando se reconheceu a necessidade de melhorar as condições de vida e de trabalho nas áreas rurais para sustentar o crescimento urbano e industrial. Posteriormente, já no século XX, o desenvolvimento rural ganhou importância no âmbito das políticas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento. Durante a década de 1960, os programas de desenvolvimento rural se centraram na modernização da agricultura através da

introdução de novas tecnologias, sementes melhoradas e práticas agrícolas mais eficientes. Esses esforços foram impulsionados por instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e alimentação (FAO) (BARRIL, 2002).

No final dos anos 1960 e durante a década de 1970, o enfoque começou a mudar para uma visão mais abrangente do desenvolvimento rural, que incluía não apenas o crescimento econômico, mas também a melhoria dos serviços sociais e da infraestrutura, uma vez que ocorreu uma importante revolução no papel da agricultura no desenvolvimento. Esse setor passou a ser considerado um motor importante do crescimento econômico e social. Essa mudança de enfoque se refletiu na criação de programas de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), que abrangiam a educação, a saúde, a habitação e a infraestrutura básica, além da agricultura. Foi introduzido um novo enfoque de desenvolvimento baseado na ideia de crescimento com equidade, e essa mudança de perspectiva implicou que o crescimento do PIB por si só já não era considerado suficiente para um desenvolvimento bem-sucedido, visto que, apesar dos altos níveis de crescimento econômico alcançados por muitos países, a desigualdade entre ricos e pobres continuou aumentando. Nesse novo contexto, os pequenos agricultores ganharam maior relevância, e o desenvolvimento passou a se concentrar não apenas no crescimento econômico, mas também em atender às necessidades dos agricultores (SERFILIPPI ET AL., 2018).

A década de 1980 foi um período crítico para o desenvolvimento rural a nível global. Segundo o World Bank (2005), muitas das organizações financiadoras do desenvolvimento rural, como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aumentaram significativamente a porcentagem de fundos destinados a este setor, apoiadas na nova tendência do (DRI), concentrando seus esforços em incentivar o desenvolvimento de pequenos produtores. É importante ressaltar também que um sinal importante desse apoio foi a criação, nessa década, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Com essas novas iniciativas, vislumbrava-se um surgimento significativo do setor rural e um empoderamento do mesmo com vistas ao futuro; no entanto, as coisas não aconteceriam exatamente dessa maneira, pois, embora essas medidas gerassem mais oportunidades, também ocasionariam novos obstáculos. Movimentos importantes, como a Revolução Verde, que já havia surgido alguns anos antes, ganharam mais força. Segundo Campagnolla; Macêdo (2022), esse movimento implicou a introdução de variedades de cultivos de alto rendimento, o uso intensivo de

fertilizantes químicos e pesticidas, e a expansão da mecanização agrícola. Embora a Revolução Verde tenha aumentado significativamente a produção agrícola, também apresentou desafios em termos de sustentabilidade ambiental e equidade social, gerando problemas talvez maiores do que as oportunidades que oferecia.

Além disso, surgiram problemas como a crise da dívida, que afetou muitos países, especialmente aqueles em vias de desenvolvimento, principalmente na América Latina e na África, que enfrentaram graves dificuldades para pagar suas dívidas externas. Essa crise teve suas raízes em vários fatores econômicos e financeiros, tanto internos quanto externos, que levaram a uma situação em que os países devedores não conseguiam cumprir com suas obrigações de serviço da dívida, ou seja, o pagamento de juros e a amortização do principal dos empréstimos. Como resposta a essa crise, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BM ofereceram pacotes de resgate aos países afetados, mas em troca da implementação de programas de ajuste estrutural. Esses programas incluíam medidas como a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais, a redução dos gastos públicos e a desvalorização das moedas (WORLD BANK, 2005).

Essas políticas de ajuste estrutural trouxeram consigo profundos impactos sociais devido a uma recessão profunda que, de forma inerente, afetou os interesses progressistas do desenvolvimento rural. Por isso, a década de 1980 foi um período de mudanças significativas e desafios para o desenvolvimento rural. As políticas de ajuste estrutural, a evolução da Revolução Verde, o surgimento do movimento de soberania alimentar e os avanços na tecnologia da informação desempenharam papéis cruciais na configuração do desenvolvimento rural durante esse período. Além disso, as abordagens participativas e as políticas de reforma agrária sublinharam a importância de um desenvolvimento inclusivo e equitativo. Esses eventos e tendências deixaram um legado duradouro nas políticas e abordagens de desenvolvimento rural, destacando a necessidade de enfoques sustentáveis e centrados na comunidade para enfrentar os desafios.

Na década de 1990, experimentaram-se uma série de transformações econômicas, sociais e políticas que influenciaram significativamente a vida das comunidades rurais a nível global. Para Serfilippi et al. (2018), esses elementos permitiram um reordenamento das economias na maioria dos países e estabeleceram um novo cenário macroeconômico, onde o principal objetivo era a redução da pobreza, através de programas de desenvolvimento, tentando aumentar significativamente a rentabilidade, colocando grande ênfase na agricultura como um meio essencial para alcançar esse propósito, com

a ideia de aumentar as exportações e reduzir ao máximo as importações, o que claramente levou a um maior desenvolvimento rural.

Este período foi marcado pelo surgimento de movimentos sociais, pela globalização econômica e tecnológica e, sobretudo, pela implementação de novas políticas de desenvolvimento que buscavam uma mudança estratégica e um ajuste estrutural, com o objetivo de direcionar o desenvolvimento rural após os problemas ocorridos na década anterior. Também influenciaram essa reestruturação as mudanças políticas e geopolíticas que estavam ocorrendo em diferentes partes do mundo, como, por exemplo, a queda do bloco soviético e o fim da Guerra Fria. Além disso, na América Latina e na África, muitos países passaram por transições para democracias mais estáveis, o que também influenciou na implementação de políticas de desenvolvimento rural mais inclusivas e participativas. Um dos pontos-chave nesse processo foi a identificação de que os setores rurais verdadeiramente pobres não eram os mais beneficiados, apesar do aumento das atividades agrícolas, pois os esforços haviam se concentrado em desenvolver uma agricultura industrial que pudesse atender às necessidades estatais para alcançar as exportações que permitissem ocupar os mercados internacionais. Nesse sentido, os organismos de cooperação financeira (BID, BM, UE, FIDA) começaram a condicionar seu apoio à aplicação de políticas públicas voltadas precisamente para os setores mais vulneráveis (BARRIL, 2002).

Apesar dos grandes avanços, o desenvolvimento rural na década de 1990 também enfrentou inúmeros desafios. A pobreza rural persistiu em muitas regiões, exacerbada pela desigualdade no acesso a recursos e oportunidades, o surgimento de novos conflitos armados e a instabilidade política gerada por conflitos sociais, dificultando a implementação de programas de desenvolvimento. Além disso, a degradação ambiental e as mudanças climáticas emergiram como ameaças significativas para a sustentabilidade do desenvolvimento rural (CEPAL et al., 2019)

Em conclusão, esses últimos anos do século XX se constituíram em um período de profundas mudanças na economia em geral e, por conseguinte, no desenvolvimento rural, que, apesar dos desafios enfrentados, estabeleceu um importante precedente para o início do novo século.

1.2.3. Uma nova visão sobre o desenvolvimento rural.

Embora o conceito tradicional de desenvolvimento rural no século XX estivesse principalmente associado ao aumento da produtividade agrícola e à melhoria das condições de vida nas áreas rurais a partir disso, nas últimas décadas, esse conceito evoluiu. A compreensão do desenvolvimento rural se expandiu e diversificou, abrangendo uma ampla gama de aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Esse novo conceito é abordado por muitos autores, como de Azevedo et al. (2013), Ploeg et al. (2000), Guzman Casado et al. (2000) e Ortega (2008), em diversas pesquisas sob o termo "nova ruralidade". A nova ruralidade redefine o desenvolvimento rural ao incorporar dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, adaptando estratégias às mudanças globais e locais. Segundo Van Der Ploeg et al. (2000), historicamente, o desenvolvimento rural se baseou em uma visão clássica que enfatiza a modernização agrícola e a redução da diferença entre áreas urbanas e rurais, centrando-se na intensificação da produção agrícola, na melhoria da infraestrutura rural, na provisão de serviços básicos e na promoção da industrialização em áreas rurais. No entanto, esse modelo demonstrou ser limitado, especialmente no contexto de globalização e mudança tecnológica acelerada. Em contraste, a nova ruralidade surge como uma resposta às limitações do enfoque tradicional, incorporando uma perspectiva mais holística que considera as áreas rurais não apenas como espaços de produção, mas como lugares com identidade própria, capacidades e desafios únicos.

O IICA (2000) refere-se à nova ruralidade como um processo de transformação das sociedades rurais e suas unidades territoriais, um processo que está centrado nas pessoas, é participativo e busca superar desequilíbrios sociais, econômicos, institucionais, ecológicos e de gênero, além de ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano.

Ortega (2008), menciona que, a nova ruralidade baseia-se na necessidade de conceituar e reformular as políticas públicas e privadas que afetam esse setor, para responder às realidades e oportunidades do novo cenário rural. Destaca-se que o desenvolvimento rural deve analisar o espaço rural como um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas, eliminando a visão tradicional que limita o desenvolvimento rural à agricultura.

Para Guzman Casado et al. (2000), esta nova concepção, adapta-se às realidades do novo século, mostrando transformações nos espaços rurais, agora caracterizados por uma diversificação de atividades econômicas, maior interconexão com mercados globais e mudanças demográficas significativas. A agricultura evoluiu com a adoção de cultivos não tradicionais e tecnologias modernas, enquanto atividades não agrícolas, como o turismo rural e pequenas indústrias, complementam os rendimentos das comunidades rurais.

A globalização integrou os produtos rurais em cadeias de valor internacionais, aumentando a competitividade e a necessidade de inovação. Além disso, a nova ruralidade surge como resposta às persistentes condições de pobreza rural, resultantes da desigualdade de rendimentos e do acesso limitado a serviços básicos como educação e saúde. As comunidades rurais enfrentam condições de vida difíceis, com infraestruturas deficientes e alta vulnerabilidade a desastres naturais e às mudanças climáticas (DE AZEVEDO et al., 2013).

Por isso, um desenvolvimento sustentável nessas áreas é essencial, enfatizando a conservação do meio ambiente e o empoderamento comunitário para promover um crescimento inclusivo e equitativo. É fundamental continuar desenvolvendo políticas que abordem essas problemáticas, buscando melhorar a qualidade de vida e reduzir as disparidades entre as zonas rurais e urbanas, abrangendo quase todas as atividades que possam gerar rendimentos significativos.

Pérez (2004), coincide com o mencionado acima ao definir a nova ruralidade como uma visão que reconhece a evolução do mundo rural, considerando que as atividades econômicas e sociais nessas áreas vão além da agricultura. Destacando a diversificação das atividades rurais, como a agroindustrialização, o turismo, a agrofloretação, a pesca, a mineração e o artesanato. Esta perspectiva difere da visão tradicional do mundo rural, que se associava unicamente à agricultura. A nova ruralidade reconhece a complexidade e a diversidade das atividades econômicas e sociais nas zonas rurais, representando uma mudança significativa na compreensão do mundo rural e enfraquecendo as fronteiras entre o urbano e o rural, destacando a necessidade de melhor analisar as interações entre esses espaços. Outro aporte importante da autora é a análise das razões que deram origem a essa evolução rural, destacando principalmente a necessidade de adaptação às novas condições socioeconômicas trazidas pela globalização. O foco do debate é sobre a razão pela qual foi necessário aos setores rurais buscar essa adaptação, e a resposta reside no fato de que, além da necessidade das nações

de se apoiarem na agricultura como fonte fundamental de renda, os verdadeiros protagonistas, os camponeses e agricultores familiares, foram deixados de lado e continuam em estado de pobreza apesar da evolução rural.

Em consonância com os autores anteriores, Fernandez (2008) define a nova ruralidade como uma transformação na forma de entender e viver no meio rural, caracterizada pela diversificação das atividades econômicas e pela integração das áreas rurais com as urbanas. Este enfoque reconhece que as zonas rurais já não dependem exclusivamente da agricultura, mas também incluem atividades como turismo, pequenas indústrias e serviços, permitindo-lhes participar mais plenamente na economia global. Isso implica uma mudança na percepção das áreas rurais, vendo-as não apenas como espaços de produção agrícola, mas como territórios multifuncionais com uma diversidade de papéis e atividades. Esta transformação é impulsionada por fatores como a globalização, as políticas de desenvolvimento rural e a mobilidade da população, levando a uma reconfiguração da paisagem rural e suas dinâmicas sociais e econômicas. Em resumo, a nova ruralidade promove uma visão mais integral e diversificada do desenvolvimento rural, buscando melhorar a qualidade de vida e as oportunidades econômicas nessas áreas. O autor destaca também a importância de aprofundar o desenvolvimento desta nova perspectiva, devido à grande necessidade de superar os principais problemas que o setor rural enfrenta no novo século. Elementos como a necessidade de aumentar a produtividade devido aos efeitos da globalização, combater a pobreza no setor, buscar a equidade entre urbano e rural, promover a segurança alimentar, a preservação territorial e o resgate dos valores culturais, entre outros.

1.2.4. Importância do desenvolvimento rural sustentável no marco do desenvolvimento socioeconômico

O desenvolvimento socioeconômico refere-se não apenas à capacidade de uma economia de aumentar a produção de bens e serviços, mas também ao crescimento e à expansão quantitativa da economia, medida por meio de indicadores como o PIB ou a renda per capita. O desenvolvimento socioeconômico implica uma transformação estrutural que melhora a qualidade de vida da população. Isso inclui o aumento de renda, melhorias na educação, saúde e infraestrutura, bem como a redução da pobreza e da desigualdade. Por outro lado, as zonas rurais abrigam uma grande proporção da população mundial e são fundamentais para a produção dentro de um país. Produção agrícola e não agrícola, como já foi mencionado acima. É por este motivo que o desenvolvimento

socioeconômico e o desenvolvimento rural estão profundamente inter-relacionados, já que ambos buscam melhorar as condições de vida das populações, especialmente em áreas menos desenvolvidas.

Segundo a CEPAL et al. (2019), o desenvolvimento rural é fundamental para enfrentar desafios como a pobreza, a fome e a mudança climática, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade ambiental e gera novas oportunidades de emprego, uma vez que o desenvolvimento rural se concentra em transformar as áreas rurais de maneira integral, abordando não apenas o aumento da produtividade agrícola, mas também a diversificação de outras atividades econômicas, como a promoção do turismo rural, a agroindústria, as pequenas indústrias e os serviços. Tudo isso permite que as áreas rurais possam se integrar à economia global, o que mostra a relação bidirecional entre o desenvolvimento rural e o desenvolvimento socioeconômico. Por um lado, o desenvolvimento rural pode contribuir significativamente para o crescimento socioeconômico geral de um país ao aumentar a produtividade e diversificar a economia rural. Por outro lado, um desenvolvimento socioeconômico robusto pode fornecer os recursos necessários para investir no desenvolvimento rural, melhorando a infraestrutura, os serviços e as oportunidades econômicas nessas áreas. Esse enfoque integral e sustentável do desenvolvimento rural é crucial para reduzir as disparidades entre as áreas urbanas e rurais e para garantir um crescimento econômico inclusivo e equitativo.

(IICA, 2000) destaca em sua análise a importância de gerar um desenvolvimento rural sustentável a partir do conceito de nova ruralidade, como base importante para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico, visto que as transformações ocorridas nos últimos anos na área rural permitiram um relativo desenvolvimento global no âmbito econômico, mas, paralelamente, geraram desequilíbrios nesse setor. Viu-se que o desenvolvimento econômico melhorou alguns indicadores sobre educação, saúde e infraestrutura, entre outros, mas não solucionou problemas profundos como a pobreza, a inequidade e a degradação dos recursos naturais (ECHEVERRI PERICO; PILAR RIBERO, 2002; MORA-ALFARO, 2013). É importante um enfoque de desenvolvimento sustentável que aproveite o capital físico, natural, cultural, humano e social do meio rural, assim como o desenvolvimento territorial focalizado, que inclui a descentralização, democratização e autonomia municipal. Já que esse enfoque reconhece a crescente inter-relação entre o rural e o urbano e promove uma visão integrada da sociedade e suas múltiplas atividades e relações (MORA-ALFARO, 2013).

O desenvolvimento rural sustentável implica mudanças necessárias que devem ser alcançadas a partir de acordos políticos, o que requer novas respostas institucionais para satisfazer as necessidades da população, especialmente de grupos vulneráveis que enfrentam pobreza, degradação dos recursos naturais, disparidades econômicas e um capital humano e social significativo (ECHEVERRI; RIBERO, 2002). O crescimento socioeconômico deve partir de um compromisso ineludível por parte de instituições governamentais, empresas privadas e a sociedade civil para atender as diversas dimensões do desenvolvimento rural com eficiência econômica, social, política e ambiental, potencializando o capital rural existente e reposicionando as áreas rurais nas agendas nacionais e internacionais para promover um desenvolvimento competente, impulsionando também políticas para a conservação do meio ambiente e a manutenção da biodiversidade, que representam um fator determinante no desenvolvimento econômico (Vázquez, 2015). O desenvolvimento permanente de todas essas áreas pode conduzir a uma maior autossuficiência alimentar, à redução da migração para as cidades, à diminuição do desemprego e ao fortalecimento geral das diferentes regiões. Além disso, o investimento em infraestrutura rural, como estradas, sistemas de irrigação e acesso a serviços básicos, pode impulsionar significativamente a produtividade e o bem-estar das comunidades rurais (IICA, 2000).

1.3. Agricultura Familiar

1.3.1. Definição e características da agricultura familiar

Ao falar de desenvolvimento rural, é imprescindível abordar o tema da agricultura familiar, pois esta atividade é essencial para alcançar o primeiro. Nos últimos anos, a agricultura familiar foi classificada por organizações como a ONU, FAO, CEPAL e outras, como uma das principais ferramentas sociais para a construção de um desenvolvimento sustentável, principalmente da população rural. Também impacta substancialmente na economia global de cada país, devido ao seu importante papel na produção de alimentos, tanto para o sustento local quanto para a comercialização interna e externa, segurança alimentar e nutricional, erradicação da pobreza e manejo sustentável dos recursos naturais, dentro do cuidado ambiental e preservação dos espaços naturais.

Segundo CEPAL et al. (2019), a agricultura familiar é um conceito amplo e heterogêneo, caracterizado pela operação de atividades agrícolas concentradas no núcleo familiar, geralmente em unidades de produção de tamanho reduzido, onde as próprias

famílias tomam a maioria das decisões. A terra e os recursos utilizados para a produção geralmente são de propriedade da família, o que implica uma profunda conexão e compromisso com a terra. Além disso, a agricultura familiar abrange uma variedade de práticas agrícolas que variam de acordo com os diferentes tipos de famílias, o ambiente social, local e regional, a interação com diversos ecossistemas e sua origem histórica, entre outros fatores.

A essência da agricultura familiar, que eleva esse conceito além da visão geral do campesinato comum, é a integração do trabalho, da produção e da família em um sistema coeso, focado em realizar as atividades agrícolas e não agrícolas com o objetivo de criar as condições para assegurar sua subsistência como grupo social. Essa integração influencia profundamente a organização social e econômica da família, o processo de trabalho e produção, as relações com os mercados e os métodos de transmissão de patrimônio e acesso à terra, que geralmente ocorrem por meio da herança. Tudo isso reflete os valores culturais e simbólicos que formam sua identidade. (SCHNEIDER & ESCHER, 2014).

Wanderley (1999) coincide com a definição de Schneider & Escher (2014) ao afirmar que a agricultura familiar se caracteriza pela inter-relação dos conceitos de família, produção e trabalho, tornando-se um elemento de ampla análise por abranger uma variedade de formas sociais em diferentes contextos temporais e espaciais. Uma das características mais relevantes da agricultura familiar segundo esta autora é a pluriatividade, que se refere à diversificação de atividades econômicas realizadas pela família, especialmente em contextos rurais. Na agricultura familiar, isso significa que os membros da família não apenas se dedicam à produção agrícola, mas também participam de outras atividades como pecuária, artesanato, comércio ou outros tipos de trabalho fora do ambiente familiar. Essa diversificação de rendas e ocupações permite às famílias rurais melhorar sua estabilidade econômica e se adaptar melhor às mudanças no mercado e no meio social ao qual pertencem. Esse enfoque também destaca a importância da agricultura familiar na conservação de tradições culturais e sua adaptação aos processos de modernização que buscam homogeneizar as práticas agrícolas, ressaltando sobretudo o papel crucial da família não apenas como unidade de produção, mas também como núcleo social que sustenta e transmite valores e práticas culturais.

Fossá & Renk (2021) realizam uma análise profunda sobre este tema e afirmam que o conceito de agricultura familiar não é único nem estático; pelo contrário, muda e se transforma ao longo dos anos sob as dinâmicas do ambiente em que está inserido,

tornando difícil estabelecer um conceito geral sobre o tema. Em vez disso, abre-se o debate sobre o fato de que a agricultura familiar é observada a partir de diferentes perspectivas e que em cada contexto pode ter uma definição diferente. No entanto, destaca-se que a grande maioria dos especialistas no tema concorda em alguns aspectos centrais em sua análise e interpretação, a partir dos quais se poderia tentar estabelecer uma definição comum. Assim, os autores estabelecem que a agricultura familiar se refere a um conceito amplo e genérico que contempla uma grande diversidade de grupos sociais e formas de organização socioeconômica, onde se destaca a família como eixo central, sendo esta proprietária dos meios de produção, apresentando uma significativa diversidade nas formas sociais de organização socioprodutiva. Além disso, menciona-se que a agricultura familiar vai além das questões produtivas, abrangendo laços sociais de união entre indivíduos e suas organizações.

Desde uma perspectiva ainda mais ampla sobre a conceitualização da agricultura familiar, Grisa & Sabourin, (2019) mencionam que a definição desse tema deve ser dividida em diferentes categorias de análise, dependendo da perspectiva observada. Eles concordam com as definições dos autores mencionados anteriormente, mas esclarecem que essa percepção é apenas uma visão do debate acadêmico. Devem ser consideradas também definições sob uma perspectiva política e institucional e até mesmo do âmbito legal de cada país. Em relação à percepção política e institucional, realizam uma compilação da percepção das instituições mais importantes dedicadas ao fomento da agricultura familiar, como a FAO, INCRA, REAF, entre outras. Definem a agricultura familiar como aquela atividade rural que tem acesso limitado à terra e aos recursos de capital, cuja mão de obra e gestão são predominantemente familiares, com recursos produtivos compatíveis apenas com a capacidade de trabalho da família, com a atividade desenvolvida e com a tecnologia utilizada de acordo com a realidade de cada região ou país. A principal fonte de renda provém obviamente da agricultura, mas também se apoia em outras atividades diversificadas como a aquicultura ou atividades pesqueiras, podendo ser complementada também com atividades e rendas não agrícolas realizadas dentro e fora da unidade familiar.

Embora essa definição seja concordante com a definição acadêmica, existe uma diferença fundamental: sob a perspectiva política e institucional, (Breno & Almada, 2016) tentou tipificar a agricultura familiar desde uma perspectiva normativa e operacional com a finalidade de orientar melhor as políticas públicas dirigidas a esse setor. Essa tipificação classifica a agricultura familiar em agricultura familiar consolidada, de transição e

periférica, fazendo alusão a uma categorização em função precisamente ao nível de limitações que tenham em relação à tecnologia utilizada, quantidade de recursos produtivos disponíveis e o sistema de organização em si. Cabe esclarecer que essa tipificação ou classificação responde principalmente à realidade rural da América Latina, estando um pouco distante da percepção do modelo europeu.

Quanto à definição sob o âmbito legal de cada país, esses autores explicam que, nos últimos anos, devido à crescente relevância que a agricultura familiar tem tomado por seu importante aporte ao desenvolvimento rural sustentável e à economia em geral, vários países começaram a posicionar esse tema como um elemento prioritário em suas políticas governamentais. Portanto, geraram-se uma série de definições específicas para identificar a agricultura familiar dentro do marco normativo e legislativo de cada país. As definições variam conforme a história do campesinato, a cultura própria da região, a posição social que esse setor ocupa em um determinado país e as políticas que se buscam implementar para beneficiá-los desde o governo. Em alguns casos, incluem-se comunidades indígenas, povos tradicionais e outros setores mais específicos próprios de cada região.

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento rural sustentável, especialmente na América Latina e no Caribe, onde representa uma parcela significativa do setor agrícola. CEPAL et al. (2019) destaca que a agricultura familiar abrange cerca de 81% das explorações agrícolas nesta região; fornecendo, a nível nacional, entre 27% e 67% da produção total de alimentos, ocupando entre 12% e 67% da superfície agropecuária e gerando entre 57% e 77% do emprego agrícola. Da mesma forma, (CEPAL et al., 2019) afirmam que, na região, cerca de 16,5 milhões de explorações agrícolas pertencem a agricultores familiares, abrangendo uma população de aproximadamente 60 milhões de pessoas. Por outro lado, esse tipo de agricultura é crucial para a produção de alimentos, o que pode significar alcançar um objetivo central do desenvolvimento rural sustentável, como a erradicação da fome e uma redução significativa da pobreza. Além disso, também contribui de maneira decisiva para a preservação da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos naturais e a promoção da equidade social e econômica nas zonas rurais.

A agricultura familiar, por ser caracterizada como uma atividade realizada principalmente por famílias que dependem do trabalho familiar, tanto de homens quanto de mulheres, e, em muitos casos, de crianças, é um sistema produtivo particularmente adaptável à realidade social da maioria dos países da América Latina, e é por isso que a maioria das explorações agrícolas são de pequena escala. Em termos de desenvolvimento

econômico, a agricultura familiar é uma fonte importante de emprego e geração de renda nas zonas rurais, pois, por meio da venda de excedentes agrícolas em mercados locais e regionais, as famílias podem obter rendimentos que lhes permitem melhorar sua qualidade de vida, investir na educação de seus filhos e acessar serviços de saúde. Além disso, o fortalecimento das economias rurais por meio da agricultura familiar ajuda a reduzir a migração para as cidades, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo (FAO, 2014).

A agricultura familiar é vital para o desenvolvimento rural sustentável por sua capacidade de promover a segurança alimentar e a nutrição. Ao estarem diretamente envolvidas na produção de alimentos, as famílias agrícolas têm um acesso mais direto a uma dieta variada e nutritiva, o que é essencial para combater a desnutrição e melhorar a saúde das comunidades rurais. Além disso, ao focar em cultivos diversos e práticas agrícolas sustentáveis, a agricultura familiar contribui para a resiliência dos sistemas alimentares diante de mudanças climáticas e econômicas. A agricultura familiar também desempenha um papel crucial na preservação da biodiversidade. As famílias agrícolas costumam utilizar métodos tradicionais e conhecimentos ancestrais que favorecem a conservação de variedades locais de cultivos e raças de animais. Isso não só mantém viva uma rica herança cultural, mas também fortalece a resistência dos sistemas agrícolas contra doenças e pragas. Em um contexto onde a homogeneização da agricultura industrial pode ameaçar a diversidade genética, a agricultura familiar atua como um baluarte da biodiversidade. A gestão sustentável dos recursos naturais é outro aspecto chave em que a agricultura familiar se destaca. As práticas agrícolas familiares, muitas vezes, baseiam-se em princípios de agroecologia que promovem o uso eficiente e responsável do solo, da água e de outros recursos naturais. Técnicas como a rotação de culturas, o uso de adubos orgânicos e a integração de árvores em sistemas agroflorestais não só melhoram a produtividade a longo prazo, como também reduzem a degradação do solo e a poluição da água, contribuindo assim para um ambiente mais saudável e sustentável (NOGUEIRA & URCOLA, 2015; URCOLA, 2016).

1.3.2. Agricultura familiar na América Latina. Desafios e oportunidades

A agricultura familiar hoje em dia é um eixo principal no desenvolvimento rural, pois, apesar do progresso iminente da indústria agrícola, os pequenos produtores e o sistema que se desenvolveu nos últimos anos ao seu redor são fundamentais para a segurança alimentar, a redução da pobreza, a geração de emprego e a sustentabilidade

ambiental (FAO, 2014). Por esse motivo, nos últimos anos, tem despertado o interesse de praticamente todas as nações e seus governos, além de ter motivado o apoio internacional para seu desenvolvimento, por parte de grandes organizações ao redor do mundo.

A agricultura familiar na América Latina tem se tornado o foco de atenção e análise, visto que, ao contrário dos países da Europa, Ásia, etc, este setor, apesar dos progressos mencionados anteriormente, ainda apresenta estatísticas negativas, em relação, por exemplo, aos níveis de pobreza e desenvolvimento. Isso se deve aos grandes desafios que os setores rurais enfrentam para se adaptar às mudanças e beneficiar-se delas (FAO/BID, 2007). Além disso, a análise é importante porque gerar alternativas para superar esses desafios e representa uma grande oportunidade de crescimento para esse setor, visto que a própria globalização, junto à modernização e seus efeitos, representa oportunidades inestimáveis.

Schneider (2016), reafirma o que foi mencionado anteriormente ao indicar que a agricultura familiar é um pilar fundamental no desenvolvimento econômico em geral na América Latina, pois desempenha um papel importante na segurança alimentar, na economia rural e na conservação da biodiversidade, entre outros aspectos. A contribuição deste setor não é apenas no âmbito econômico, mas também na vida social ativa das comunidades rurais, o que permite o desenvolvimento de outros âmbitos (ECHEVERRI & RIBERO, 2002). A importância tão marcada da agricultura familiar na América Latina deve-se ao fato de que este setor constitui o grupo social majoritário das unidades produtivas no meio rural da região. No entanto, apesar de sua importância, enfrenta inúmeros desafios que ameaçam sua sustentabilidade e desenvolvimento.

Um dos principais problemas é o acesso limitado a recursos básicos como terra, água e crédito. A posse da terra continua sendo uma questão crítica, com muitas famílias agricultoras sem títulos de propriedade, o que dificulta sua capacidade de obter empréstimos e realizar investimentos a longo prazo (QUISPE, 2006; VÁZQUEZ, 2015). A falta de infraestrutura adequada, como estradas, armazenamento e tecnologia, também impede que os pequenos agricultores possam competir em igualdade de condições com grandes produtores. Outro desafio significativo é a mudança climática, uma vez que as famílias agricultoras são particularmente vulneráveis a fenômenos climáticos extremos, como secas, inundações e furacões, que podem destruir colheitas e meios de subsistência em questão de dias (SCHNEIDER, 2016). A variabilidade climática também dificulta o planejamento das plantações e a gestão dos recursos hídricos. Além disso, a falta de

acesso a informações meteorológicas precisas e oportunas agrava essa situação, limitando a capacidade de resposta e adaptação dos agricultores.

Porém, apesar desses desafios, a agricultura familiar também apresenta numerosas oportunidades que podem ser aproveitadas para promover seu desenvolvimento. Uma das principais oportunidades reside no potencial da agroecologia e das práticas sustentáveis, uma vez que a implementação de técnicas agroecológicas não só pode aumentar a resiliência das explorações agrícolas frente à mudança climática, mas também pode melhorar a fertilidade do solo, aumentar a biodiversidade e reduzir a dependência de insumos químicos caros (ALTIERI, 2008). A promoção de mercados locais e cadeias curtas de comercialização também oferece uma oportunidade significativa para os agricultores familiares, já que, ao vender diretamente aos consumidores, as famílias agricultoras podem obter um preço justo por seus produtos, evitar intermediários e estabelecer relações mais diretas e transparentes com os compradores (ECHEVERRI & RIBERO, 2002). Por outro lado, o fortalecimento das organizações de agricultores e cooperativas é outra área com grande potencial, pois essas organizações podem desempenhar um papel crucial na negociação de melhores condições de mercado, na aquisição de insumos a preços mais baixos e na facilitação do acesso a serviços técnicos e financeiros (SCHNEIDER, 2016).

Dentro do mesmo contexto de desafios e oportunidades que a agricultura familiar enfrenta na América Latina, se estabelece uma análise mais complexa, mas ao mesmo tempo mais detalhada, ao buscar classificar esses elementos a partir da proposta de uma tipificação ou segmentação da agricultura familiar, onde se estabelecem três níveis dentro desse setor, como já mencionamos anteriormente. Segundo a FAO/BID (2007), esses três segmentos podem ser identificados como: o segmento de subsistência, o segmento de transição e o segmento das agriculturas familiares consolidadas. Embora todos os pequenos produtores ou agricultores familiares estejam praticamente sujeitos às mesmas dificuldades, existem algumas diferenças que podem ser destacadas em função do nível de trabalho, capacidades produtivas, extensão de suas terras e outros fatores, de modo que essa divisão ajuda bastante para se ter um panorama ainda mais claro. Da mesma forma ocorre com as oportunidades, já que as condições mencionadas anteriormente também geram uma série de diferenças nos objetivos que cada nível pode alcançar.

Para Breno & Almada (2016) os agricultores que pertencem ao primeiro segmento (de subsistência), que de acordo com a classificação são os mais vulneráveis, enfrentam

uma maior quantidade de desafios e poucas oportunidades, visto que se caracterizam, por exemplo, pela pouca disponibilidade de terras e insumos de produção insuficientes para levar seus produtos ao mercado, o que faz com que essas famílias geralmente produzam quase exclusivamente para o autoconsumo, o que representa seu primeiro desafio: alcançar níveis de produção que permitam gerar renda adicional com a venda dos produtos gerados. Soma-se a isso o acesso limitado a serviços básicos que claramente são essenciais para a produção.

Outro desafio importante desse setor é a geração de independência econômica, já que, por não terem as condições para gerar produção para o mercado, muitas vezes os membros da família precisam trabalhar em outras atividades não agrícolas e, em várias ocasiões, fora do núcleo familiar, ou seja, como assalariados para outros produtores ou em outros setores laborais. Acrescentam-se a essa lista de desafios o acesso à educação e o uso de tecnologia, já que ambas as ferramentas poderiam ajudar a desenvolver melhores práticas agrícolas e, conseqüentemente, aumentar sua produção e renda econômica (CEPAL et al., 2019).

Sob a perspectiva das oportunidades, parece que esse setor, por ser tão vulnerável, dificilmente poderia gerar alguma oportunidade relevante; no entanto, uma das grandes vantagens é o fato de ter produtos altamente naturais e de realizar sua atividade agrícola da maneira mais amigável possível com a natureza, o que constitui uma força fundamental por serem um dos principais atores na segurança alimentar (QUISPE, 2006).

O segundo segmento (de transição) encontra-se em uma posição intermediária, não sendo um setor tão vulnerável quanto o primeiro, pois têm maior dependência econômica da produção própria, uma vez que esta não é apenas para autoconsumo, mas já têm as condições para gerar vendas. No entanto, o processo produtivo continua sendo limitado e altamente precário. Embora tenham acesso a melhores recursos e terras que o grupo anterior, ainda assim continuam sendo produtores individuais, de modo que ingressar no mercado constitui seu principal desafio, pois enfrentam muitas barreiras de entrada, como a quantidade limitada de produção e a falta de certificação na qualidade de seus produtos, entre outras coisas (BRENO & ALMADA, 2016).

Em contrapartida, têm mais oportunidades que o primeiro grupo, pois existe a possibilidade de superar essas barreiras de entrada no mercado por meio de algumas estratégias, como a associação com outros produtores e a formação de pequenas e médias empresas agrícolas, além de terem algumas condições para acessar financiamento, embora este último ainda seja pouco provável.(FAO/BID, 2007).

Por fim, o terceiro grupo (consolidado) é o melhor posicionado nessa classificação. Segundo Breno & Almada (2016) tem um processo produtivo mais eficiente que gera uma subsistência estável e permanente, o que lhes permite ter melhores oportunidades, como acesso a financiamento, melhor tecnologia, uma articulação mais direta com o mercado e a geração de excedentes que proporcionam a oportunidade de capitalização de suas unidades produtivas. No entanto, apesar disso, ainda enfrentam grandes desafios, como, por exemplo, a imensa concorrência do setor industrial, que é praticamente impossível de superar, o que reduz sua participação no mercado e não lhes permite continuar crescendo. Isso, por sua vez, acaba gerando uma dependência do setor público ou de organizações de apoio para poder obter um espaço de comercialização de seus produtos.

Outro elemento importante a destacar dentro dos desafios e oportunidades para a agricultura familiar é a modernização, que deve estar intrinsecamente ligada à educação e à capacitação contínua, pois são elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Programas educativos que se concentram na formação técnica, na gestão empresarial e na liderança podem capacitar os agricultores a adotarem práticas mais eficientes e sustentáveis, a gerirem melhor seus recursos e a se adaptarem às mudanças do mercado e do clima. Promovendo, além disso, a inclusão de jovens e mulheres nesses programas, o que é crucial para garantir a renovação geracional e a equidade de gênero no setor agrícola. Da mesma forma, no contexto socioeconômico atual, a digitalização e o acesso a novas tecnologias representam uma oportunidade transformadora para a agricultura familiar na América Latina. A adoção de tecnologias móveis e plataformas digitais pode melhorar significativamente a gestão agrícola, o acesso a informações de mercado e a conectividade entre agricultores e compradores. Programas de formação no uso dessas tecnologias e o acesso a dispositivos acessíveis são necessários para garantir que as famílias agricultoras possam se beneficiar plenamente dessas inovações. Além disso, o turismo rural e as iniciativas de agroturismo podem proporcionar fontes adicionais de renda para as famílias agricultoras, ao mesmo tempo que promovem a conservação cultural e ambiental (SOTOMAYOR; RAMIREZ; MARTINEZ, 2021).

Em resumo, a agricultura familiar na América Latina enfrenta desafios significativos, desde o acesso limitado a recursos até os impactos das mudanças climáticas. No entanto, existem múltiplas oportunidades que, se aproveitadas adequadamente, podem transformar esse setor em um motor de desenvolvimento rural

sustentável e equitativo. A promoção de práticas agroecológicas, o fortalecimento de organizações de agricultores, o apoio de políticas públicas, a digitalização e a educação são alguns dos caminhos para um futuro mais promissor para as famílias agricultoras na região.

1.4. As Políticas Públicas e seu papel no desenvolvimento rural

1.4.1. Conceitos teóricos sobre políticas públicas

Em essência, as políticas públicas buscam resolver desafios e atender às necessidades da sociedade, abrangendo uma ampla gama de áreas, como saúde, educação, economia, meio ambiente, justiça social, entre outras. Seu desenvolvimento implica um processo complexo que inclui a identificação de problemas, a formulação de soluções, a tomada de decisões, a implementação de ações e a avaliação de resultados. As políticas públicas constituem um campo integral e essencial no âmbito governamental, desempenhando um papel fundamental na configuração, implementação e avaliação de ações que afetam a sociedade como um todo. Essas políticas são decisões planejadas e ações realizadas pelo Estado com o propósito de abordar problemas específicos, promover o bem-estar geral e gerir os recursos disponíveis de maneira eficiente (VELÁSQUEZ, 2009).

Para Vargas (2012), as políticas públicas podem abordar uma ampla variedade de objetivos, desde a redução da pobreza e a promoção da igualdade de gênero até a proteção do meio ambiente e o estímulo à inovação. Seu impacto é diverso e pode ser medido em termos de mudanças na sociedade, na economia e na qualidade de vida dos cidadãos. Em síntese, as políticas públicas são instrumentos essenciais para a gestão governamental, projetadas para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais. Seu desenvolvimento e execução requerem uma abordagem integral, participativa e orientada ao bem-estar geral, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Portanto, as políticas públicas são "as respostas sucessivas do Estado (do regime político ou do governo em exercício) a situações socialmente problemáticas". O processo de formulação de políticas públicas geralmente segue várias etapas. Primeiro, identificam-se e analisam-se os problemas ou desafios que requerem intervenção. Em seguida, realiza-se um processo de pesquisa e consulta para coletar informações relevantes. Com base nesses dados, formulam-se propostas e estratégias, que são submetidas a um processo de tomada de decisões que envolve diferentes atores

governamentais. Uma vez adotadas, as políticas são implementadas, monitoradas e, finalmente, avaliadas para determinar sua eficácia e fazer ajustes, se necessário.

De acordo com essas definições, as políticas públicas atuam em diferentes domínios, sendo afetadas pelos elementos que compõem e marcam seu entorno. Para Salazar (1994), esses domínios podem ser resumidos em: econômico-social, político-legal, cultural, tecnológico, naturais (ecologia e meio ambiente) e demográfico. No entanto, esse conceito por si só não gera necessariamente uma classificação específica para as políticas públicas, já que não se aplicam exclusivamente a um desses domínios; na maioria dos casos, as políticas públicas sugeridas e geridas pelo Estado tendem a abordar uma problemática específica que abrange mais de um domínio de análise. Como exemplo, pode-se abordar um problema de ordem tecnológica e econômico-social ao mesmo tempo.

1.4.2. As políticas públicas no contexto rural e seu impacto na agricultura familiar.

As políticas públicas desempenham um papel crucial no desenvolvimento rural, atuando como um catalisador para melhorar as condições de vida das comunidades rurais, promover a equidade social e econômica, e fomentar um desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a agricultura familiar emerge como um componente central do desenvolvimento rural devido à sua capacidade de criar empregos, garantir a segurança alimentar e preservar a biodiversidade. A implementação de políticas públicas que apoiem especificamente a agricultura familiar é essencial para maximizar esses benefícios e enfrentar os desafios únicos que o setor enfrenta.

De acordo com CEPAL et al., (2019), a importância das políticas públicas no contexto rural reside em sua capacidade de direcionar recursos, conhecimentos e tecnologia para as áreas que mais precisam. Em muitas regiões rurais, as comunidades enfrentam uma série de desafios, incluindo a falta de infraestrutura básica, acesso limitado a serviços de saúde e educação, e uma economia dependente de atividades agrícolas de baixa produtividade. As políticas públicas podem intervir para fornecer soluções a esses problemas, por meio do investimento em infraestrutura, da melhoria dos serviços públicos e da promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Grisa & Sabourin, (2019) destaca que um aspecto fundamental das políticas públicas para o desenvolvimento rural é o apoio à agricultura familiar, pois esta é a

“coluna vertebral” da economia rural em muitas partes do mundo, e especialmente na América Latina. Apesar disso, os agricultores familiares frequentemente enfrentam obstáculos significativos que limitam sua capacidade de prosperar, como a falta de acesso a crédito, tecnologia e mercados, além da insegurança na posse da terra. Políticas públicas desenhadas para apoiar esses agricultores podem ter um impacto transformador.

Para Breno & Almada (2016) as políticas públicas podem facilitar o acesso a recursos financeiros para os agricultores familiares. Isso inclui a criação de programas de crédito específicos que levem em conta as particularidades da agricultura em pequena escala. Em muitos casos, os bancos tradicionais não estão dispostos a emprestar para agricultores familiares devido à percepção de alto risco e à falta de garantias. Os governos podem intervir criando fundos de garantia, subsídios de juros ou bancos rurais que ofereçam condições de empréstimo mais favoráveis e adaptadas às necessidades dos pequenos agricultores.

Além disso, é essencial promover a adoção de tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis, onde as políticas públicas podem fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar e fornecer treinamento e assistência técnica aos agricultores (CALVO, 2019). Isso não só melhora a produtividade e a rentabilidade, mas também promove a sustentabilidade ambiental. Programas de extensão agrícola que capacitem os agricultores em técnicas de agroecologia, manejo de solos e conservação da água são fundamentais para garantir que a agricultura familiar possa responder aos desafios das mudanças climáticas e da degradação ambiental (QUISPE, 2006).

A infraestrutura é outro componente vital do desenvolvimento rural que pode ser melhorado por meio de políticas públicas. As áreas rurais frequentemente carecem de infraestrutura adequada, como estradas, sistemas de irrigação, armazenamento e transporte. Investimentos em infraestrutura podem reduzir os custos de produção e comercialização para os agricultores familiares, melhorando seu acesso aos mercados e aumentando sua competitividade. A construção de estradas rurais, por exemplo, facilita o transporte dos produtos agrícolas para os mercados, reduzindo as perdas pós-colheita e aumentando a renda dos agricultores (SABOURIN; SAMPER; MASSARDIER, 2015).

Complementando a ideia anterior, De Torres; Arbeletche; Sabourin (2018), mencionam que as políticas públicas também devem focar na criação de mercados e no acesso a eles. Os agricultores familiares frequentemente enfrentam dificuldades para acessar mercados lucrativos devido à falta de informação, infraestrutura e poder de negociação. Os governos podem apoiar a criação de cooperativas e associações de agricultores que lhes permitam comercializar conjuntamente seus produtos, obtendo melhores preços e reduzindo os custos de transação. Além disso, a implementação de programas de compras públicas que priorizem produtos da agricultura familiar, como programas de alimentação escolar, pode proporcionar um mercado seguro e estável para esses agricultores.

Outro aspecto importante é o fortalecimento das capacidades humanas nas áreas rurais. A educação e a formação são essenciais para o desenvolvimento rural sustentável. As políticas públicas devem garantir o acesso a uma educação de qualidade nas zonas rurais, bem como à formação profissional e técnica que prepare os jovens para trabalhar no setor agrícola e em outros setores econômicos. Programas de capacitação em habilidades empresariais, gestão agrícola e tecnologias modernas podem empoderar os agricultores familiares e melhorar sua capacidade de gerir suas propriedades de maneira eficiente e sustentável. (QUISPE, 2006)

Ao longo do último século, a América Latina desenvolveu e implementou diversas políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar como um eixo central do desenvolvimento rural. Essas iniciativas geraram impactos significativos na economia, na infraestrutura, na educação, na saúde e na segurança alimentar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades rurais. Durante grande parte do século XX, as políticas agrárias na região concentraram-se na modernização e mecanização da produção agrícola, favorecendo os grandes produtores enquanto a agricultura familiar permanecia marginalizada. No entanto, a partir da década de 1990, ocorreu uma mudança de paradigma com o reconhecimento da importância desse setor para a segurança alimentar, a geração de emprego e a preservação da biodiversidade. Esse novo enfoque impulsionou a criação de estratégias específicas destinadas a fortalecer a agricultura familiar e seu papel na economia nacional (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

Segundo Sabourin; Samper; Sotomayor (2014) a agricultura familiar representa aproximadamente 75% das unidades produtivas na América Latina e, em alguns países,

esse percentual ultrapassa 90%. Sua contribuição para o PIB agrícola é significativa, como no caso do Brasil, onde responde por cerca de 38% do valor bruto da produção agrícola e é responsável por 70% dos alimentos consumidos no país. No Peru, estima-se que a agricultura familiar represente 60% da produção agrícola nacional, o que demonstra seu impacto positivo no PIB per capita, especialmente nas zonas rurais. Nesse contexto, diversas políticas promoveram a inclusão financeira dos pequenos produtores por meio de programas de crédito, subsídios e fundos de garantia, facilitando seu acesso ao financiamento e melhorando sua capacidade produtiva.

Os investimentos em infraestrutura foram fundamentais para integrar os agricultores familiares aos mercados e melhorar seu acesso a serviços básicos. Programas de construção e manutenção de estradas rurais, eletrificação e acesso à água potável foram implementados em diversos países. Na Nicarágua, projetos de infraestrutura melhoraram a conectividade e reduziram os custos de transporte para os pequenos produtores, aumentando sua competitividade e facilitando a comercialização de seus produtos. Essas melhorias não apenas fortaleceram a produtividade agrícola, mas também geraram um impacto positivo na economia local e na qualidade de vida das comunidades rurais (SOTO; RODRÍGUEZ; FALCONI, 2007) .

No âmbito da educação e da saúde, as políticas públicas desempenharam um papel fundamental na redução da pobreza e na melhoria do bem-estar nas zonas rurais. No México por exemplo, segundo Perez (2013) o programa PROGRESA, lançado em 1997, concedeu incentivos econômicos às famílias rurais para incentivar a educação e melhorar o acesso a serviços de saúde e nutrição. Como resultado, a frequência ao ensino médio aumentou mais de 20% entre as meninas e 10% entre os meninos beneficiados pelo programa. Além disso, a capacitação técnica tem sido um fator determinante para o fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando conhecimento em práticas agrícolas sustentáveis que aumentam a eficiência e a resiliência das propriedades rurais.

Respeito à segurança alimentar, a agricultura familiar desempenha um papel essencial na produção de alimentos básicos para a população. Na Guatemala por exemplo, o sistema tradicional de milpa, um método de policultivo que inclui milho, feijão e abóbora, foi revitalizado com o objetivo de reduzir a dependência de alimentos ultraprocessados e enfrentar a crise climática. Esse modelo promove a autossuficiência alimentar e contribui para a conservação da biodiversidade. Além disso, programas de alimentação escolar em diversos países incorporaram produtos da agricultura familiar,

beneficiando mais de 80 milhões de crianças e garantindo um mercado estável para os pequenos produtores locais (VARGAS, 2022).

Apesar dos avanços alcançados, a agricultura familiar na América Latina enfrenta desafios estruturais que limitam seu desenvolvimento, como o acesso restrito ao crédito, a insegurança na posse da terra e a crescente vulnerabilidade às mudanças climáticas. Para garantir sua sustentabilidade a longo prazo, as políticas públicas devem continuar a se adaptar a essas realidades, promovendo práticas agrícolas resilientes, fortalecendo as cadeias de valor e fomentando a inclusão social e econômica dos agricultores familiares. A cooperação entre governos, organismos internacionais e a sociedade civil será fundamental para consolidar os avanços obtidos e avançar rumo a um desenvolvimento rural equitativo e sustentável na região (SABOURIN; SAMPER; SOTOMAYOR, 2014).

Em resumo, as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento rural sustentável e o apoio à agricultura familiar. Essas políticas devem abordar uma ampla gama de áreas, incluindo o acesso a recursos financeiros, tecnologia, segurança da posse da terra, infraestrutura, mercados, educação e a inclusão de mulheres e jovens. Ao implementar políticas públicas eficazes e centradas nas necessidades dos agricultores familiares, os governos podem promover um desenvolvimento rural mais equitativo, sustentável e próspero. A agricultura familiar, com o apoio adequado, tem o potencial de transformar as comunidades rurais e contribuir significativamente para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental na América Latina e no resto do mundo.

2. Agricultura familiar na Bolívia: Desenvolvimento rural e Políticas públicas.

2.1. Introdução

O desenvolvimento rural na Bolívia configura-se como um tema de vital importância para compreender a transformação do país ao longo do século XXI, considerando que a população rural representa aproximadamente 28,8% da população total, de acordo com os dados do último Censo (INE, 2024). Além disso, a Bolívia enfrenta desafios históricos relacionados ao seu setor rural, devido à desigualdade no acesso à terra, à falta de infraestrutura e à marginalização econômica e social de suas comunidades camponesas e indígenas (Valenzuela, 2004). Nesse contexto, o papel do Estado tem sido fundamental na articulação de políticas públicas voltadas à reversão dessas condições e à promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Ao longo das últimas décadas, as políticas públicas na Bolívia tiveram como objetivo central a redistribuição equitativa de recursos, especialmente da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais. Desde a Revolução Nacional de 1952, que marcou um ponto de inflexão com a Reforma Agrária, até as legislações e programas mais recentes voltados ao fortalecimento dos pequenos produtores, o Estado tem buscado redefinir o modelo agrário para atender às necessidades contemporâneas da ruralidade boliviana. No entanto, segundo o Banco Mundial (2023), apesar dos avanços alcançados, a agricultura familiar ainda enfrenta grandes desafios, principalmente relacionados à falta de infraestrutura, acesso à tecnologia, financiamento, educação e mercados.

Diante desse panorama, o presente capítulo analisa essa complexa realidade, abordando as principais políticas que impulsionaram avanços significativos no desenvolvimento rural sustentável, bem como os desafios ainda existentes. Para isso, o capítulo está estruturado em quatro partes. A primeira seção corresponde a esta introdução. A segunda seção contextualiza as principais características da agricultura familiar no território boliviano, destacando sua relevância econômica, social e cultural no desenvolvimento rural do país, além de expor os desafios ainda enfrentados pela população rural boliviana.

Na terceira seção, é apresentada uma descrição das políticas públicas mais relevantes e recentes (implementadas entre os anos 2000 e 2023) voltadas à agricultura familiar na Bolívia, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento rural. Analisa-se, principalmente,

como as iniciativas governamentais, fundamentadas no reconhecimento do direito à soberania alimentar e na inclusão de comunidades indígenas e camponesas, impactaram não apenas o fortalecimento do setor rural, mas também o desenvolvimento econômico nacional, consolidando a agricultura familiar como um pilar essencial desse processo. Além disso, são identificados os principais atores envolvidos na formulação e implementação dessas políticas públicas, finalizando com a descrição de algumas normativas e programas específicos que possibilitam sua execução.

Na quarta e última seção deste capítulo, apresenta-se uma visão geral do projeto denominado "Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais no território do Estado Plurinacional da Bolívia (ACCESOS)", como um exemplo de iniciativa governamental do século XXI voltada ao setor rural, especialmente aos agricultores familiares do país. Adicionalmente, realiza-se uma análise da articulação desse projeto com políticas públicas específicas, considerando que no próximo capítulo será conduzida uma investigação detalhada sobre tais políticas e sobre o próprio programa ACCESOS, avaliando seu impacto real no desenvolvimento rural da Bolívia.

2.2. Contexto da agricultura familiar na Bolívia

2.2.1. Caracterização da agricultura familiar no país.

A agricultura familiar é um pilar fundamental do desenvolvimento rural na Bolívia, sendo responsável por 98,5% do volume de produção dos alimentos que compõem a cesta básica (CABEZAS, 2021; TITO; WANDERLEY, 2021). Segundo dados da Pesquisa Agrária (EA, 2015), a Bolívia produz 93 cultivos alimentares, dos quais 39 são considerados parte da cesta básica. Desses 39 cultivos, 38 são produzidos de forma destacada pela agricultura familiar, sendo a cana-de-açúcar o único produzido pelo setor denominado empresarial ou não familiar. Essa expressiva contribuição destaca a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos essenciais para a população boliviana e é por isso, que esse segmento, constitui uma parte significativa das unidades produtivas agropecuárias na Bolívia, constituindo-se na base da segurança alimentar do país (LIENDO, 2014).

Segundo Cabezas (2021) e Tito & Wanderley (2021), além dos produtos previamente mencionados, a agricultura familiar na Bolívia contribui, ainda que em menor escala, para a geração de produtos em outros segmentos do setor agropecuário,

como os cultivos não alimentares, a produção pecuária, atividades de caça, pesca e silvicultura. Essa participação diversificada destaca a versatilidade e a capacidade de adaptação da agricultura familiar, que não se limita apenas à produção de alimentos básicos, mas também desempenha um papel fundamental na oferta de matérias-primas industriais, na produção de carnes, leite e outros derivados de animais, bem como na extração de recursos florestais e pesqueiros. Essa multifuncionalidade é essencial para o fortalecimento da economia rural e para a segurança alimentar do país, pois permite uma gestão sustentável dos recursos naturais e aumenta a resiliência diante das oscilações do mercado e dos desafios ambientais.

Uma das principais características da agricultura familiar na Bolívia é sua diversidade e capacidade de adaptação às diferentes regiões geográficas do país. A Bolívia possui cinco principais regiões agroprodutivas (Figura 1): Amazônia, Altiplano, Gran Chaco, Planícies Tropicais e Vales (FAO, 2022; TITO & WANDERLEY, 2021), o que se deve principalmente à sua vasta topografia e ao gradiente altitudinal que vai de 100 até 6.542 metros acima do nível do mar (IBISCH; MÉRIDA, 2003). Cada uma dessas regiões apresenta condições climáticas e geográficas distintas, o que levou as famílias agricultoras a desenvolverem práticas adaptadas aos seus respectivos ambientes. Esse processo não apenas garante a produção de uma ampla variedade de alimentos, mas também contribui para a preservação da riqueza biocultural do país (CABEZAS, 2021).

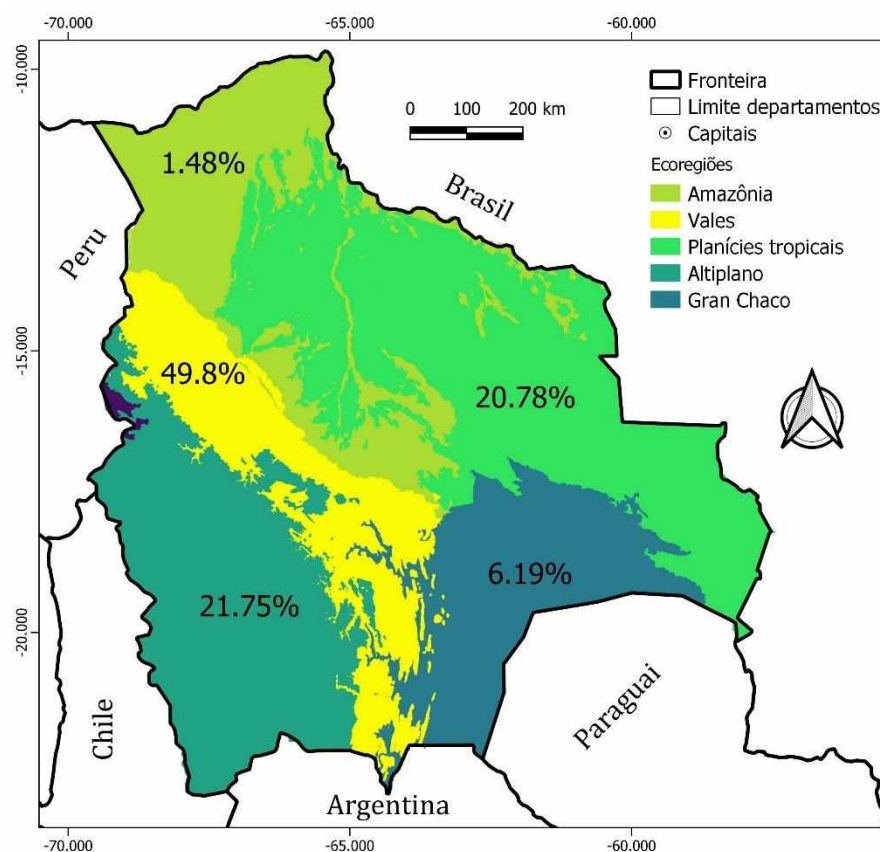


Figura 1 Distribuição geográfica das regiões agroprodutivas na Bolívia

Fonte: Elaboração própria (Baseado nos dados de Tito & Wanderley 2021)

Para melhor compreensão da abrangência e da importância da agricultura familiar na Bolívia, apresenta-se uma classificação (Figura 2) baseada nas pesquisas realizadas por Cabezas, (2021); Tito & Wanderley, (2021), que demonstra quantitativamente a participação da agricultura familiar dentro do setor. Além disso, foi utilizada a tipologia da agricultura familiar mencionada no Capítulo 1 desta pesquisa para classificar os agricultores familiares de maneira mais precisa, proporcionando informações ainda mais detalhadas e aprofundando a análise do setor com base nos diferentes níveis que caracterizam esses produtores. Para quantificar essas informações, os autores mencionados utilizaram as Unidades de Produção Agropecuária (UPA) como unidade de observação.

Segundo o INE (2015) e a (FAO, 2022), uma Unidade de Produção Agropecuária (UPA) é definida como um empreendimento agropecuário operado sob uma mesma administração, podendo ser gerido por uma pessoa, uma família, uma comunidade

indígena ou camponesa, ou até mesmo por associações e cooperativas. Essa unidade possui um espaço físico delimitado, que pode incluir terras próprias, arrendadas ou em usufruto, abrangendo áreas de cultivo, pastagens, florestas e corpos d'água utilizados para a produção agropecuária. As UPA realizam atividades agrícolas, pecuárias ou florestais e podem se especializar em um único segmento ou combinar diferentes tipos de produção, como cultivo de lavouras, pecuária e aproveitamento florestal.

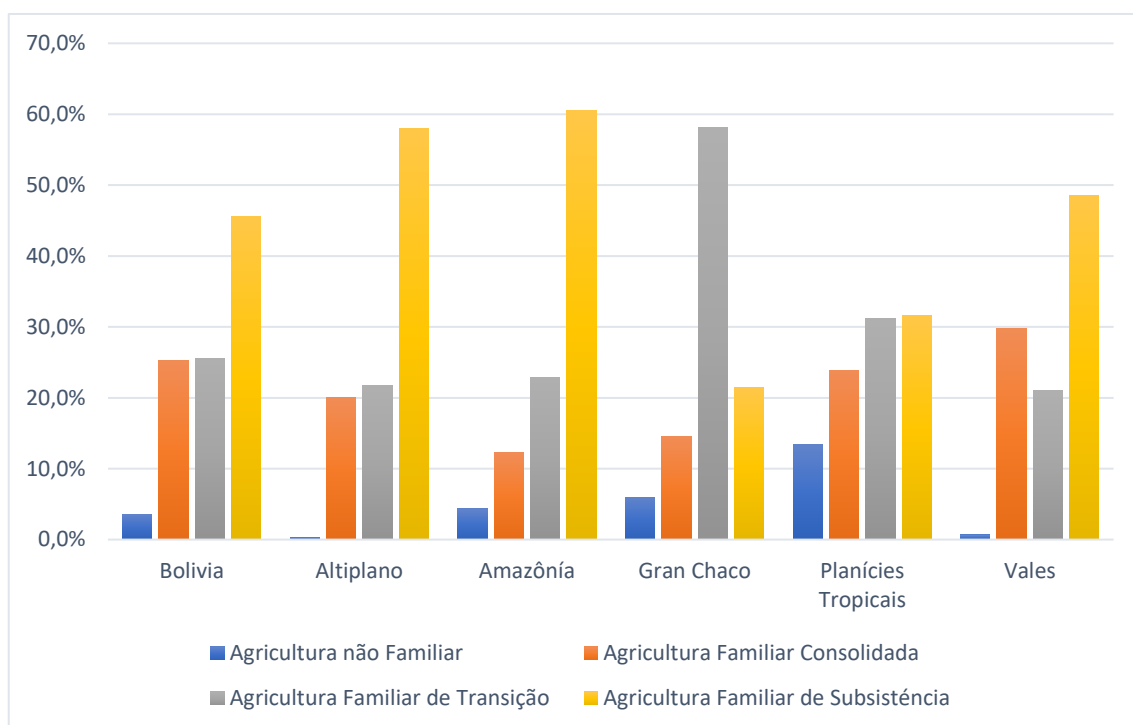


Figura 2 Distribuição de UPAs na Bolívia, por região e tipologia

Fonte: *Elaboração própria (Baseado nos dados de Tito & Wanderley 2021)*

Tabela 1 Distribuição de UPAs na Bolívia, por região e tipologia

	Bolívia		Altiplano		Amazônia		Gran Chaco		Planícies Tropicais		Vales	
	UPA	%	UPA	%	UPA	%	UPA	%	UPA	%	UPA	%
Agricultura não familiar	21.537	3,6%	381	0,3%	383	4,3%	2.205	6,0%	16.630	13,4%	1.938	0,7%
Agricultura Familiar Consolidada	150.841	25,2%	26.014	20,0%	1.082	12,2%	5.397	14,6%	29.645	23,8%	88.703	29,8%
Agricultura Familiar de Transição	153.161	25,6%	28.276	21,7%	2.026	22,9%	21.503	58,1%	38.788	31,2%	62.568	21,0%
Agricultura Familiar de Subsistência	273.032	45,6%	75.524	58,0%	5.351	60,5%	7.921	21,4%	39.339	31,6%	144.897	48,6%
TOTAL	598.571	100,0%	130.195	21,75%	8.842	1,48%	37.026	6,19%	124.402	20,78%	298.106	49,80%

Fonte: *Elaboração própria (Baseado nos dados de Tito & Wanderley 2021)*

A partir das informações obtidas na Tabela 1, é possível respaldar o anteriormente mencionado sobre a importância significativa da agricultura familiar na Bolívia, considerando que é a responsável por 96,2% das UPAs, deixando apenas 3,6% para a agricultura denominada não familiar ou empresarial. Por outro lado, pode-se destacar que, dentro da agricultura familiar, existe uma cobertura similar entre a agricultura familiar consolidada e a de transição, abrangendo 25,2% e 25,6%, respectivamente, enquanto a agricultura familiar de subsistência é a mais preponderante, com 45,6%, contendo praticamente metade das UPAs em todo o país.

Conforme mostra a Tabela 1, a agricultura familiar de subsistência está distribuída em praticamente todo o território nacional, entretanto, o percentual de participação é superior nas regiões da Amazônia, com 60,5% sobre o total da região, do Altiplano, com 58%, e dos vales, com 48,6%. Já nas planícies tropicais, com 31,6%, compartilha protagonismo com a agricultura familiar de transição, e na região do Gran Chaco, com 21,4%, situa-se em segundo lugar, abaixo da agricultura familiar de transição.

É importante para a análise desta pesquisa, além da quantidade de UPAs existentes na Bolívia e sua distribuição nas cinco regiões agroprodutivas, determinar também sua ocupação territorial, pois isso nos permitirá ter um panorama mais claro da realidade atual do setor no país. Pode se observar, de acordo com o que mostra a Figura 3, que a distribuição das terras para cada tipologia é praticamente inversa à quantidade de UPAs que cada uma contém. Por exemplo, nota-se que a agricultura não familiar possui o maior percentual de ocupação de terra, alcançando pouco mais de 40%, apesar de conter a menor quantidade de UPAs, como já foi mencionado anteriormente. Por outro lado, o grupo de agricultores familiares de subsistência, apesar de ser composto por uma quantidade maior de UPAs do que os demais grupos, ocupa apenas um pouco mais de 10% do território.

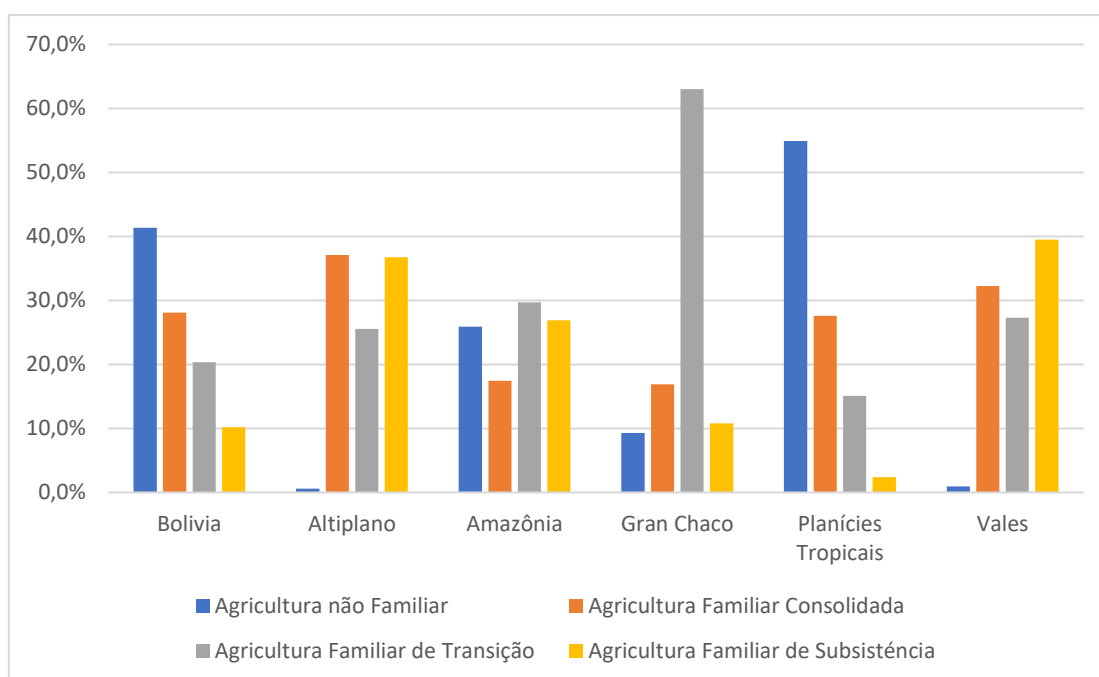


Figura 3 Distribuição de terras por região e tipologia (Hectares)

Fonte: Elaboração própria (*Baseado nos dados de Tito & Wanderley 2021*)

Por outro lado, segundo os dados do último Censo Agropecuário da Bolívia (INE, 2015), 26,75% das UPAs do país possuem superfícies menores que um hectare, e algumas inclusive apresentam extensões inferiores a 0,1 hectare. Na outra extremidade, 0,67% das UPAs dispõem de mais de 1.000 hectares, havendo casos em que a superfície ultrapassa os 5.000 hectares por unidade. Embora seja difícil padronizar o tamanho das UPAs, dado que há grande variação na ocupação de terras entre elas, Tito & Wanderley (2021), estabeleceram, por meio de um cálculo médio da ocupação de terras das diferentes tipologias de UPAs e sua distribuição por regiões, que aquelas que possuem os territórios mais amplos são claramente as UPAs não familiares localizadas na região das planícies tropicais. Em contrapartida, as UPAs pertencentes à agricultura familiar, em suas diferentes tipologias, possuem territórios de tamanho bastante reduzido, principalmente as de subsistência que se encontram localizadas nas regiões do Altiplano, dos vales e da Amazônia. o que pode ser um indicativo de sua baixa escala de produção.

Esses dados são destacados, pois a maioria das políticas públicas desenvolvidas na Bolívia nos últimos anos, voltadas para o setor rural, estão precisamente ligadas ao apoio aos agricultores familiares, principalmente para cooperar com o desenvolvimento daqueles que fazem parte do setor de agricultura familiar de subsistência, visto que este

é o mais vulnerável e apresenta uma alta participação nas diferentes regiões agroprodutivas do país (MARCA, 2019).

Cabe destacar que a agricultura familiar constitui não apenas a base da segurança alimentar do país, mas também é um “motor” econômico, social e cultural nas comunidades rurais. A Bolívia é um país onde a ruralidade e a diversidade geográfica são elementos predominantes, e a agricultura familiar adquire um protagonismo especial, sendo o sustento da maioria das populações rurais e um componente chave para o desenvolvimento inclusivo e sustentável (Cabezas, 2021). Este modelo agrícola, caracterizado pela gestão de pequenas unidades produtivas operadas principalmente por famílias, desempenha um papel crucial na geração de empregos, na preservação de práticas agrícolas tradicionais e no uso sustentável dos recursos naturais (Vargas, 2017).

2.2.2. Importância econômica, social e cultural no desenvolvimento rural.

Do ponto de vista econômico, a agricultura familiar tem grande relevância na Bolívia, sendo essencial para a segurança alimentar, a geração de emprego e o desenvolvimento rural. Segundo Rivero et al (2020), o setor agropecuário apresentou, nos últimos 20 anos, uma participação entre **10% e 18%** do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, desde 2017, o setor tem se consolidado como aquele de maior crescimento, atingindo, em média, **6,6%** ao ano. Cabe destacar que o PIB deste setor, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), tem apresentado crescimento contínuo desde o ano 2000, como pode ser observado na Figura 4. Embora não existam dados desagregados que indiquem a contribuição específica da agricultura familiar para o PIB, sua predominância no setor agrícola sugere uma influência significativa na economia nacional.

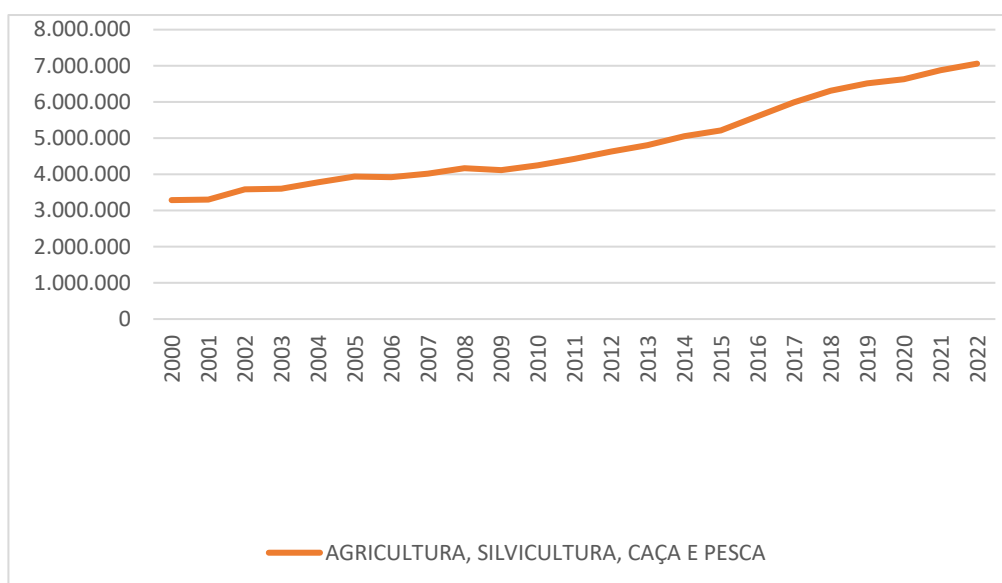


Figura 4 PIB setor agropecuário da Bolívia (Em miles de bolivianos)

Fonte: Elaboração própria, com dados do INE

Por outro lado, a agricultura familiar é uma das principais fontes de emprego nas áreas rurais da Bolívia. Estima-se que cerca de 1,44 milhões de pessoas estejam envolvidas em atividades relacionadas a este tipo de agricultura (Cabezas, 2021), representando uma parcela considerável da força de trabalho rural. Além disso, estima-se que o setor agropecuário, de forma geral, empregue aproximadamente 30,3% da População Economicamente Ativa (PEA) do país, o que corresponde a cerca de 1,6 milhões de pessoas, das quais aproximadamente 93% pertencem às áreas rurais (RIVERO et al., 2020).

Desde a perspectiva sociocultural, a agricultura familiar na Bolívia desempenha um papel que transcende a esfera econômica, especialmente em um país onde cerca de 40% da população se identifica como indígena (INE). Essa forma de agricultura contribui para o fortalecimento da coesão comunitária, a preservação das tradições culturais e o empoderamento de grupos sociais essenciais, como mulheres e jovens. Em muitas comunidades indígenas e camponesas, a agricultura familiar não apenas garante a produção de alimentos, mas também atua como um mecanismo de integração social e transmissão de saberes ancestrais, reforçando os laços comunitários e promovendo a inclusão social, fatores fundamentais para a construção de sociedades mais sustentáveis e resilientes (EYZAGUIRRE, 2015).

Além disso, a agricultura familiar promove a participação comunitária e o trabalho coletivo, fortalecendo os vínculos sociais e a solidariedade entre as famílias. Os sistemas de ajuda mútua, típicos das culturas andinas, continuam a desempenhar um papel crucial na organização do trabalho agrícola, representando não apenas uma forma de cooperação econômica, mas também uma expressão de reciprocidade e pertencimento comunitário (VARGAS, 2017). Outro aspecto fundamental é o papel da agricultura familiar na valorização e transmissão dos conhecimentos tradicionais, especialmente no que se refere à gestão sustentável dos recursos naturais. As práticas agrícolas baseadas na diversidade de cultivos, na rotação de culturas e no manejo agroecológico são conhecimentos que passam de geração em geração, contribuindo para a conservação da biodiversidade e para o equilíbrio ambiental (MARCA, 2019).

A participação ativa de mulheres e jovens na agricultura familiar também reforça sua dimensão social, criando oportunidades para o empoderamento feminino e a renovação das comunidades rurais. Segundo Tito-Velarde (2021) as mulheres, além de desempenharem um papel central na produção de alimentos e na economia doméstica, atuam como guardiãs dos saberes tradicionais e da segurança alimentar familiar. Ao mesmo tempo, o envolvimento dos jovens na atividade agrícola, aliado ao uso de novas tecnologias e práticas agroecológicas, representa uma ponte entre o passado e o futuro, possibilitando a adaptação das comunidades rurais aos novos desafios socioeconômicos e ambientais (Cabezas, 2021). Dessa forma, a agricultura familiar se consolida como um espaço de resistência cultural e social, preservando modos de vida, saberes e valores que são fundamentais para a construção de um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável na Bolívia.

A partir da perspectiva global detalhada anteriormente, pode-se dizer, sem dúvida, que a agricultura familiar tem um impacto direto no desenvolvimento rural, uma vez que sua participação na economia do setor é altamente relevante. Por exemplo, segundo Marca (2019), entre 2005 e 2017, o índice de pobreza na área rural da Bolívia diminuiu de 80% para 55,1% e, embora não existam informações que relacionem especificamente a agricultura familiar com esse fator, é evidente sua contribuição, considerando que é o principal fornecedor de alimentos tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, além de ser responsável por um alto percentual de geração de emprego no setor rural.

2.2.3. Principais limitações e desafios do setor.

Entre as diversas limitações enfrentadas pelos agricultores familiares na Bolívia, destacam-se principalmente o acesso limitado à terra e a falta de titularidade sobre essas propriedades, a carência de infraestrutura e serviços básicos, as barreiras de acesso aos mercados locais devido à concorrência desigual com grandes produtores e produtos importados, as deficiências na educação, que resultam em altos índices de analfabetismo e baixa qualificação especializada, a dificuldade de acesso a crédito e outras formas de financiamento, a escassa disponibilidade de tecnologia e os desafios significativos decorrentes das mudanças climáticas. Todos esses aspectos serão analisados e detalhados a seguir.

Um dos principais obstáculos enfrentados pela agricultura familiar, tem sido o acesso limitado à terra; apesar das reformas agrárias implementadas desde meados do século XX, persistem desigualdades na distribuição da terra. De acordo com o (FIDA, 2016), aproximadamente 34% da população boliviana residiam em zonas rurais, onde os índices de pobreza são elevados. Grande parte dessa população vive em condições de marginalização social e econômica.

Embora a agricultura familiar represente 96% das unidades produtivas agropecuárias do país, sua ocupação abrange apenas 58,6% do território destinado a essa atividade, enquanto que a agricultura não familiar abrange um 41,4% da superfície agropecuária em nível nacional, como se pode observar na Figura 5, evidenciando a concentração de terras em propriedades de maior escala (CABEZAS, 2021; TITO & WANDERLEY, 2021). É nesse sentido que muitas famílias agricultoras, principalmente aquelas pertencentes ao setor da agricultura familiar de subsistência trabalham em pequenas parcelas que não são suficientes para garantir a segurança alimentar nem a sustentabilidade econômica.

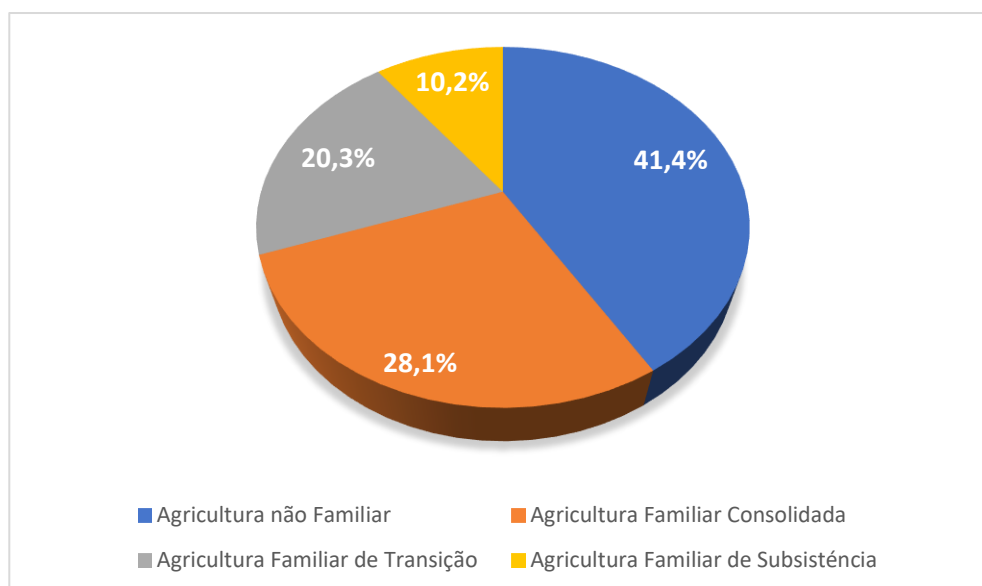


Figura 5 Distribuição de terras por tipologia

Fonte: Elaboração própria (*Baseado nos dados de Cabezas 2021 e Tito & Wanderley 2021*)

Na Bolívia, a posse da terra tem sido historicamente uma questão complexa, com camponeses e indígenas enfrentando dificuldades para acessar terras agrícolas e recursos, o que limita sua capacidade produtiva e sua subsistência. Segundo dados do último Censo Agropecuário INE (2015), as terras estão concentradas nas mãos de poucos proprietários, que em sua grande maioria são grandes produtores (ou seja, que compõem o grupo da agricultura não familiar). deixando a os agricultores familiares com pequenas parcelas, limitando sua produção e autossuficiência. Como evidência disso, está o fato de que, a maior concentração de território destinado ao setor agropecuário está localizada na região das planícies tropicais com um 73%, como pode-se observar na Figura 6, onde há uma clara predominância da agricultura não familiar, representando 54,9% da área total, segundo os dados da Figura 3.

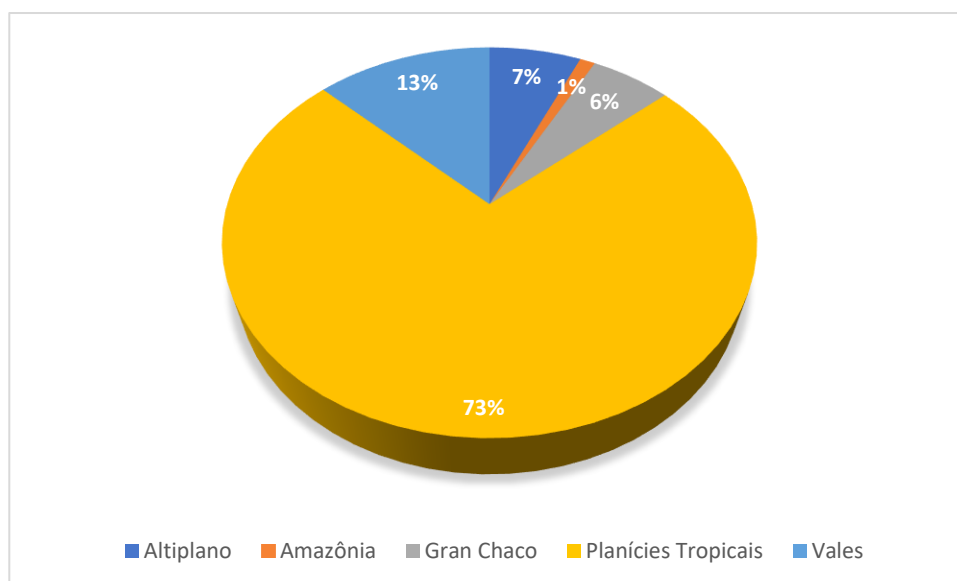


Figura 6 Distribuição de terras por região

Fonte: Elaboração própria (*Baseado nos dados de Cabezas 2021 e Tito & Wanderley 2021*)

É importante destacar também que, segundo a FAO (2015) e Vargas (2017), a região mais apta para a produção agrícola é a das planícies tropicais, particularmente no departamento de Santa Cruz. Trata-se de uma região que se sobressai por sua topografia plana, solos férteis e um clima mais favorável em comparação com outras áreas do país, com temperaturas elevadas e uma estação chuvosa bem definida, que permite o desenvolvimento de ciclos agrícolas intensivos. Em contrapartida, há outras regiões, como o Altiplano ou o Gran Chaco, que, devido às suas condições climáticas extremas, baixa disponibilidade de água, solos menos férteis e dificuldades topográficas, mostram-se menos adequadas às práticas agrícolas.

Esse fator, corroborado pelos dados mencionados anteriormente sobre a distribuição territorial, que mostram o setor da agricultura não familiar ocupando a maior parte da região das planícies tropicais e os agricultores familiares concentrados majoritariamente nas demais regiões, confirma o fato de que os agricultores familiares são relegados a zonas onde as condições são mais desfavoráveis à produção agrícola, agravando ainda mais sua situação de pobreza e constituindo-se em um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Além disso, não se pode deixar de lado, como menciona Vargas (2003), que os pequenos produtores, em sua grande maioria, não possuem documentos que certifiquem a titularidade das terras, o que agrava ainda mais o problema, já que, para acessar créditos ou participar de projetos de desenvolvimento, que fazem parte das políticas públicas, tanto geradas pelo Estado como por organismos internacionais, esse é um requisito quase indispensável.

Por outro lado, a falta de infraestrutura adequada em estradas, eletricidade e telecomunicações nas áreas rurais é uma barreira significativa para o desenvolvimento. Isso afeta não apenas a produção agrícola, mas também a comercialização dos produtos e o acesso aos mercados, limitando a capacidade dos produtores de gerar renda e aumentar sua competitividade (BANCO MUNDIAL, 2023). Além disso, o acesso aos mercados para os agricultores familiares não é apenas limitado pela falta de infraestrutura, mas também enfrenta uma concorrência desigual com grandes produtores e produtos importados, que frequentemente são mais baratos devido a subsídios externos ou economias de escala. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) aponta que a concorrência com grandes empresas distribuidoras exclui muitos agricultores familiares do circuito comercial. Ademais, a falta de organização coletiva entre os agricultores familiares dificulta a negociação de melhores condições no mercado. (BRAVO; SOTOMAYOR; MULDER, 2022).

A educação e a capacitação nas áreas rurais se destacam como outro obstáculo que representa um desafio significativo, já que as taxas de analfabetismo são consideravelmente altas em comparação com as zonas urbanas. Segundo o INE (Censo 2012), a taxa de analfabetismo na área rural da Bolívia atinge 11,9%, em contraste com a área urbana, onde é de apenas 2,7%. Da mesma forma, existe uma diferença importante quanto ao percentual de pessoas capacitadas em áreas técnicas e/ou em nível profissional. Segundo dados do INE (Pesquisa de Domicílios 2021), 39,21% da população urbana alcança estudos superiores (nível universitário e/ou técnico), enquanto na área rural, apenas 9,96% da população chega a esses níveis. Todos esses elementos, como menciona Marques (2014), afetam as habilidades produtivas e a capacidade de gestão dos agricultores familiares. O analfabetismo e o baixo nível de escolaridade limitam as oportunidades dos agricultores de acessar novas técnicas agrícolas e tecnologias inovadoras.

Por outro lado, essas limitações também resultam em outro obstáculo persistente para as famílias agricultoras: a dificuldade de acessar financiamento adequado. Segundo Vargas (2017), os programas de financiamento geralmente promovidos por instituições de apoio e fomento a esses setores, tanto estatais quanto internacionais, exigem o desenvolvimento de um projeto formal, com bases técnicas de alto nível que claramente não são do conhecimento dos agricultores. Da mesma forma, os sistemas financeiros tradicionais, na maioria das vezes, exigem garantias que as famílias rurais não podem oferecer. Isso limita o investimento em tecnologias, insumos e práticas que poderiam melhorar a produtividade e a sustentabilidade das explorações agrícolas.

Outro grande obstáculo é o avanço tecnológico. Apesar de a modernização global ter alcançado parte das áreas rurais na Bolívia, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, esse processo é lento e ainda não é de conhecimento e aplicação da maioria das pessoas que vivem nesse setor. Além disso, as condições econômicas dessas pessoas não permitem um acesso livre a esses recursos, que, sendo ainda limitados, representam um alto custo, tanto para o Estado quanto para os próprios indivíduos. Contrariamente ao que se poderia pensar em relação a este ponto específico, considerando que a tecnologia costuma ser uma ferramenta que gera vantagens, no caso específico desses setores, muitas vezes acaba se tornando um obstáculo, devido às dificuldades de acesso e ao pouco conhecimento sobre elas. A isso se soma o problema abordado no parágrafo anterior (educação e capacitação), já que, na ausência de uma educação adequada e especializada, há uma repercussão iminente na dificuldade de utilização dessas tecnologias (TORRICO, 2014).

Finalmente, mas não menos importante, está o problema das mudanças climáticas. Situações como a desertificação, a perda de biodiversidade e a alteração dos ciclos de chuva são condições que agravam a insegurança alimentar e afetam diretamente a produção e a produtividade agrícola. Os agricultores familiares, com recursos bastante limitados, enfrentam maiores dificuldades para se adaptar a essas condições extremas. As comunidades rurais na Bolívia são particularmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, com fenômenos como secas, inundações e geadas que afetam gravemente a agricultura. As variações no clima representam uma ameaça à produção agrícola, especialmente em cultivos-chave como o milho e a batata, e obrigam as comunidades a adotar estratégias de adaptação que nem sempre estão ao seu alcance (TORRICO, 2014).

Embora o panorama não pareça muito promissor, o desenvolvimento rural na Bolívia também apresenta oportunidades significativas que tornam-se em desafios que, se forem geridos adequadamente, poderiam melhorar a qualidade de vida da população rural e contribuir para a economia nacional, reduzindo em grande medida os efeitos das limitações mencionadas anteriormente e transformando o setor rural em um “motor” de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Dentro dessas oportunidades, que também representam os desafios mais importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar, destacam-se as vantagens de aproveitar a inovação tecnológica, a diversificação produtiva e a associação coletiva como ferramentas estratégicas, além da inserção no desenvolvimento dos elementos da nova ruralidade, que incluem principalmente atividades não agrícolas, e da valorização das vantagens proporcionadas pela ampla biodiversidade da Bolívia. Todos esses aspectos serão analisados e detalhados a seguir.

Entre essas oportunidades, podemos falar sobre a inovação tecnológica. Embora existam limitações atuais no acesso a tecnologias modernas, elas não estão totalmente fora do alcance dos produtores rurais. Segundo Calvo (2019), a inovação tecnológica na agricultura representa um motor-chave para impulsionar o desenvolvimento rural, ao introduzir ferramentas, técnicas e práticas que aumentam a eficiência, a sustentabilidade e a rentabilidade das atividades agrícolas. Uma das inovações tecnológicas que pode se adaptar eficazmente às condições atuais do setor agrícola boliviano é o uso de bioinsumos e nanotecnologia¹. Segundo Bosch (2013), ambas as tecnologias oferecem grandes oportunidades para tornar a agricultura mais eficiente, sustentável e respeitosa com o meio ambiente na Bolívia.

Considerando que as cinco regiões agroprodutivas da Bolívia apresentam condições diferentes em relação às suas características ecológicas, é necessário gerar soluções distintas adaptadas a cada contexto. Nesse sentido, a implementação de sistemas de irrigação tecnificados é outra inovação tecnológica adequada para os pequenos produtores. Por exemplo, no altiplano, onde as geadas e a seca são recorrentes, o uso de sistemas de irrigação por gotejamento e culturas resistentes ao clima pode melhorar

¹ Os bioinsumos, derivados de organismos vivos, fortalecem o solo, impulsionam o crescimento das culturas e controlam pragas de forma sustentável, sem os impactos negativos dos químicos tradicionais. Mesmo así, a nanotecnologia otimiza o uso de nutrientes e água, aumentando a resistência das plantas a pragas por meio de tecnologias de liberação controlada, reduzindo assim a necessidade de químicos (Bosch, 2013).

significativamente a produção. Nos vales, a adoção de tecnologias de pós-colheita, como câmaras de armazenamento controlado, poderia reduzir as perdas de produtos perecíveis como frutas e hortaliças, e nas regiões de Amazônia e as Planícies tropicais, as tecnologias para o manejo sustentável do solo e a implementação de agricultura de precisão podem ser fundamentais para equilibrar o crescimento agrícola com a conservação ambiental (ZEGADA; ARAUJO, 2018).

No nível social, a inovação tecnológica também pode fortalecer a integração das comunidades rurais ao facilitar a capacitação e o acesso a informações relevantes. Plataformas digitais e aplicativos móveis podem fornecer dados climáticos, recomendações de cultivo ou estratégias de mercado em tempo real, capacitando os agricultores com conhecimentos atualizados. Além disso, a tecnologia pode promover a inclusão de mulheres e jovens no setor agrícola, que muitas vezes enfrentam barreiras para acessar recursos tradicionais (BOSCH, 2013).

Outra oportunidade para o desenvolvimento rural na Bolívia é a diversificação produtiva. Segundo Cabezas, (2021), a agricultura familiar boliviana, em suas diferentes tipologias, inclusive a agricultura não familiar, está altamente vinculada ao monocultivo. Apesar de alguns pequenos produtores gerarem mais de um produto, a dependência das UPAS de um produto principal em todos os casos supera os 68%. Por isso, a diversificação produtiva ajudaria significativamente os produtores em geral e, especialmente, os pequenos agricultores ou agricultores familiares, a variar sua produção e reduzir a dependência de monocultivos. Em termos de benefícios para o desenvolvimento rural, a diversificação produtiva fomenta a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sob uma perspectiva econômica, aumenta a renda das famílias ao abrir acesso a mercados variados, tanto locais quanto internacionais. Produtos diferenciados como os orgânicos ou de comércio justo podem encontrar nichos de mercado mais rentáveis, impulsionando a economia local (Vargas, 2017).

Socialmente, fortalece a coesão comunitária ao promover a troca de conhecimentos e a organização em cooperativas ou associações, o que dá aos pequenos produtores maior poder de negociação. Ambientalmente, a diversificação contribui para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, prevenindo problemas como a erosão do solo ou a perda de espécies nativas. Além disso, a cultura ancestral boliviana, baseada na complementaridade entre comunidades de diferentes altitudes, oferece um modelo tradicional de diversificação que pode ser adaptado às

necessidades atuais. Assim, a diversificação produtiva não apenas fortalece a economia rural, mas também contribui para a construção de um desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente nas comunidades camponesas do país (Torrico, 2014).

Outra oportunidade que pode ser explorada no âmbito rural e especialmente para os pequenos produtores é a associação coletiva, que se apresenta como uma ferramenta chave para superar essas limitações. Segundo o FIDA (2016), ao se agruparem, os agricultores conseguem fortalecer seu poder de negociação, o que lhes permite obter melhores preços para seus produtos, acessar insumos mais baratos e reduzir os custos associados à intermediação, até mesmo estabelecendo contratos com grandes compradores ou exportadores, em vez de depender de vendas individuais. Além disso, Vargas (2017) afirma que, a associação facilita o acesso a serviços como consultoria técnica, créditos, programas de capacitação e seguros agrícolas, que seriam inalcançáveis de maneira individual, agindo frequentemente como uma ponte entre os produtores e as instituições financeiras. Essas organizações também desenvolvem estratégias conjuntas de comercialização, como a criação de marcas coletivas, a participação em feiras e a abertura de canais diretos com os consumidores, o que é crucial para produtos diferenciados como os orgânicos, os certificados por comércio justo ou os nativos.

Elas também possibilitam a construção e gestão compartilhada de infraestruturas essenciais, como armazéns, fábricas de processamento, sistemas de irrigação ou transporte, o que contribui para a redução de custos e o aumento da produtividade. Essas associações permitem que os agricultores acessem mercados mais amplos, incluindo os nacionais e internacionais que demandam volumes consistentes e padronizados, algo inviável para produtores individuais. Finalmente, a associação coletiva promove o empoderamento comunitário ao fortalecer as capacidades organizativas e de liderança, promovendo tanto o desenvolvimento social quanto a coesão entre seus membros, consolidando-se, assim, como um pilar fundamental do desenvolvimento rural (TORRICO, 2014)

Também pode ser mencionada como uma oportunidade neste setor, o aproveitamento dos elementos da nova ruralidade, que abrangem o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Dentre elas, uma das mais importantes para este país é o turismo rural. A Bolívia possui um patrimônio cultural e natural bastante rico, que pode ser aproveitado para fomentar o turismo rural. Esse tipo de turismo poderia gerar rendas adicionais para as comunidades rurais, promovendo a cultura local e proporcionando

empregos fora do setor agrícola. Iniciativas de ecoturismo e agroturismo poderiam fortalecer as economias rurais e diversificar suas fontes de rendimento.

Segundo Gurriá (2000), o turismo rural é uma alternativa viável para diversificar as economias rurais, sobretudo nas pequenas comunidades que costumam depender de atividades como a agricultura ou a pecuária. No caso da Bolívia, o turismo rural tem um enorme potencial, dado o seu extenso e diverso patrimônio natural e cultural. O país possui uma geografia rica e variada, que vai desde os desertos do altiplano até as florestas tropicais da Amazônia, passando por montanhas, vales e planícies, o que cria um cenário perfeito para o desenvolvimento de múltiplas formas de turismo rural, como o ecoturismo, o turismo cultural e o agroturismo.

Outra das oportunidades que se pode destacar é a biodiversidade deste país e, com ela, a geração de produtos autênticos bolivianos, que representam um recurso inestimável para o desenvolvimento rural do país, dada sua capacidade de gerar renda, promover a sustentabilidade ambiental e fortalecer a identidade cultural das comunidades rurais. Como menciona o MMAYA (2015), a Bolívia é um dos países mais biodiversos do mundo, graças à sua geografia variada, que abrange ecossistemas tão diversos como as terras altas do altiplano, os vales interandinos, as florestas tropicais da Amazônia e as planícies do Chaco. Essa riqueza natural deu origem a uma ampla variedade de produtos autênticos, muitos dos quais são únicos a nível global e possuem propriedades nutricionais, medicinais e culturais excepcionais.

Entre os produtos autênticos mais destacados da Bolívia estão cultivos como a quinoa, a cañahua, o amaranto, as batatas nativas, a ajipa, assim como frutas exóticas como o achachairú e o copoazú. Também se destacam plantas medicinais como a stevia, a jara e a unha-de-gato, além de madeiras tropicais, fibras naturais como a alpaca e produtos derivados da biodiversidade amazônica, como a castanha (noz do Brasil). Esses produtos não são apenas apreciados por suas qualidades nutricionais e organolépticas, mas também por seu valor cultural e sua conexão com práticas ancestrais preservadas pelas comunidades indígenas e camponesas do país. Aproveitar este patrimônio não é somente uma oportunidade para as comunidades rurais, mas também uma estratégia chave para posicionar a Bolívia como um ator importante em mercados especializados, tanto locais quanto internacionais.

Em síntese, o desenvolvimento rural na Bolívia enfrenta uma encruzilhada. Por um lado, os desafios são consideráveis, mas, por outro, as oportunidades para transformar o setor agrícola familiar são igualmente promissoras. Para aproveitar essas oportunidades, é essencial promover uma abordagem integral que combine investimentos em infraestrutura, acesso ao financiamento, capacitação técnica e fortalecimento das políticas públicas. Além disso, o reconhecimento do valor cultural e ambiental da agricultura familiar, juntamente com um foco em inovação e sustentabilidade, pode posicionar o setor como um pilar chave do desenvolvimento rural na Bolívia. Isso não só beneficiará as comunidades rurais, mas também contribuirá para o bem-estar geral do país ao garantir a segurança alimentar, proteger a biodiversidade e promover um modelo de desenvolvimento inclusivo e resiliente.

2.3. Políticas públicas para a agricultura familiar na Bolívia

2.3.1. Breve evolução histórica

A estrutura agrária da Bolívia passou por profundas transformações ao longo de sua história, marcadas por eventos-chave como a Revolução Nacional de 1952 e a Reforma Agrária de 1953, que buscavam redistribuir a terra entre os camponeses e as comunidades indígenas, rompendo com o sistema feudal que favorecia uma elite latifundiária (TICONA, 2004). No entanto, embora a reforma tenha representado um avanço em direção à justiça social, sua implementação não foi uniforme, gerando desigualdades regionais. No altiplano e nos vales, as parcelas atribuídas foram pequenas e pouco produtivas, o que perpetuou o problema do minifúndio, enquanto que nas terras baixas as transformações foram limitadas, favorecendo os grandes produtores (VARGAS, 2003).

Posteriormente, segundo Morales et al. (2011) as políticas agrárias sob os governos militares nas décadas de 1960 e 1970 promoveram a colonização e a agroindústria, mas aumentaram a concentração de terras nas mãos de poucos. As reformas neoliberais dos anos 1980 e 1990 acentuaram as desigualdades, favorecendo os grandes produtores de cultivos de exportação, como a soja, enquanto os pequenos agricultores enfrentaram dificuldades para acessar mercados, crédito e tecnologia. Ao final dos anos 1990, a redução da intervenção estatal enfraqueceu ainda mais a infraestrutura e os

serviços básicos nas zonas rurais, afetando especialmente as comunidades camponesas mais vulneráveis (HENDEL, 2011)

Na década de 2000, com a ascensão de Evo Morales ao governo, a Bolívia experimentou uma mudança de paradigma em suas políticas rurais, no contexto do conceito de “Estado Plurinacional”. O governo de Morales implementou políticas de inclusão social e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e camponeses, como a Lei de Recondição Comunitária da Reforma Agrária, promulgada em 2006, que foi uma das políticas chave desse período. Essa lei buscava reforçar a soberania alimentar, promover a agricultura familiar e comunitária e garantir o acesso equitativo à terra. Além disso, tentou-se frear a concentração de terras e promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais. Investiu-se também em infraestrutura básica nas comunidades rurais, como estradas, escolas e centros de saúde, o que contribuiu para melhorar o acesso aos serviços básicos (SOLIZ, 2010).

No entanto, como menciona Marques (2014), embora tenham sido feitos avanços em termos de inclusão e acesso à terra, persistem problemas estruturais, como a baixa produtividade e o acesso limitado a tecnologias e mercados para os pequenos agricultores, sem deixar de lado o fato de que muitas das políticas implementadas e as leis promulgadas nesse período geraram controvérsias devido ao seu alto impacto na economia nacional, já que, em muitos casos, não eram sustentáveis a longo prazo, além de causarem muitas implicações negativas para o meio ambiente e a preservação florestal.

Atualmente, a Bolívia continua enfrentando desafios no seu desenvolvimento rural. A fragmentação das terras, a falta de infraestrutura e os problemas de acesso a mercados e financiamento continuam limitando o crescimento do setor agrícola, especialmente para os pequenos produtores. Embora a economia boliviana tenha experimentado crescimento nas últimas décadas, grande parte desse crescimento foi impulsionado pela exportação de recursos naturais e não beneficiou de maneira equitativa as zonas rurais. As comunidades camponesas e indígenas continuam exigindo maior participação na tomada de decisões e políticas que lhes permitam um desenvolvimento sustentável e justo.

2.3.2. Bases gerais e contexto das políticas públicas para a agricultura familiar na Bolívia

Nos últimos 25 anos, as políticas públicas desenvolvidas na Bolívia para o setor agropecuário, especificamente para a agricultura familiar têm sido marcadas por um

processo de transformação que busca fortalecer a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar. Essas políticas têm sido direcionadas à redução da pobreza rural, à promoção do desenvolvimento sustentável e à consolidação da agricultura familiar como um pilar fundamental para o bem-estar das comunidades rurais (PEREZ, 2017).

Desde uma perspectiva geral, Marca (2019) explica que, as bases dessas políticas estão centradas no reconhecimento da agricultura familiar como um ator-chave na produção de alimentos e na preservação dos ecossistemas rurais. Tem-se buscado fomentar a participação ativa de pequenos produtores, comunidades indígenas e camponesas, promovendo o acesso a recursos produtivos, assistência técnica e financiamento, com o objetivo de melhorar suas condições de vida e fortalecer a segurança alimentar local.

De acordo com a FAO (2022), um dos princípios fundamentais tem sido a busca pela integração da sustentabilidade ambiental nas estratégias de desenvolvimento rural, com ênfase na conservação dos recursos naturais, na gestão sustentável da água e do solo e na adaptação às mudanças climáticas. As políticas públicas vêm incentivado a adoção de práticas agroecológicas, a diversificação produtiva e a incorporação de tecnologias que permitam uma produção mais eficiente e resiliente. Além disso, tem sido promovida a equidade de gênero e a inclusão de jovens nas atividades produtivas, reconhecendo o seu papel na dinamização das economias rurais. Essas políticas têm buscado reduzir as lacunas de acesso a serviços financeiros, capacitação e mercados, com o propósito de fortalecer a capacidade organizativa e a autonomia econômica dos pequenos produtores (MARCA, 2019).

Outro aspecto central, segundo Bravo et al. (2022), tem sido a consolidação dos sistemas de comercialização direta e o fortalecimento das redes de economia solidária, permitindo que os agricultores familiares tenham acesso a mercados locais e regionais em condições mais justas. A criação de organizações comunitárias e cooperativas tem sido fomentada como mecanismo para melhorar a capacidade de negociação e a sustentabilidade das atividades produtivas. Nesse contexto, as políticas públicas têm evoluído para abordagens mais integrais, articulando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento rural. Tem-se buscado fortalecer o planejamento territorial participativo, envolvendo as comunidades rurais na definição de suas próprias estratégias de desenvolvimento, com base em suas necessidades e potencialidades (PEREZ, 2017).

Com o propósito de compreender melhor os conceitos apresentados anteriormente, a presente pesquisa buscou estabelecer sete pilares fundamentais como base das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural na Bolívia neste novo século. Essas bases são detalhadas a seguir:

- **Reconhecimento dos direitos coletivos e territoriais:** Consolidou-se o reconhecimento dos povos indígenas originários camponeses como atores fundamentais do desenvolvimento rural, garantindo seus direitos sobre a terra, os recursos naturais e a gestão territorial autônoma.
- **Acesso à terra e redistribuição de recursos produtivos:** Foram geradas políticas de redistribuição de terras, buscando garantir o acesso a terras fiscais para pequenos produtores e comunidades indígenas, priorizando o uso sustentável e a função social e econômica da terra.
- **Apoio à agricultura familiar e à soberania alimentar:** Devido à importância da agricultura familiar na produção e abastecimento de alimentos em todo o território boliviano, foram implementadas políticas que pretendem posicionar esse setor como pilar fundamental na soberania alimentar. Para isso, foram desenvolvidos programas para fortalecer a produção agropecuária em pequena escala como princípio estratégico, com medidas como fornecimento de insumos, assistência técnica, capacitação e acesso a créditos produtivos.
- **Desenvolvimento da economia comunitária e solidária:** As políticas públicas têm fomentado a economia comunitária como alternativa ao modelo agroindustrial, priorizando a associatividade, a produção local e a comercialização direta de produtos agroecológicos, especialmente por meio de organizações comunitárias e cooperativas.
- **Segurança alimentar e apoio aos mercados locais:** Foram criados programas para fortalecer a produção destinada ao consumo interno, como o Programa de Apoio à Segurança Alimentar (PASA) e outros mecanismos de incentivo para o abastecimento dos mercados locais com produtos provenientes da agricultura familiar.
- **Gestão sustentável dos recursos naturais:** As políticas têm promovido práticas produtivas sustentáveis que preservam a biodiversidade, o uso racional da água e a conservação dos ecossistemas, integrando os conhecimentos tradicionais com enfoques agroecológicos.

- **Participação social e protagonismo comunitário:** Consolidou-se a participação de organizações camponesas, indígenas e de produtores na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, reconhecendo seu papel ativo na governança rural.

Essas políticas, mesmo que descontínuas têm contribuído para consolidar a agricultura familiar como um pilar do desenvolvimento rural inclusivo, reconhecendo o seu papel na redução da pobreza, na geração de emprego, na segurança alimentar e na preservação cultural e ambiental.

2.3.3. Instituições e atores-chave

A geração de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento rural e, em particular, à agricultura familiar na Bolívia, envolve uma diversidade de atores-chave que trabalham em conjunto para promover o bem-estar das comunidades rurais. A seguir, destacam-se os principais atores envolvidos:

- **Ministérios e Entidades Governamentais**

- **Ministério do Desenvolvimento Rural e Terras (MDRyT):** É a entidade governamental responsável por formular e executar políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural integral e à gestão de terras na Bolívia. Sua atuação se concentra na promoção da segurança e soberania alimentar, bem como no apoio aos produtores agropecuários, especialmente àqueles dedicados à agricultura familiar.
- **Serviço Estatal de Autonomias (SEA):** Este órgão é responsável por coordenar e assessorar na implementação de políticas de desenvolvimento rural agropecuário, trabalhando em conjunto com as entidades territoriais autônomas para promover o desenvolvimento econômico local e melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais.

- **Organizações Não Governamentais (ONGs)**

- **Centro de Investigação e Promoção do Campesinato (CIPCA):** É uma organização que atua na promoção do desenvolvimento rural integral e sustentável na Bolívia. O CIPCA realiza pesquisas e oferece apoio técnico às comunidades

camponesas e indígenas, com foco no fortalecimento da agricultura familiar e na melhoria das condições de vida no meio rural.

- **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA):** Embora seja um organismo internacional, o IICA colabora estreitamente com atores locais na Bolívia para fortalecer as capacidades institucionais e técnicas relacionadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. Seu objetivo é melhorar a produtividade e a sustentabilidade do setor agropecuário no país.
- **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO):** É um organismo especializado das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para erradicar a fome e melhorar a nutrição e a segurança alimentar. Na Bolívia, a FAO colabora estreitamente com o governo e outras organizações para apoiar iniciativas que buscam melhorar a produção agrícola, a nutrição e a gestão sustentável dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento rural e o bem-estar das comunidades locais.
- **Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA):** É uma instituição financeira internacional e um organismo especializado das Nações Unidas, que se dedica a erradicar a pobreza e a fome nas zonas rurais dos países em desenvolvimento. Desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável, com foco na melhoria das condições de vida das populações rurais e no fortalecimento de suas capacidades para alcançar um desenvolvimento autônomo e sustentável. Na Bolívia, o FIDA financiou 14 projetos, com um investimento total de 276 milhões de dólares, dos quais 156 milhões foram aportados pelo próprio Fundo. Esses projetos beneficiaram milhares de comunidades e lares rurais no país.

• Organizações Camponesas e Comunitárias

- **Organizações Econômicas Camponesas (OECAs) e Organizações Econômicas Comunitárias (OECOMs):** Essas entidades agrupam pequenos produtores e comunidades rurais com o propósito de melhorar a produção, a comercialização e o acesso a recursos. Têm como objetivo impulsionar a agricultura familiar sustentável na Bolívia, proporcionando um marco legal para seu fortalecimento e desenvolvimento.

- **Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB):** É uma das principais organizações que representa os trabalhadores camponeses do país. A CSUTCB participa ativamente na formulação e defesa de políticas públicas que beneficiem o setor rural, incluindo aspectos relacionados à agricultura familiar e à posse da terra.

Esses atores desempenham papéis fundamentais na construção e implementação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento da agricultura familiar na Bolívia. Sua colaboração e articulação são essenciais para promover um desenvolvimento rural integral e sustentável no país.

2.3.4. Marco normativo e linhas de ação para a consolidação das políticas públicas

2.3.4.1. Marco legal

Com base nos sete pilares estabelecidos acima, a seguir são detalhadas as normativas e linhas de ação mais importantes apontadas pelo governo boliviano a partir do ano 2000, com o propósito de executar as políticas públicas propostas para fomentar o desenvolvimento rural e que têm incidência direta na agricultura familiar. Em primeiro lugar, pode-se mencionar as leis que respaldam essas políticas, entre as quais a principal não pode ser outra senão a Constituição Política do Estado (CPE). Entre os anos de 2006 e 2007, foi redigida uma nova CPE boliviana, precisamente a partir da nova visão de Estado, enquadrada na reivindicação social dos povos indígenas e camponeses (PEREZ, 2017).

A Nova Constituição Política do Estado (NCPE) da Bolívia, embora tenha sido promulgada apenas em 2009, desde sua concepção alguns anos antes, marcou o início de uma transformação social e política importante. Como explica Dávalos (2013), com a introdução do conceito de Estado Plurinacional, foi assinalada uma mudança estrutural ao reconhecer que a Bolívia não é uma nação homogênea, mas um país composto por múltiplos povos indígenas originários camponeses, com identidades, idiomas, cosmovisões e formas próprias de organização. A NCPE garante os direitos coletivos desses povos, como a autonomia, a gestão territorial, a participação na tomada de decisões e o acesso equitativo aos recursos naturais, promovendo um modelo de desenvolvimento com identidade, que valoriza os saberes ancestrais e a convivência harmônica com a natureza.

Segundo Marca (2019), no âmbito das políticas públicas, essa visão plurinacional redefine o desenvolvimento rural ao priorizar um modelo econômico baseado na economia comunitária e solidária, onde a agricultura familiar é considerada fundamental para a soberania alimentar e o bem-estar das comunidades rurais. A NCPE estabelece a obrigação do Estado de garantir o acesso à terra, promover a produção agropecuária em pequena escala e desenvolver políticas de fomento, financiamento e assistência técnica voltadas para os produtores familiares. Além disso, reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais e das práticas sustentáveis, fomentando um desenvolvimento inclusivo e sustentável que responda às necessidades e particularidades dos povos indígenas e camponeses (PEREZ, 2017).

Além da NCPE, durante as últimas duas décadas, foram promulgadas outras leis voltadas para o setor, que perseguem a mesma finalidade: fortalecer as comunidades camponesas e respaldar o apoio à agricultura familiar. Entre essas leis, podemos mencionar algumas como, a Lei nº 3545 de Recondução Comunitária da Reforma Agrária, promulgada na Bolívia em 28 de novembro de 2006, introduziu modificações significativas à Lei nº 1715 de 1996, conhecida como a Lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária (INRA). Esta norma buscou aprofundar e reorientar o processo de reforma agrária no país, enfatizando a justiça social, a equidade na distribuição da terra e o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas e camponesas. A Lei nº 3545 surgiu em um contexto de demandas históricas de movimentos sociais, indígenas e camponeses que exigiam uma redistribuição mais justa da terra e o reconhecimento de seus territórios ancestrais. O objetivo principal dessa lei foi modificar e incorporar novas disposições à Lei INRA, adaptando-as à realidade sociopolítica do país e às necessidades das comunidades rurais (TORRICO, 2014).

Entre as principais modificações introduzidas, Renjel & Quevedo (2011) destaca o reconhecimento dos direitos coletivos das comunidades indígenas e camponesas sobre seus territórios, facilitando a titulação das terras comunitárias e promovendo a gestão coletiva dos recursos naturais. Também foi estabelecido que as terras devem cumprir uma função econômico-social, ou seja, devem ser produtivas e beneficiar o desenvolvimento da comunidade. As terras que não cumprissem essa função poderiam ser revertidas para o Estado, para redistribuição. Além disso, os processos de saneamento e titulação de terras foram agilizados, priorizando as comunidades indígenas e camponesas, com o objetivo de garantir segurança jurídica e promover o desenvolvimento rural. A lei também visava incentivar a participação comunitária, gerando uma

participação ativa das comunidades nos processos de reforma agrária, incluindo o planejamento, execução e controle das políticas relacionadas à terra. Finalmente, reforçaram-se as medidas contra a concentração excessiva de terras (latifúndios), promovendo uma distribuição mais equitativa e evitando a especulação com a terra.

Outra lei direcionada aos mesmos objetivos é a lei da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária (Lei Nº 144), que foi promulgada em 26 de junho de 2011 na Bolívia, estabelecendo o marco legal para impulsionar a produção agropecuária comunitária com o objetivo de alcançar a soberania alimentar no país. Baseia-se na Constituição Política do Estado e em convenções internacionais que reconhecem os direitos dos povos indígenas e promovem o desenvolvimento rural integral.

A lei segundo Hillenkamp (2016) tem como objetivo normatizar o processo da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária, estabelecendo bases institucionais, políticas e mecanismos técnicos, tecnológicos e financeiros para a produção, transformação e comercialização de produtos agropecuários e florestais. Dá prioridade à produção orgânica em harmonia com a Madre Terra, buscando alcançar a soberania alimentar com condições de segurança e qualidade para o "Viver Bem". A lei se aplica a entidades do nível central do Estado, entidades territoriais autônomas, comunidades indígenas originárias e camponesas, comunidades interculturais e afrobolivianas, assim como a outras entidades públicas, privadas, mistas e produtores individuais e coletivos que intervêm no desenvolvimento produtivo e na segurança alimentar. Segundo Perez (2017), os principais temas abordados por esta lei são:

a) Desenvolvimento de políticas para a Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária: Foram estabelecidas políticas de Estado para fortalecer a base produtiva, promover a produção orgânica, garantir o acesso a recursos produtivos e fomentar a pesquisa e inovação tecnológica no setor agropecuário.

b) Criação das Organizações Econômicas Comunitárias (OECOM): As comunidades indígenas originárias e camponesas, comunidades interculturais e afrobolivianas foram reconhecidas como organizações econômicas comunitárias, o que promoveu sua participação ativa na gestão territorial e nos processos de produção, transformação e comercialização de produtos agropecuários.

c) Ajuste Estrutural da Institucionalidade Pública do Setor Agropecuário: Com essa medida, buscou-se principalmente reestruturar as instituições públicas para facilitar a assistência técnica e tecnológica integral, garantindo uma produção suficiente e

sustentável de alimentos. Além disso, promoveu-se o planejamento participativo das comunidades e atores da economia plural, com base na vocação e no potencial produtivo de cada região, assim como nos recursos naturais disponíveis.

d) Sistemas de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Informação: Pretendeu-se com esta lei estabelecer sistemas para promover a pesquisa e a inovação tecnológica, bem como a disseminação de informações oportunas para o desenvolvimento do setor agropecuário.

e) Regulação da Produção, Industrialização e Comercialização de Alimentos: Foram implementados sistemas de regulação que consideram aspectos como volume, qualidade, tempo e geração de reservas, a fim de garantir a segurança alimentar.

f) Acesso a Insumos, Infraestrutura Produtiva, Assistência Técnica e Capacitação: A lei propõe alternativas para facilitar que os produtores tenham acesso a insumos, infraestrutura, assistência técnica e capacitação, fortalecendo suas capacidades produtivas.

g) Manejo Sustentável da Água e Recursos Genéticos: A lei promove o uso sustentável e adequado da água e dos recursos genéticos para garantir processos produtivos eficientes e em harmonia com o meio ambiente.

De maneira geral, ao promover a produção local e orgânica, essa lei buscava reduzir a dependência de importações, principalmente de alimentos de consumo massivo, e garantir uma soberania alimentar, com alimentos saudáveis para a população boliviana. Além disso, empodera as comunidades rurais ao designá-las como responsáveis diretas pela gestão territorial, promovendo um maior controle sobre seus processos produtivos e comerciais, mas oferecendo-lhes o apoio necessário do Estado para facilitar o acesso a recursos e serviços, garantindo sua sustentabilidade ao longo do tempo (HILLENKAMP, 2016).

Além das leis especificamente direcionadas ao setor agropecuário da Bolívia e ao incentivo da agricultura familiar, outras legislações promulgadas nos últimos anos, embora com objetivos diferentes, têm contribuído de forma colateral para o desenvolvimento rural. Entre essas, destaca-se a Lei dos Direitos da Mãe Terra de 2010, que reconhece a Mãe Terra como sujeito de direitos, e a Lei Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para Viver Bem, uma extensão da anterior, que estabelece os

direitos da natureza, atribuindo aos territórios indígenas e camponeses a responsabilidade por seu cumprimento (DÁVALOS, 2013).

Outra legislação relevante é a Lei de Fomento à Produção Agroecológica ou Orgânica (Nº 765), promulgada em 2011, que visa promover sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, estabelecendo um marco regulatório que incentiva práticas sustentáveis sob as perspectivas ambiental, econômica, social e cultural. Essa normativa busca contribuir para a conservação e restauração dos ecossistemas e agroecossistemas, bem como para o uso sustentável da terra, sendo direcionada a produtores, individual ou coletivamente, que implementam ou desejam adotar esses modelos de produção, promovendo a aplicação de boas práticas agrícolas para garantir um equilíbrio entre produtividade e preservação ambiental (DÁVALOS, 2013).

Além disso, leis que instituíram programas sociais, como o Bono "Juana Azurduy" e o Bono "Juancito Pinto", que distribuem recursos diretamente à população com o objetivo de reduzir a pobreza, a fome e fomentar a saúde e a educação, também podem ser mencionadas. Embora não sejam direcionadas exclusivamente ao setor agropecuário ou à área rural, essas iniciativas contribuem indiretamente para o setor em questão, ao aumentar o poder aquisitivo das pessoas e melhorar suas condições de vida, fomentando, de certo modo, a comercialização e, conseqüentemente, a produção de alimentos desenvolvidos por pequenos agricultores ou agricultores familiares (DÁVALOS, 2013).

2.3.4.2. Linhas de ação

Bajo o guarda-chuva dessas leis, é que foram sendo formadas as linhas de ação para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural na Bolívia. Dentro dessas linhas de ação, podemos mencionar como as mais importantes, a Criação do Fundo de Desenvolvimento Indígena da Bolívia (FDI), que é uma instituição pública descentralizada criada para promover o desenvolvimento produtivo dos povos indígenas originários, camponeses, comunidades camponesas, interculturais e afro-bolivianas. Seu objetivo principal é gerir, financiar, executar e fiscalizar programas e projetos que promovam o progresso dessas comunidades, contribuindo para a segurança e soberania alimentar do país.

O FDI foi criado em 26 de agosto de 2015, por meio do Decreto Supremo N° 2493, como sucessor do Fundo de Desenvolvimento para os Povos Indígenas Originários e Comunidades Camponesas (FDPPIOYCC), que havia sido estabelecido em 2005, financiado com recursos provenientes do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH), com a finalidade de financiar projetos de desenvolvimento produtivo, social e de fortalecimento organizacional em benefício das comunidades indígenas e camponesas. Este primeiro fundo foi alvo de denúncias de corrupção e má gestão, o que levou à sua intervenção e posterior liquidação, sendo substituído pelo FDI. O FDI foi estabelecido com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sob a supervisão do Ministério de Desenvolvimento Rural e Terras, com sede na cidade de La Paz e a possibilidade de estabelecer escritórios em todo o território nacional (CIPCA, 2017).

Nesse mesmo contexto, outra ação relevante foi a criação da Empresa de Apoio à Produção de Alimentos (EMAPA), que é uma entidade estatal boliviana criada por meio do Decreto Supremo N° 29.230 em 2007, cujo principal objetivo é fortalecer a produção agropecuária e agroindustrial do país, contribuindo para a estabilização do mercado interno de alimentos e apoiando os agricultores na comercialização de seus produtos. A EMAPA oferece assistência aos setores produtivos por meio da provisão de insumos agrícolas, sementes certificadas, fertilizantes e outros recursos necessários para melhorar a produtividade e a qualidade das colheitas. Também desempenha um papel crucial na regulação de preços e na garantia do abastecimento de produtos agropecuários no mercado interno, evitando a especulação e assegurando o acesso da população a alimentos básicos. Por outro lado, esta empresa tem um papel importante no processo de comercialização da produção agrícola, uma vez que facilita a venda dos produtos agrícolas de pequenos e médios produtores, garantindo mercados para suas colheitas, o que incentiva a produção nacional e melhora as condições de vida dos agricultores (EMAPA, [s.d.]).

Uma ação fundamental para o desenvolvimento rural e, em especial, para o apoio à agricultura familiar, foi a criação do Banco de Desenvolvimento Produtivo. O Banco de Desenvolvimento Produtivo - Sociedade Anônima Mista (BDP-S.A.M.) é uma instituição financeira boliviana com sede na cidade de La Paz, que opera como o único banco de desenvolvimento do país. Sua missão é promover e financiar o desenvolvimento produtivo nacional, especialmente em setores estratégicos e regiões com potencial de crescimento. O BDP foi estabelecido em 2007 como uma entidade de intermediação

financeira voltada à promoção e financiamento do desenvolvimento produtivo na Bolívia. Esta entidade financeira se dedica a impulsionar o desenvolvimento de setores produtivos-chave na Bolívia, proporcionando financiamento e assistência técnica para projetos que contribuam ao crescimento econômico e à geração de empregos.

O banco opera tanto na intermediação financeira de primeiro piso, oferecendo créditos diretos aos produtores, quanto de segundo piso, canalizando recursos através de outras entidades financeiras para ampliar seu alcance e cobertura. Além do financiamento, o BDP oferece serviços de assistência técnica e capacitação aos produtores, fortalecendo suas capacidades e melhorando a eficiência e a sustentabilidade de seus projetos. O banco incorpora em suas políticas e operações critérios de sustentabilidade ambiental e social, promovendo projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do país, incluindo o apoio a iniciativas que incentivem o uso responsável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e a inclusão social. Também desenvolve programas de educação financeira direcionados a produtores e empreendedores, com o objetivo de melhorar suas habilidades na gestão de recursos e na tomada de decisões econômicas. Além disso, participa em atividades de responsabilidade social que buscam o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento integral da sociedade boliviana (BDP, [s.d.]).

Entre os anos agrícolas de 2011-2012 e 2020-2021, a produção agrícola na Bolívia totalizou 182 milhões de toneladas, com um recorde alcançado em 2021. Nesse período de 10 anos, a produção agrícola cresceu 39%, com destaque para produtos oleaginosos e industriais (INE). Embora esse crescimento não possa ser atribuído exclusivamente ao BDP, o banco tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do setor por meio de seus financiamentos e serviços de assistência técnica. Segundo a Associação Boliviana de Informação (ABI), o BDP beneficiou 42.524 produtores dos setores de agricultura e pecuária nos nove departamentos da Bolívia, por meio de financiamentos flexíveis e focalizados, os quais têm como objetivo fortalecer as capacidades dos produtores, melhorar a eficiência e promover a sustentabilidade de seus projetos (ABI, 2023).

Em resumo, o Banco de Desenvolvimento Produtivo é uma instituição chave no ecossistema financeiro da Bolívia, dedicada a promover o desenvolvimento econômico e social do país por meio do financiamento e apoio técnico aos setores

produtivos, com um enfoque especial nos agricultores familiares e no desenvolvimento rural.

2.3.4.3. Planos pela implementação das políticas públicas.

Após ter detalhado o marco legal que respalda as políticas públicas já mencionadas e as linhas de ação estabelecidas, a seguir são apresentados os planos executados nos últimos anos, que têm permitido a implementação dessas políticas até a atualidade.

Nos primeiros anos do século XXI, o enfoque político foi influenciado pelos compromissos internacionais de redução da pobreza estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nesse contexto, foi implementado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) entre 2001 e 2005, que visava abordar problemas de pobreza rural e promover a modernização agrícola, embora, de forma geral, tenha tido um alcance limitado devido a restrições orçamentárias e à falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo.

Em 2006, foi implementado um novo PND intitulado "Bolívia Digna, Soberana, Produtiva e Democrática para Viver Bem", que redefiniu as estratégias de desenvolvimento nacional. O PND 2006-2011 colocou um foco mais claro no fortalecimento da agricultura familiar e comunitária. Por exemplo, foram implementados programas como o Programa de Apoios Diretos para a Criação de Iniciativas Agroalimentarias Rurais (CRIAR), destinado a fortalecer a agricultura familiar, camponesa e indígena, e o Programa Empreendimentos Organizados para o Desenvolvimento Rural Autogestionado (EMPODERAR), focado no desenvolvimento das capacidades produtivas nas comunidades rurais. Por se tratar de planos quinquenais, o PND deveria ter sido renovado após 2011, no entanto, não existem registros de um plano específico entre os anos de 2011 a 2015. Isso é atribuído ao fato de que o governo em exercício foi reeleito em 2010 e foram mantidas as bases do PND que estava em vigor.

A partir de 2016, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi substituído pelo novo plano quinquenal denominado Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) 2016-2020. Aprovado pela Lei N° 786, este plano estabeleceu-se como uma estratégia abrangente para orientar o desenvolvimento do país, alinhado à visão do Viver Bem e à Agenda Patriótica 2025. O PDES visava alcançar o desenvolvimento econômico

e social com equidade, priorizando a erradicação da pobreza extrema e garantindo o acesso universal a serviços básicos como água potável, saneamento, eletricidade e telecomunicações. Propôs melhorar a qualidade dos serviços de saúde e educação, além de promover o esporte como parte do desenvolvimento integral da população.

A soberania científica e tecnológica foi outro pilar fundamental, incentivando a pesquisa e a inovação adaptadas à identidade cultural do país. Também buscou fortalecer as finanças comunitárias para reduzir a dependência do sistema financeiro capitalista, enquanto a diversificação produtiva e o desenvolvimento integral procuravam romper com a lógica da economia de mercado tradicional. A utilização soberana dos recursos naturais por meio de processos de nacionalização, industrialização e comercialização em harmonia com a natureza foi uma prioridade, juntamente com a promoção da soberania alimentar baseada na produção sustentável e na alimentação saudável. O respeito ao meio ambiente e aos direitos da Madre Terra foi estabelecido como princípio fundamental para o desenvolvimento integral. O plano também enfatizou a integração regional e a cooperação internacional. A implementação e o acompanhamento do PDES foram de responsabilidade do Ministério de Planejamento do Desenvolvimento, que deveria garantir que as políticas públicas e os investimentos estivessem alinhados com os objetivos do plano. Embora tenham sido alcançados avanços em diversas áreas, a implementação foi afetada por fatores econômicos e políticos que limitaram o cumprimento pleno de alguns objetivos.

Finalmente, com base nesse programa, foi implementado o novo PDES (2021-2025), que ainda está em vigor. Este plano é o instrumento estratégico que orienta as políticas públicas e as ações do Estado boliviano durante este quinquênio. Aprovado pela Lei N° 1407 em 9 de novembro de 2021, o PDES estabelece as diretrizes para o planejamento e execução de programas voltados para o desenvolvimento integral do país, com ênfase na reconstrução econômica pós-crise, priorizando a industrialização e promovendo a produção nacional, agregando valor aos recursos naturais do país.

O Plano baseia-se em 10 eixos estratégicos para sua implementação. O primeiro deles visa reconstruir a economia e garantir a estabilidade macroeconômica e social, estabelecendo como base o modelo econômico social comunitário produtivo, promovendo a estabilidade social e econômica. O segundo eixo tem como objetivo a industrialização com substituição de importações, buscando reduzir a dependência de produtos importados por meio do fortalecimento da indústria nacional, aumentando o

valor agregado dos recursos naturais. No terceiro eixo, promove-se a segurança e soberania alimentar, bem como a promoção das exportações com valor agregado e o desenvolvimento turístico, com foco na garantia da produção e distribuição de alimentos para o povo boliviano e o fomento à exportação de produtos nacionais, o que também envolve um impulso ao setor turístico. O quarto eixo busca a soberania científica e tecnológica, com o objetivo de fortalecer a capacidade científica e tecnológica do país, impulsionando a pesquisa e o desenvolvimento em diversas áreas. O quinto eixo se refere à soberania comunitária financeira, promovendo a inclusão financeira e a autonomia das comunidades no âmbito econômico. O sexto eixo estabelece a soberania produtiva com diversificação, visando garantir uma economia menos vulnerável às oscilações de mercados específicos. O sétimo eixo tem um foco cultural, propondo uma revolução democrática e cultural, promovendo a descolonização, além de fomentar uma sociedade mais inclusiva e respeitosa da diversidade. O oitavo eixo centra-se na melhoria da saúde e educação, buscando uma melhoria substancial dos serviços públicos nesses setores essenciais para o bem-estar social. No nono eixo destaca-se a soberania ambiental com desenvolvimento integral, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos naturais e o uso racional do meio ambiente. Finalmente, o décimo eixo promove o aprofundamento do processo de integração e relações internacionais com soberania, buscando fortalecer a posição da Bolívia no âmbito internacional. Estes eixos estratégicos, apresentados no PDES, oferecem um caminho para o desenvolvimento inclusivo, sustentável e produtivo da Bolívia nos próximos anos.

2.3.4.4. Programas e projetos

Para alcançar os objetivos estabelecidos no marco das políticas públicas deste século, destinadas ao desenvolvimento rural, foram gerados muitos programas e projetos em todo o território boliviano. O quadro 1 apresenta um esquema dos que foram considerados na presente pesquisa como os mais importantes ou relevantes.

Quadro 1 Principais projetos e programas pelas políticas públicas na Bolívia no Século XXI

Nº	Programa	Destinatários ou beneficiários	Descrição geral
1	Programa de Empreendimentos Organizados para o Desenvolvimento Rural Autogestionado (EMPODERAR) (2006-2025)	7.360 comunidades em 120 municípios selecionados dos departamentos de Cochabamba, Santa Cruz, Potosí, La Paz, Beni, Chuquisaca e Tarija.	Melhorar o acesso a diferentes mercados, por meio de um modelo de alianças produtivas rurais, para produtores rurais em condições de pobreza, distribuídos em diferentes áreas selecionadas do país.
2	Programa de Apoios Diretos para a Criação de Iniciativas Agroalimentares Rurais (CRIAR) (2009-2022)	Nos 9 departamentos, 72 municípios e 2.202 comunidades.	Aumentar a renda dos pequenos produtores agropecuários bolivianos por meio da promoção de tecnologias que aumentem sua produtividade, contribuindo para a redução dos níveis de vulnerabilidade à insegurança alimentar.
3	Plano VIDA ou Plano de Erradicação da Extrema Pobreza (PEEP) (2009-2016)	Norte de Potosí e sud de Cochabamba	O Plano tem como objetivo fortalecer a segurança alimentar das comunidades rurais que vivem em pobreza extrema e oferecer-lhes oportunidades para aumentar suas rendas. A partir do apoio a atividades de desenvolvimento comunitário com pleno respeito pela identidade cultural e pelas estruturas sociais. Como parte das principais tarefas do projeto, está o objetivo de garantir que cerca de 600 grupos de produtores sejam reconhecidos legalmente e que aproximadamente 9.000 famílias obtenham documentos de identificação para poder acessar créditos.
4	Projeto de Manejo de Recursos Naturais no Chaco e Vales Altos (PROMARENA) (2009-2010)	Chaco boliviano e Vales Altos	Seu principal objetivo foi melhorar os recursos naturais e fortalecer as capacidades dos pequenos produtores rurais para gerenciá-los de maneira sustentável, com o objetivo de reduzir a pobreza rural e combater a desertificação nas regiões do Chaco e Vales Altos. Suas principais atividades incluíram a construção e reabilitação de terraços agrícolas, o plantio de mais de 8 milhões de árvores e o treinamento em técnicas de manejo sustentável de recursos naturais.
5	Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS). (2014-2019)	Nos 9 departamentos do país (52 municípios e 1.752 comunidades).	Melhorar as condições de vida das famílias e comunidades rurais com base no Vivir Bien na área de intervenção do Programa, por meio de: fortalecimento de capacidades, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis, desenvolvimento de empreendimentos econômicos agrícolas e não agrícolas que apoiarão a consolidação de meios de vida sustentáveis, inclusão financeira para promover a sustentabilidade econômica e a gestão de riscos familiares.
6	Projeto de implementação do seguro agrário universal (2011-2025)	Nos 9 departamentos (em 121 municípios)	o projeto foi desenvolvido para proteger os pequenos produtores agrícolas contra perdas causadas por desastres naturais, como geadas, secas, granizos e inundações. Este seguro catastrófico tem como objetivo garantir a sustentabilidade e a segurança alimentar das famílias camponesas, fortalecendo a economia rural e assegurando a continuidade da produção agrícola no país.

Fonte: Elaboração própria (Baseado nos dados do Ministério de desenvolvimento rural e terras).

Foram selecionados os programas mencionados no Quadro 2.1 como os mais relevantes no marco das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural na Bolívia durante as primeiras décadas do século XXI, uma vez que, embora apresentem especificidades distintas em seus objetivos e metodologias, compartilham uma série de características estruturais e conceituais que permitem compreendê-los como parte de uma mesma estratégia estatal de intervenção no meio rural, particularmente em relação ao fortalecimento da agricultura familiar. Uma das principais características em comum entre esses programas é sua orientação territorial e sua abordagem integrada do desenvolvimento rural. Todos eles reconhecem a heterogeneidade do campo boliviano e a necessidade de implementar políticas diferenciadas que respondam às condições sociais, econômicas, culturais e ecológicas de cada região. Assim, adotam uma lógica de intervenção descentralizada que prioriza a participação comunitária, a articulação com os governos locais e a adequação das ações às realidades das comunidades camponesas e indígenas. Essa perspectiva está alinhada ao paradigma do desenvolvimento rural com enfoque territorial, que busca integrar setores, atores e níveis de governo em torno de estratégias sustentáveis e equitativas.

Além disso, esses programas compartilham o compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar como eixo estruturante do desenvolvimento rural. Nesse sentido, reconhecem o papel central desempenhado pelas famílias camponesas na produção de alimentos, na conservação da biodiversidade e na reprodução de práticas culturais e sociais fundamentais para a coesão dos territórios rurais. Por conseguinte, suas ações são voltadas à melhoria das capacidades produtivas, organizativas e comerciais dessas unidades familiares, por meio de diversos instrumentos que incluem o acesso a tecnologias apropriadas, assistência técnica, financiamento, infraestrutura e mecanismos de proteção frente a riscos climáticos ou econômicos.

Por exemplo, o Programa PROMARENA (Programa de Manejo de Recursos Naturais), segundo Camacho (2009), deu ênfase à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento rural, promovendo práticas de manejo sustentável de florestas, solos e água, especialmente em regiões vulneráveis à degradação ambiental. Esse programa apresentou resultados positivos em seu aporte à agricultura familiar, uma vez que, por meio do PROMARENA, incentivou-se a implementação de planos comunitários de manejo de recursos naturais, fortaleceram-se capacidades locais em gestão ambiental e promoveram-se alternativas produtivas compatíveis com a conservação dos ecossistemas.

Por sua vez, o Programa CRIAR (Programa de Criação de Iniciativas Agroalimentares Rurais), cujo objetivo foi facilitar o acesso a tecnologias produtivas adequadas para pequenos produtores, por meio de um modelo de incentivos diretos e assistência técnica baseado no princípio da corresponsabilidade, promoveu a apropriação

tecnológica por parte das famílias rurais, contribuindo para o aumento da produtividade e da segurança alimentar em comunidades camponesas. De modo geral, o Programa CRIAR apresentou resultados promissores na melhoria das práticas agrícolas, no fortalecimento da segurança alimentar e no aumento da renda entre os pequenos agricultores no curto prazo (ARAMBURU et al., 2014)

Da mesma forma, o Programa ACCESOS (Acesso com Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais), segundo Huasco (2022), gerou um impacto positivo ao promover a inclusão econômica das populações rurais em situação de pobreza, por meio do fortalecimento de meios de vida sustentáveis, da diversificação produtiva e da inserção em mercados locais. Apoiado em uma metodologia participativa que priorizava as demandas comunitárias, articulava capacidades locais e gerava ativos econômicos e sociais para as famílias rurais.

Do mesmo modo, outros projetos com estratégias mais amplas, como o PLAN VIDA e o EMPODERAR, canalizaram recursos diretamente para comunidades e organizações de produtores a fim de fortalecer suas capacidades produtivas, por meio de ações concretas como o acesso à terra, a gestão comunitária de recursos e mecanismos ágeis de investimento em infraestrutura e equipamentos produtivos. Esses projetos também geraram um impacto positivo no desenvolvimento rural, principalmente para os pequenos produtores ou agricultores familiares.

Em conjunto, esses programas demonstram uma clara orientação para a inclusão social, a equidade territorial, a sustentabilidade ambiental e a melhoria das condições de vida no campo, tendo como objetivo comum a redução significativa da pobreza na área rural boliviana. Todos eles, além disso, compartilham o princípio da participação como eixo transversal, reconhecendo que o desenvolvimento rural sustentável só é possível com o protagonismo ativo das comunidades. Dessa forma, esses programas despertam interesse para análise, pois representam uma experiência significativa de intervenção pública em prol do desenvolvimento rural e do fortalecimento da agricultura familiar na Bolívia. Por isso, torna-se de grande importância determinar a verdadeira contribuição desses programas para os objetivos gerais das políticas públicas do novo século voltadas ao setor rural, como a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a promoção de um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo, sustentável e enraizado nas realidades socioculturais do país.

2.4. Rumo a uma abordagem prática: O caso do programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS)

O Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais, conhecido como ACCESOS, é uma iniciativa implementada em Bolívia, com o objetivo de melhorar as condições econômicas e sociais das famílias e comunidades rurais vulneráveis. O programa ACCESOS surge a partir da Resolução Ministerial N° 736, com o propósito de contribuir para os objetivos das políticas do Plano do Setor de Desenvolvimento Agropecuário - Revolução Rural e Agrária, fundamentado na Lei N° 391 de 10 de julho de 2013. Sua criação visa alinhar-se à filosofia do viver bem, promovida pelo governo de Evo Morales Ayma, direcionando-se especificamente para a população rural carente nos territórios escolhidos para sua implementação. O desenho do programa foi validado em conjunto pelo governo boliviano e representantes dos grupos-alvo, com a participação do FIDA na Bolívia e na região, além do Fundo Fiduciário da Espanha. Sua concepção atende a duas prioridades nacionais, previamente acordadas pelo Estado boliviano e pelas organizações indígenas e camponesas: (i) Gestão territorial dentro do contexto do regime de autonomias, englobando o manejo sustentável de recursos naturais e a gestão de riscos; e (ii) Garantia de segurança e soberania alimentar mediante o fortalecimento da economia plural (FIDA, 2021).

O programa concentra-se em fornecer acesso a serviços financeiros, assistência técnica e treinamento para promover o desenvolvimento econômico sustentável nessas áreas. O ACCESOS é caracterizado por sua abordagem integrada, que combina diferentes componentes para lidar com as necessidades específicas das populações rurais. Entre esses componentes estão a inclusão financeira, por meio da provisão de microcréditos e outros serviços financeiros adaptados às necessidades dos pequenos agricultores e empreendedores rurais. Além disso, o programa oferece assistência técnica e treinamento em assuntos agrícolas, empresariais e de gestão, com o objetivo de melhorar as habilidades e capacidades dos beneficiários para gerenciar suas atividades produtivas de forma mais eficiente e lucrativa (ACCESOS, 2014).

Outro aspecto importante do ACCESOS é seu foco na inclusão social e de gênero, promovendo a participação equitativa de mulheres e homens em todas as etapas do programa e oferecendo oportunidades para o empoderamento econômico das mulheres rurais. O programa também trabalha em colaboração com outras organizações e entidades governamentais para maximizar seu impacto e alcance. Isso inclui parcerias com

instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento e governos locais para garantir uma implementação eficaz e sustentável das intervenções. (ACCESOS, 2014)

A área de influência do Programa ACCESOS na Bolívia é composta pelos territórios de 52 municípios distribuídos em três blocos regionais separados (Altiplano, Vales e Amazônia): La Paz (11 municípios), Oruro (3); Potosí (4), Chuquisaca (12), Tarija (1), Cochabamba (2), Santa Cruz (3), Beni (2) y Pando (14) (FIDA, 2021). De acordo com a equipe técnica da Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas (UDAPE, 2016) do Ministério de Planejamento do Desenvolvimento (MPD), os critérios de seleção dos municípios foram os seguintes: (i) incidência de pobreza superior a 50%; (ii) ausência de outros projetos de cooperação, e (iii) expansão gradual das áreas geográficas de influência dos projetos prévios PROMARENA e Plano VIDA.

A focalização social do Programa concentrou-se em dois grupos principais: (i) famílias cuja subsistência depende, em certa medida, do cultivo de uma parcela agrícola própria, arrendada ou atribuída; e (ii) grupos sem terra, especialmente mulheres e jovens na faixa etária aproximada de 19 a 39 anos, que buscam iniciar empreendimentos não agrícolas para gerar emprego, ou adquirir terras por meio de adjudicação estatal, organizações territoriais ou outros meios. O programa assume esse setor populacional, pois, na Bolívia, os jovens rurais e, especialmente, as mulheres, experimentam os maiores níveis de subemprego e desemprego, o que, entre outros fatores, impulsiona sua migração para os centros urbanos ou para o exterior. Dentro do alcance do Programa ACCESOS, pretendia-se ajudar uma população aproximada de 28.685 pessoas, pertencentes a 1.651 comunidades que participaram na área de cobertura das unidades operacionais (UOL) nas quais a população foi classificada (FIDA, 2021)

Em resumo, o ACCESOS é uma estratégia abrangente que busca melhorar as condições de vida das famílias e comunidades rurais por meio da oferta de serviços financeiros, assistência técnica e treinamento, com um foco na inclusão social e de gênero em colaboração com outras entidades para alcançar resultados sustentáveis a longo prazo. o Programa é o resultado de uma política pública que busca fortalecer as capacidades produtivas e organizativas das famílias e comunidades rurais, promovendo assim o desenvolvimento econômico local e a segurança alimentar, proporcionando oportunidades concretas para melhorar sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

3. Análise do Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS)

3.1. Introdução

No contexto político, social e econômico boliviano das últimas décadas, marcado por profundas transformações, o desenvolvimento rural tornou-se um dos principais desafios, ocupando um lugar central na agenda do Estado. As desigualdades históricas que caracterizam as áreas rurais do país, muitas vezes associadas à exclusão estrutural de comunidades camponesas e indígenas, bem como às limitações de acesso a recursos, serviços e oportunidades econômicas, têm sido reconhecidas como um obstáculo persistente à consecução de uma justiça social efetiva e de um desenvolvimento equitativo. Diante desse cenário, diversas estratégias governamentais foram implementadas com o objetivo de promover a inclusão e o fortalecimento de setores tradicionalmente marginalizados.

Nesse marco, o Programa ACCESOS, constituiu-se como uma das iniciativas conduzidas pelo Estado boliviano em parceria com a cooperação internacional, com o propósito de transformar a realidade rural do país.

Concebido em coordenação com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e aprovado em 2011, o Programa ACCESOS foi desenhado com o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza, particularmente aquelas cuja subsistência depende da agricultura em pequena escala e de outras atividades produtivas associadas. O programa buscou atender às necessidades de populações caracterizadas por alta vulnerabilidade socioeconômica e climática, que enfrentavam múltiplas barreiras estruturais limitantes ao seu desenvolvimento, como o acesso restrito à terra e à água, a escassa disponibilidade de assistência técnica, a baixa inclusão financeira e a frágil articulação com os mercados. Diante desses desafios, o ACCESOS propôs uma intervenção integral voltada para o fortalecimento das capacidades comunitárias para a gestão sustentável dos recursos naturais, o estímulo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos, agrícolas e não agrícolas e o fomento à inclusão financeira como mecanismo de resiliência e sustentabilidade econômica.

Ao longo de sua implementação, o programa abrangeu pouco mais de meia centena de municípios, distribuídos nas diferentes regiões agroprodutivas do país (cuja

distribuição geográfica já foi detalhada no capítulo 2), alcançando uma diversidade de contextos territoriais, culturais e produtivos. Essa abordagem territorial permitiu adaptar as estratégias às necessidades específicas de cada região, respeitando as dinâmicas próprias das comunidades indígenas originárias camponesas e seus modos de vida. Reforçado com o apoio do Programa de Adaptação da Agricultura de Pequena Escala (ASAP), o ACCESOS também passou a orientar-se para o aumento da capacidade de adaptação das famílias beneficiárias às mudanças climáticas. Dessa forma, além do desenvolvimento rural, a sustentabilidade ambiental, a resiliência climática e a equidade social tornaram-se eixos centrais do programa.

Nesse contexto, o presente capítulo propõe-se a analisar o funcionamento do Programa ACCESOS, sendo dividido em seis partes, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta uma descrição geral do programa e de seu desenho, a partir de seus antecedentes, objetivos e estrutura geral, explorando a lógica de intervenção por meio da descrição de seus componentes operacionais, âmbito de atuação e beneficiários, estratégia de implementação territorial a partir de sua distribuição geográfica e a vinculação do programa com políticas públicas bolivianas de desenvolvimento rural. Na terceira seção, analisa-se a gestão do programa, por meio de sua estrutura organizacional e da modalidade de execução. Por sua vez, a quarta seção apresenta uma revisão sobre a caracterização dos municípios selecionados para serem beneficiados pelo programa ACCESOS, analisando os principais critérios de seleção e focalização, concluindo com uma avaliação sobre a pertinência desses critérios. Na quinta seção, detalham-se as ações e iniciativas específicas geradas pelo programa. Por fim, a sexta seção busca apresentar os resultados gerais da análise realizada ao longo do capítulo, estabelecendo critérios próprios desta pesquisa sobre o impacto econômico e social do ACCESOS nos beneficiários e, de maneira mais ampla, no desenvolvimento rural boliviano.

Em conjunto, esta análise permite avaliar o papel desempenhado pelo ACCESOS na transformação dos territórios rurais bolivianos e extrair insumos relevantes para futuras políticas e intervenções voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da economia rural na Bolívia.

3.2. Descrição geral e desenho do Programa ACCESOS

3.2.1. Antecedentes e contexto de criação

O Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS) surge como uma alternativa no marco das políticas públicas desenvolvidas pelo governo boliviano para reduzir a pobreza rural e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades mais vulneráveis do país (MARCA, 2019). Desde o início do século XXI, conforme menciona Perez (2017), a Bolívia tem implementado diversas estratégias como parte de suas políticas públicas voltadas para a área rural, com o objetivo de fortalecer o setor agropecuário e melhorar as condições de vida da população, com enfoque na inclusão social, na segurança alimentar e na adaptação às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) aprovou o financiamento do Programa ACCESOS em 13 de dezembro de 2011. Seu objetivo central foi melhorar a qualidade de vida dos lares rurais em situação de insegurança alimentar, que dependiam principalmente da agricultura em pequena escala e de outras atividades produtivas associadas. Essas comunidades enfrentavam múltiplos desafios, incluindo acesso limitado à terra e à água, assistência técnica insuficiente, escassez de serviços financeiros e dificuldades de inserção nos mercados, o que as tornava especialmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas (FIDA, 2021).

Segundo o FIDA (2021), o desenho do Programa ACCESOS baseou-se em experiências anteriores adquiridas em outros programas desenvolvidos na Bolívia sob a mesma iniciativa, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Beni (PRODESIB) e o Projeto de Manejo de Recursos Naturais no Chaco e Vales Altos (PROMARENA). Além disso, o programa alinhou-se à política nacional de desenvolvimento, refletida no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) 2016–2020 e na Agenda Patriótica 2025, os quais visavam reduzir a pobreza extrema e fortalecer a resiliência das comunidades rurais. A execução do programa esteve sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Rural e Terras (MDRyT), com apoio do Ministério do Planejamento do Desenvolvimento (MPD) e de outras entidades governamentais e não governamentais.

O programa ACCESOS foi implementado ao longo de um período de seis anos, com início de atividades em agosto de 2013 e encerramento oficial em setembro de 2019. Contou com um orçamento de 46,7 milhões de dólares americanos, financiados

conjuntamente pelo FIDA, Fundo Fiduciário Espanhol (FFE), Tesouro Geral da Nação (TGN), governos municipais participantes e os próprios beneficiários. Adicionalmente, foi concebido o Programa de Adaptação da Agricultura de Pequena Escala (ASAP), a pedido do governo boliviano e em coordenação com o FIDA e a Divisão de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Bolívia, com um orçamento de 12,2 milhões de dólares americanos. Sua inclusão respondeu à necessidade de fortalecer a resiliência das comunidades rurais frente às mudanças climáticas, uma preocupação compartilhada entre o governo boliviano e os organismos internacionais durante o processo de concepção do programa. O ACCESOS concentrava-se na inclusão econômica e no desenvolvimento rural, mas não abordava de forma direta a questão da adaptação climática, razão pela qual o ASAP foi criado para suprir essa lacuna (FIDA, 2013; 2021).

Ainda que o ASAP tenha apresentado características específicas relacionadas à sua concepção, sua execução esteve diretamente vinculada ao ACCESOS, não sendo considerado um programa independente, mas sim um anexo complementar. Nesse sentido, pode-se concluir que o orçamento total do ACCESOS alcançou a cifra de 58,9 milhões de dólares americanos no período. Na Figura 7 apresenta-se a distribuição percentual do investimento de cada um dos atores mencionados.

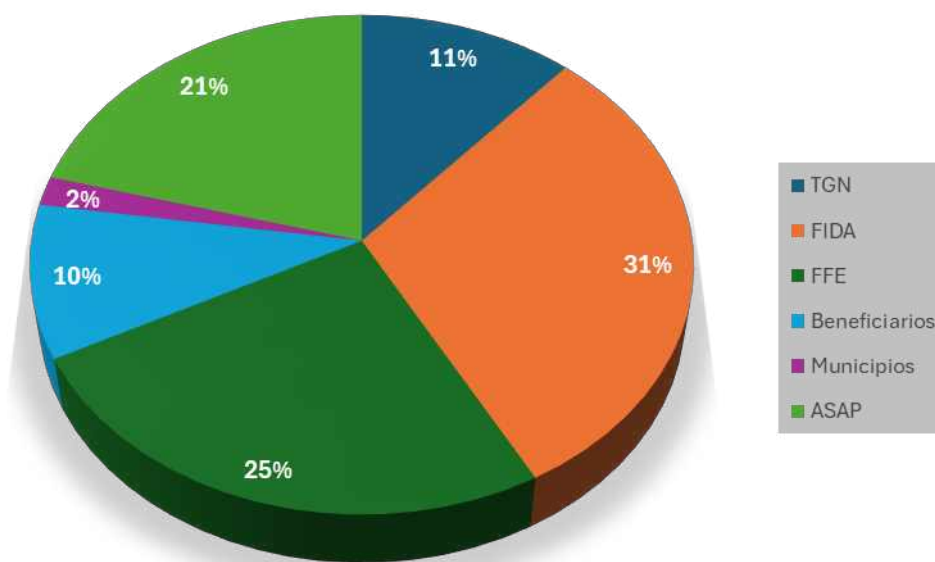


Figura 7 Investimento total (ACCESOS)

Fonte: *Elaboração própria (Baseado nos dados de FIDA 2021)*

3.2.2. Objetivos do Programa

O Programa teve como objetivo principal melhorar as condições de vida dos lares rurais afetados por altos níveis de pobreza e vulnerabilidade diante das mudanças climáticas. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidas metas diretas, tais como: reduzir o índice de pobreza extrema; aumentar os ativos fixos das famílias rurais; diminuir a taxa de desnutrição infantil; reduzir as perdas econômicas associadas a fenômenos climáticos; ampliar a infraestrutura construída; e fomentar iniciativas empreendedoras que mantenham sua rentabilidade em médio e longo prazos (FIDA, 2021).

3.2.3. Desenho estrutural do programa

Para alcançar os objetivos anteriormente mencionados, o Programa ACCESOS foi estruturado em torno de três componentes fundamentais, desenhados para abordar de forma integral as necessidades das comunidades rurais participantes.

- **Componente 1: Manejo de Recursos Naturais, Investimento em Ativos e Empreendimentos Econômicos.** Este componente teve como finalidade principal contribuir para a construção de capacidades comunitárias voltadas à recuperação e gestão sustentável dos recursos naturais renováveis. Foram promovidas iniciativas de manejo da água, conservação de solos, reflorestamento e sistemas agroflorestais. Do mesmo modo, foram incentivados empreendimentos econômicos produtivos (EEP), por meio de cofinanciamento e assistência técnica, com o objetivo de fomentar a diversificação dos meios de vida. Essas atividades foram implementadas com prioridade para a inclusão de mulheres e jovens, como parte das políticas de apoio aos membros das comunidades com menos oportunidades.
- **Componente 2: Inclusão Financeira e Proteção.** Este componente foi orientado a facilitar o acesso das famílias rurais a serviços financeiros adequados, como poupança, crédito e, em menor escala, microsseguros. Foram promovidos mecanismos de poupança condicionada, tanto em grupos quanto individuais, com incentivos destinados a facilitar o investimento em iniciativas produtivas. Também foram desenvolvidas estratégias de educação financeira e

estabelecidas parcerias com instituições financeiras para ampliar a cobertura de serviços nas áreas rurais. Este componente foi ajustado conforme o novo marco normativo financeiro vigente no país.

- **Componente 3: Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto.** O objetivo deste componente foi consolidar uma estrutura operacional eficiente e um sistema eficaz de monitoramento e avaliação. Incluiu a formação da equipe técnica, a elaboração dos Planos Operacionais Anuais (POA), o desenvolvimento de um Sistema de Informação Gerencial (SIG), bem como a realização de estudos-chave, como a linha de base, avaliações de meio termo e de impacto, auditorias e o relatório de encerramento do programa. Essas ações buscaram assegurar uma gestão transparente e orientada para resultados.

Em conjunto, esses três componentes formaram um marco operacional integrado, voltado à melhoria das condições socioeconômicas das comunidades rurais por meio da gestão sustentável dos recursos, do fortalecimento das capacidades produtivas e da promoção da inclusão financeira.

De forma complementar, por meio do componente ACCESOS-ASAP, buscou-se aumentar a resiliência climática das comunidades, por meio de ações de adaptação às mudanças climáticas, planejamento territorial com enfoque em risco e redução da vulnerabilidade dos sistemas produtivos. Em conjunto, essas estratégias visaram promover meios de vida sustentáveis, diversificados e inclusivos, fortalecendo o tecido social e econômico das comunidades rurais bolivianas.

3.2.4. Âmbitos de ação e beneficiários

O Programa foi implementado em 52 municípios, distribuídos pelos nove departamentos do país (Figura 8). Segundo o FIDA (2021), esses 52 municípios englobaram aproximadamente 3.865 comunidades rurais, com uma população total de 539.250 habitantes, em uma área próxima a 72.000 km², o que corresponde a cerca de 132.071 domicílios. A seleção da população foi baseada em diversos critérios fundamentais, entre os quais se destacam principalmente a incidência de pobreza superior a 50% e a ausência de outros projetos de cooperação na região.

Da mesma forma, estabeleceu-se a priorização de regiões e municípios com baixos índices de desenvolvimento humano e econômico, caracterizadas por acesso limitado a serviços básicos, financeiros e técnicos; alta migração para áreas urbanas; vulnerabilidade frente às mudanças climáticas; déficit hídrico (especialmente no altiplano); e uma acentuada fragmentação das parcelas agrícolas. Além disso, a população-alvo compreendia pequenos produtores rurais, microempreendedores e artesãos com acesso restrito a recursos e ativos pouco valorizados, inseridos em um contexto de elevada vulnerabilidade social, econômica e ambiental. O que demonstra que o público prioritário é aquele voltado para ações de desenvolvimento rural discutido no primeiro capítulo.

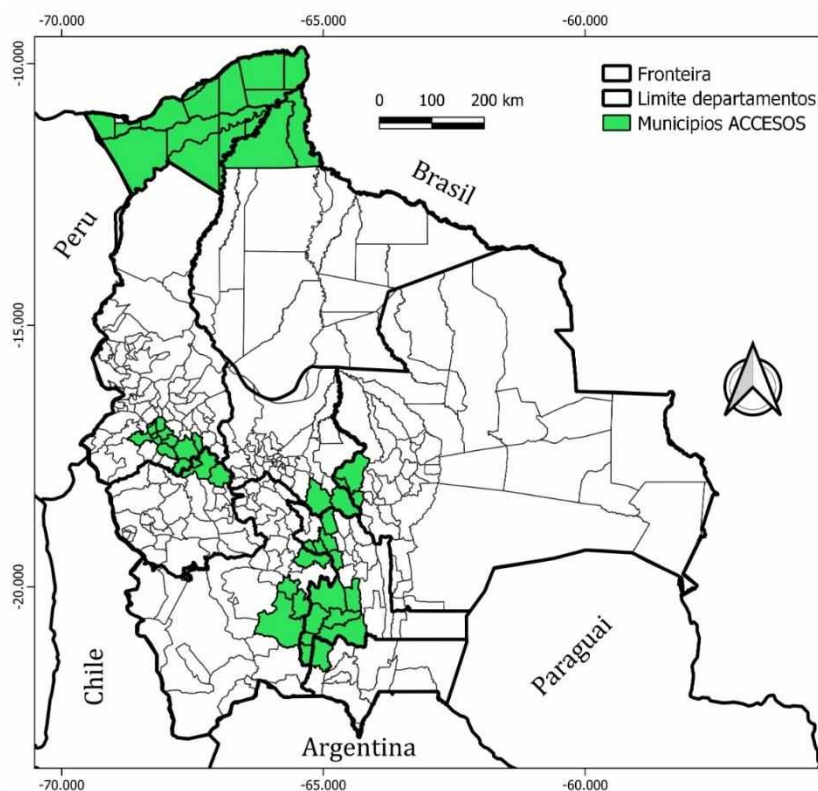


Figura 8 Distribuição geográfica dos municípios beneficiários do programa ACCESOS

Fonte: *Elaboração própria (Baseado nos dados de FIDA 2021 e o ministério de desenvolvimento rural e terras).*

3.2.5. Vinculação do Programa ACCESOS com as Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural na Bolívia

3.2.5.1. Relação com as diretrizes estratégicas do desenvolvimento rural

O Programa de Inclusão Econômica para Famílias e Comunidades Rurais (ACCESOS) constitui uma ferramenta importante na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural integral, inseridas no modelo do “Viver Bem” e em resposta aos desafios estruturais da pobreza, desigualdade e vulnerabilidade climática nas áreas rurais (HENDEL, 2011).

Em nível nacional, o ACCESOS articula-se com o Plano Setorial de Desenvolvimento Agropecuário Revolução Rural e Agrária (2010–2020), o qual, segundo Terán (2020), estabelece como prioridade a melhoria das condições de vida das comunidades rurais por meio do fortalecimento das capacidades produtivas, da inclusão financeira e da gestão sustentável dos recursos naturais. Da mesma forma, o programa está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) 2016–2020, que integra a Agenda Patriótica 2025, promovendo um modelo de desenvolvimento com enfoque comunitário, soberania alimentar e sustentabilidade ambiental (PEREZ, 2017).

Do ponto de vista normativo, segundo Perez (2017), o ACCESOS se fundamenta na Constituição Política do Estado, particularmente nos artigos 16, 406 e 407, que reconhecem o direito à alimentação, à água e ao desenvolvimento rural sustentável. Além disso, está em consonância com os princípios da Lei N.º 144 da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária, que, conforme Terán (2020), promove um modelo produtivo com identidade cultural e respeito pelos saberes ancestrais. A implementação do programa também está vinculada aos Planos Territoriais de Desenvolvimento Integral (PTDI), estabelecidos pela Lei N.º 777 do Sistema de Planejamento Integral do Estado (MARCA, 2019).

No âmbito internacional, o ACCESOS foi cofinanciado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Fundo Fiduciário da Espanha, por meio do Empréstimo FIDA N.º I-858 BO e do componente adicional ASAP (Adaptação para a Agricultura em Pequena Escala), o que reforça sua orientação para o fortalecimento da resiliência climática em territórios vulneráveis (FIDA, 2021). Essa cooperação multilateral responde às prioridades globais sobre Mudança Climática estabelecidas no Acordo de Paris (ONU, 2015) e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável, em particular aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero), ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e ODS 15 (Vida terrestre) (CARDESA-SALTZMANN; PIGRAU, 2017).

Em nível regional e setorial, o ACCESOS incorporou lições de programas anteriores como o PROMARENA e o PRODESIB, reforçando a gestão territorial e o empoderamento das comunidades indígenas e camponesas. Também se articulou com entidades do setor público e privado, como o SENASAG, o Banco de Desenvolvimento Produtivo (BDP) e diversas ONGs, consolidando uma rede institucional para o desenvolvimento rural com enfoque intersetorial e inclusivo (FIDA, 2021).

Em síntese, o ACCESOS concretizou a implementação coerente entre políticas públicas nacionais, compromissos internacionais e estratégias de desenvolvimento sustentável, consolidando uma plataforma operacional para fortalecer as capacidades locais, melhorar os meios de subsistência das famílias rurais e contribuir para uma transição rumo a uma economia rural resiliente, equitativa e com identidade.

3.2.5.2. Coordenação com outras políticas e programas do governo boliviano.

O Programa foi concebido e implementado com uma visão integral que não apenas responde aos objetivos próprios do desenvolvimento rural, mas também se articula ativamente com diversas políticas públicas e programas governamentais do Estado Plurinacional da Bolívia. Essa coordenação tem sido fundamental para potencializar o alcance, a efetividade e a sustentabilidade de suas intervenções.

Segundo Perez (2017) e Marca (2019), um dos pilares dessa articulação tem sido a coerência com as políticas nacionais de planejamento e desenvolvimento, particularmente por meio de seu alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) 2016–2020 e com os Planos Territoriais de Desenvolvimento Integral (PTDI), promovidos no âmbito do Sistema de Planejamento Integral do Estado (SPIE). Nesse contexto, o ACCESOS contribuiu diretamente para a formulação e execução de planos municipais com enfoque em gestão de riscos, adaptação às mudanças climáticas, segurança alimentar e desenvolvimento produtivo.

No setor agropecuário, o ACCESOS complementa programas como o Programa de Apoio à Produção de Alimentos e Restituição de Florestas (PAPARBO), o

Programa Nacional de Empleo (PNE) e o Programa de Apoio à Produção Ecológica (PRODUCE), com os quais compartilha objetivos como a melhoria da produtividade agropecuária, o fortalecimento organizativo e o acesso a mercados para pequenos produtores (FIDA, 2021). O programa também contribuiu para a operacionalização da Lei N.º 144 da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária, especialmente no que se refere ao incentivo a empreendimentos econômicos rurais com enfoque inclusivo e territorial (TERÁN, 2020).

No tocante à segurança alimentar e à nutrição, o ACCESOS atuou de forma complementar aos programas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, particularmente através do fortalecimento de hortas familiares, da educação alimentar e do acesso à água potável, em coordenação com iniciativas como o Plano Multissetorial de Desnutrição Zero e o Programa Mi Agua (PEREZ, 2017).

Na área financeira, o ACCESOS articulou-se com a Autoridade de Supervisão do Sistema Financeiro (ASFI) e com programas de educação financeira do Banco de Desenvolvimento Produtivo (BDP) e do Banco Unión, promovendo o acesso a serviços financeiros rurais como contas de poupança, microcréditos e microsseguros. Essa colaboração permitiu o fortalecimento de redes locais de poupança e crédito. Além disso, o programa fomentou a articulação interinstitucional com entidades como o SENASAG, para viabilizar a certificação sanitária de empreendimentos alimentares, bem como com ONGs e fundações (FAUTAPO, CIPCA, FAN), que atuaram como parceiras estratégicas na implementação técnica e na formação de capacidades locais (FIDA, 2021).

Por fim, por meio do componente ACCESOS-ASAP, o programa contribuiu para o cumprimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários e Adaptação às Mudanças Climáticas (EGRD y ACC), posicionando-se como um modelo referencial de intervenção integral para a redução das vulnerabilidades climáticas e o fortalecimento da resiliência comunitária (FIDA, 2013).

Em resumo, o ACCESOS tentou consolidar uma experiência de coordenação eficaz com múltiplas políticas e programas governamentais, atuando como um elo operacional entre os níveis nacional, subnacional e comunitário, e fortalecendo a capacidade do Estado de responder de maneira articulada, inclusiva e sustentável aos desafios do desenvolvimento rural na Bolívia.

3.3. Gestão do Programa

3.3.1. Estrutura organizacional do programa

Por tratar-se de um programa estabelecido no âmbito de uma política pública do governo central boliviano, sua execução esteve sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Rural e Terras (MDRyT), por meio da Unidade Executora do Programa (UEP-ACCESOS), criada pela Resolução Ministerial N° 736 de 7 de agosto de 2013 (FIDA, 2021). Essa unidade contou com autonomia de gestão operacional, administrativa e financeira, e foi estruturada com uma sede principal na cidade de La Paz e quatro Unidades Operacionais Locais (UOL), estrategicamente localizadas em Sucre, Camargo (Chuquisaca), Patacamaya (La Paz) e Ríberalta (Beni). Cabe esclarecer que as 4 UOLs, foram criadas nos municípios anteriormente mencionados devido ao fato de que estes fazem parte dos municípios selecionados e se constituíam como os de mais fácil acesso e com maior e melhor conexão com os demais municípios vizinhos também pertencentes aos selecionados. Foram estabelecidas 4 UOLs devido à divisão dos 52 municípios em 4 grandes grupos, conforme pode ser observado no mapa 3.1.

As UOL foram responsáveis por administrar os recursos e sua distribuição entre as diversas atividades atribuídas aos municípios sob sua jurisdição, além de realizar o controle do uso adequado desses recursos. Também lhes cabia dirigir e supervisionar a execução de todas as ações do projeto, como a qualificação e avaliação técnica de cada empreendimento, a tomada de decisões sobre os projetos aprovados para receber os benefícios do programa, bem como a fiscalização dos investimentos, entre outras atribuições.

Cada UOL era responsável por um número específico de municípios, agrupados com base em sua localização geográfica e em suas proximidades territoriais, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 Distribuição dos municípios por Unidade Operacional Local (UOL)

UOL	DEPARTAMENTOS	NÚMERO DE MUNICIPIOS
Patacamaya	La Paz	11
	Oruro	3
Sucre	Santa Cruz	3
	Cochabamba	2
	Chuquisaca (Norte)	5
	Potosi (Nordeste)	1
Camargo	Chuquisaca (Sudoeste)	7
	Potosi (sudeste)	3
	Tarija	1
Riberalta	Pando	14
	Beni	2

Fonte: *Elaboração própria.*

Também é importante esclarecer que a implementação do programa foi realizada em coordenação com parceiros locais, incluindo os governos municipais, os governos departamentais (especificamente o governo do departamento de Pando) e as próprias comunidades indígenas pertencentes aos municípios, que foram representadas por suas autoridades. A participação desses atores foi formalizada por meio de convênios específicos.

3.3.2. Modalidade de execução do programa

Conforme já mencionado anteriormente, para a execução do programa ACCESOS, este foi estruturado com base em três componentes ou planos de ação (Componente 1: Gestão de recursos naturais, investimento em ativos e empreendimentos econômicos; Componente 2: Inclusão financeira e proteção; Componente 3: Gestão, monitoramento e avaliação do projeto). A partir desses componentes, foram desenvolvidas todas as atividades de apoio comunitário previstas. A seguir, detalha-se cada componente para uma melhor compreensão do alcance do programa.

a) Componente 1: Gestão de recursos naturais, investimento em ativos e empreendimentos econômicos

Por meio deste componente, o Programa ACCESOS cofinanciou iniciativas voltadas à melhoria da gestão dos recursos naturais e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que permitissem aos beneficiários aumentar o valor de seus ativos, especialmente das suas terras, e diversificar seus meios de subsistência. Este primeiro componente foi estruturado com base em três subcomponentes: i) Chamadas intercomunitárias para a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis (RRNN); ii) Investimentos produtivos e empreendimentos econômicos; e iii) Fortalecimento de capacidades. A execução desses subcomponentes ocorreu da seguinte forma:

i) Chamadas intercomunitárias para a gestão sustentável dos RRNN: Esta atividade teve como objetivo capacitar as comunidades para que aprendessem a gerir de forma mais eficiente os recursos naturais disponíveis, além de incentivá-las a elaborar e implementar projetos voltados para esse fim. Inicialmente, a UEP-ACCESOS lançou uma chamada pública para firmar convênios com as diferentes comunidades situadas nos municípios selecionados, contando para isso com o apoio dos governos municipais, que facilitaram o contato com essas comunidades.

Após a aceitação da proposta, foram realizados workshops de capacitação com o intuito de que os participantes pudessem analisar a condição atual de seus territórios e o uso dos RRNN, bem como identificar os riscos climáticos extremos presentes. A partir dessa análise, buscou-se formular alternativas de solução que permitissem um uso mais eficiente dos recursos naturais e a mitigação dos riscos, principalmente por meio da valorização e recuperação de saberes e práticas ancestrais.

Os resultados desse trabalho foram apresentados em um concurso² público, no qual as diferentes comunidades expuseram suas análises a um corpo de jurados composto por membros das Unidades Operativas Locais (UOL) e representantes do FIDA, entidade financiadora do programa. Para a apresentação dos resultados foi utilizada uma ferramenta conhecida como “mapas falantes” (Figura 9), que consistem em maquetes dos territórios comunitários representando três períodos (passado, presente

² Os concursos referem-se a editais gerados pelo programa ACCESOS, que foram elaborados como parte do programa, convocando os membros das comunidades a participarem de um processo seletivo com base nos critérios apresentados no documento, para escolher aqueles projetos mais bem desenvolvidos e com maior potencial, uma vez que não era viável financiar todos.

e futuro), com o intuito de ilustrar: o manejo ancestral dos RRNN no passado; a situação atual; e a proposta de desenvolvimento futuro, baseada na recuperação dessas práticas tradicionais, agora complementadas com tecnologias ou outros recursos que possibilitem a otimização do trabalho.



Figura 9 Mapas falantes
Fonte: *Huasco 2022*

A finalidade dos concursos era incentivar as comunidades a desenvolver melhores práticas, mas também selecionar os projetos mais bem elaborados e viáveis, para que pudessem ser implementados com o apoio financeiro do programa. O financiamento foi destinado especificamente a atividades como a gestão da água (perfuração de poços, construção de reservatórios de água da chuva e sistemas de irrigação), recuperação e reabilitação de solos, diversificação produtiva e implantação de sistemas agroflorestais (no caso específico da região amazônica).

ii) Investimentos produtivos e empreendimentos econômicos: Com o objetivo de diversificar a atividade econômica das comunidades, foram estabelecidos, paralelamente aos concursos do subcomponente anterior, concursos para a apresentação de Empreendimentos Econômicos Produtivos (EEP), de natureza agrícola e não agrícola, por grupos formados pelos membros das diferentes comunidades. Assim como no subcomponente anterior, foi realizada uma capacitação prévia dos participantes, com o apoio de assistentes técnicos, que acompanharam todo o processo de geração e consolidação dos empreendimentos.

O incentivo por parte do programa, neste caso, consistiu no cofinanciamento dos EEP, estruturado em três etapas. Na primeira etapa, destacaram-se os empreendimentos

primários, principalmente agropecuários, os quais incluíam atividades específicas para o manejo adequado dos recursos naturais renováveis (RRNN) na fase inicial da produção. Exemplos incluem a implementação de infraestrutura produtiva para o manejo técnico da criação de gado ou a instalação de sistemas adequados de irrigação (como o uso de bombas d'água), com o objetivo de melhorar a produção de hortaliças. Na segunda etapa, trabalhou-se com o elo seguinte da cadeia produtiva, ou seja, a transformação de produtos primários ou matéria-prima em subprodutos. Por exemplo, a transformação de produtos lácteos em derivados como queijo e iogurte, bem como a elaboração de alimentos diversos à base de quinoa ou outros grãos. Também foram desenvolvidos empreendimentos não agrícolas, como a produção de tecidos e artesanatos.

Por fim, na terceira etapa, avançou-se para o último elo da cadeia produtiva, ou seja, a comercialização dos produtos e seu posicionamento nos mercados locais. Em todos os casos, o programa contribuiu com o financiamento de 80% do investimento necessário para o desenvolvimento dos EEP.

iii) Fortalecimento de capacidades: Este subcomponente estabelecia uma sequência de cursos e oficinas de capacitação e conscientização, com o objetivo de melhorar as capacidades gerais dos membros das comunidades em diversos temas. Entre eles, destacam-se o manejo adequado dos recursos naturais renováveis (RRNN) e a conscientização sobre seu uso eficiente e responsável, capacitação para a atenção preventiva a desastres climáticos extremos, sensibilização em questões de gênero e empoderamento das mulheres, além de tópicos relacionados à formalização de empreendimentos, como a gestão administrativa dos mesmos, o cumprimento de requisitos para acesso a crédito, e elementos básicos de comercialização visando à sustentabilidade desses empreendimentos no médio e longo prazo.

b) Componente 2: Inclusão financeira e proteção

Este componente teve como objetivo facilitar às famílias rurais da área de atuação do Programa um acesso mais amplo e qualificado a serviços financeiros diversificados (poupança, crédito e microseguros), com a finalidade de melhorar sua capacidade de geração de renda e de proteção de seus ativos. Esse componente foi implementado com base em três subcomponentes: i) Ampliação da cobertura de entidades financeiras e

inovação em banco móvel; ii) Acesso a serviços financeiros de poupança e microseguros; iii) Acesso a crédito para atividades produtivas. A seguir, descreve-se a forma como foram executados:

i) Ampliação da cobertura de instituições financeiras e inovação em banco móvel:

O objetivo deste subcomponente foi a Educação Financeira, sendo a estratégia do programa desenvolver parcerias com instituições financeiras presentes nos territórios para a realização de oficinas especificamente voltadas à educação financeira. Esses treinamentos foram elaborados em conjunto entre o Programa e seus parceiros, com o intuito de aumentar o uso de serviços financeiros por parte dos membros das comunidades, como a abertura e administração de contas bancárias, bem como o uso de ferramentas tecnológicas associadas à internet, como a banca móvel. As oficinas foram complementadas com materiais de apoio e divulgação, tais como cartilhas, manuais, jingles publicitários e spots de rádio, entre outros.

ii) Acesso a serviços financeiros de poupança e microseguros como instrumentos de proteção para as famílias e seus ativos:

Após a execução do primeiro subcomponente, iniciou-se a segunda etapa, que consistiu em incentivar a abertura de novas contas de poupança por parte dos membros das comunidades nas instituições financeiras parceiras, com o objetivo de promover o hábito da poupança. No entanto, tratava-se de uma poupança condicionada, uma vez que visava incentivar poupadores individuais e/ou coletivos à reinversão nos empreendimentos econômicos produtivos e nas iniciativas comunitárias de manejo de recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas. Estabeleceu-se um incentivo de 20%, ou seja, os poupadores que cumprissem as condições aportavam 80% do valor estipulado e o Programa contribuía com os 20% restantes.

iii) Acesso a crédito para atividades produtivas:

Este subcomponente teve como objetivo específico incentivar o acesso a créditos produtivos coletivos. Para isso, os membros das comunidades foram capacitados a fim de que pudessem cumprir os requisitos mínimos exigidos para sua habilitação como sujeitos de crédito junto a diversas instituições financeiras de fomento. Esta foi a principal atividade deste ponto. Ademais, o Programa ofereceu um incentivo econômico, arcando com 30% do valor total do investimento, enquanto os grupos beneficiários assumiam os 70% restantes, correspondentes à dívida do crédito.

c) Componente 3: gestão, monitoramento e avaliação do Projeto

O objetivo deste componente consistiu em consolidar a estrutura operacional, o sistema e os mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação do programa, voltados principalmente à gestão propriamente dita do Programa, por meio da constituição da equipe técnica responsável pela execução do projeto. Incluiu-se também o monitoramento e a avaliação dos projetos, a realização de estudos como as linhas de base, avaliação de meio termo, avaliação ex post, auditorias e o relatório de encerramento do Projeto, além da elaboração dos Planos Operativos Anuais sob responsabilidade da entidade executora.

3.4. Caracterização dos municípios atendidos pelo ACCESOS

Como já mencionado anteriormente, o programa foi implementado em 52 municípios do território boliviano, os quais estão distribuídos nos nove departamentos do país. Considerando que a implementação do programa deveria responder a uma necessidade estrutural de atendimento aos setores rurais mais vulneráveis do país, com a premissa de melhorar as condições de vida das comunidades rurais em situação de pobreza, fortalecer suas capacidades produtivas e organizativas, e fomentar processos sustentáveis de gestão de recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas, a seleção dos municípios onde se desenvolveram as intervenções constituía um elemento-chave para o êxito do programa.

A identificação adequada dos territórios deveria permitir direcionar os recursos e esforços para aquelas zonas onde as necessidades eram mais urgentes e onde o potencial de transformação social e econômica poderia ser mais significativo. Portanto, a seleção territorial não deveria ser uma decisão meramente administrativa, mas sim uma ação estratégica fundamentada em critérios técnicos, sociais e políticos.

Nesse contexto, é importante realizar uma análise dos critérios que orientaram essa seleção, a fim de verificar se os municípios escolhidos correspondiam efetivamente às características que justificavam sua priorização em relação a outros territórios rurais do país, avaliando se atendiam às prioridades do programa, assim como valorar a pertinência das intervenções em relação às realidades territoriais e sociais.

3.4.1. Critérios oficiais de seleção de municípios, estabelecidos no desenho do Programa

Desde sua concepção, o Programa ACCESOS definiu critérios específicos para determinar as áreas de intervenção. Foram eles:

- **Alta incidência de pobreza:** Priorizando municípios cuja incidência de pobreza superava 50% da população, conforme o Mapa de Pobreza do Instituto Nacional de Estatística (INE). Essa condição visava garantir que o programa fosse direcionado a zonas com maiores carências sociais e econômicas.
- **Vulnerabilidade ambiental e climática:** Por meio da identificação de territórios expostos a riscos climáticos. Isso incluía regiões afetadas de forma recorrente por fenômenos como secas, geadas, granizo ou inundações, o que tornava urgente o fortalecimento de suas capacidades de adaptação e resiliência.
- **Ausência de outros projetos de cooperação internacional:** Para evitar a duplicidade de esforços e otimizar os recursos, foram selecionados municípios que não estivessem sendo beneficiados por outros programas semelhantes financiados por cooperação internacional. Essa decisão buscou gerar um impacto maior em zonas desassistidas.

3.4.2. Focalização Social

Para além dos critérios territoriais, o desenho do Programa incorporou elementos de focalização social com o intuito de assegurar que os municípios beneficiados fossem, de fato, os mais vulneráveis. Os critérios sociais incluíram:

- **Pequenos produtores rurais e microempreendedores:** A seleção foi direcionada a lares que dependiam parcial ou totalmente da agricultura familiar ou de atividades econômicas complementares, muitas vezes informais e de baixa rentabilidade.
- **Mulheres e jovens:** Foi dada prioridade a mulheres chefes de família e a jovens entre 19 e 29 anos de idade. Esses grupos apresentavam níveis mais elevados de exclusão, tanto em termos de acesso a recursos quanto de participação em processos econômicos produtivos.

- **Povos indígenas:** Uma parte significativa da população-alvo deveria pertencer a povos indígenas originários camponeses, com ênfase nos Territórios Indígenas Originários Camponeses (TIOC), que historicamente enfrentaram barreiras estruturais ao seu desenvolvimento.

3.4.3. Análise da seleção dos municípios para a intervenção do programa.

A partir dos critérios anteriormente mencionados, o presente trabalho realizou uma análise para determinar se os municípios selecionados cumpriam os requisitos para fazer parte dessa seleção. Para a análise, foi utilizado como indicador de medida o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) por município, dentro do território boliviano. Cabe destacar que o IDS é uma ferramenta estatística que permite medir o nível de progresso de uma região, país ou território em termos de sustentabilidade integral, incorporando dimensões que vão além do tradicional Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seu surgimento responde à necessidade de gerar indicadores mais completos e ajustados aos desafios do século XXI, estando, portanto, alinhado com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas em 2015 (CARDESA-SALTZMANN; PIGRAU, 2017).

Considerou-se conveniente utilizar esse indicador para a presente análise, uma vez que os critérios de avaliação para determinar o IDS incluem a maioria dos critérios considerados pelo Programa ACCESOS para a seleção dos municípios, como exemplo, o índice de pobreza, índice de vulnerabilidade ambiental e frente às mudanças climáticas, o investimento público por município, que permite estimar a incidência de outros programas ou projetos em cada localidade, bem como outras variáveis de ordem social, como a equidade de gênero e até mesmo a taxa de urbanização. Esses elementos se somam aos tradicionalmente utilizados no cálculo do IDH, como os índices de saúde, expectativa de vida e educação, entre outros.

Município	Departamento	Índice Municipal de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	Ranking de acordo ao IDS	Taxa de urbanização (% da população)	População Total
Riberalta	Beni	50,5	175	88,5	101.755
Guayaramerín	Beni	53,1	112	85,6	44.446
Azurduy	Chuquisaca	37,9	333	0,0	10.948
Incahuasi	Chuquisaca	40,1	326	0,0	14.293
San Lucas	Chuquisaca	42,3	310	0,0	33.632
Tarabuco	Chuquisaca	43,3	301	17,6	17.027
Presto	Chuquisaca	44,1	292	23,5	14.088
Icla	Chuquisaca	45,1	284	0,0	7.777
Culpina	Chuquisaca	45,8	277	15,5	18.801
Yamparáez	Chuquisaca	47,0	254	0,0	10.929
Villa Abecia	Chuquisaca	50,1	184	0,0	4.022
Las Carreras	Chuquisaca	50,8	168	0,0	4.412
Camargo	Chuquisaca	53,0	115	33,6	17.662
Yotala	Chuquisaca	55,5	75	0,0	10.017
Aiquile	Cochabamba	50,4	177	33,8	24.676
Pasorapa	Cochabamba	56,8	60	45,7	7.284
Yaco	La Paz	47,1	251	0,0	7.557
Waldo Ballivián	La Paz	47,1	249	40,0	5.569
Coro Coro	La Paz	47,5	238	0,0	9.498
Ayo Ayo	La Paz	50,1	181	0,0	7.992
Papel Pampa	La Paz	50,3	178	0,0	7.402
Colquencha	La Paz	50,5	174	31,2	10.674
Sica Sica	La Paz	50,8	167	35,4	32.098
Umala	La Paz	51,2	157	0,0	8.103
Collana	La Paz	52,3	133	56,4	4.777
Calamarca	La Paz	53,0	116	0,0	12.352
Patacamaya	La Paz	56,4	64	49,2	23.665
Caracollo	Oruro	53,2	107	23,2	23.933
Eucaliptus	Oruro	58,6	40	49,9	4.972
Oruro	Oruro	67,4	9	100,0	302.643
San Pedro	Pando	36,4	336	0,0	3.356
El Sena	Pando	37,6	334	31,3	11.338
Bolpebra	Pando	40,8	319	0,0	2.368
Santos Mercado	Pando	40,9	318	0,0	2.506
San Lorenzo	Pando	41,9	314	0,0	8.710
Villa Nueva-Loma Alta	Pando	43,0	305	0,0	3.209
Ingavi	Pando	43,6	295	0,0	1.840
Nueva Esperanza	Pando	46,0	273	0,0	2.422
Puerto Gonzalo Moreno	Pando	47,4	242	0,0	9.090
Santa Rosa	Pando	48,2	217	0,0	2.506
Filadelfia	Pando	48,3	216	0,0	6.149

Bella Flor	Pando	48,5	212	0,0	4.092
Puerto Rico	Pando	49,2	199	43,8	7.247
Porvenir	Pando	52,6	126	55,2	10.967
Vitichi	Potosí	47,5	240	0,0	10.332
Betanzos	Potosí	47,5	239	13,9	31.922
Cotagaita	Potosí	47,6	233	20,2	34.088
Caiza "D"	Potosí	51,5	151	21,9	11.707
Saipina	Santa Cruz	55,1	80	55,3	9.702
Moro Moro	Santa Cruz	55,4	77	0,0	2.541
Comarapa	Santa Cruz	58,9	35	33,4	17.511
El Puente	Tarija	54,3	94	0,0	11.920

Tabela 2 Índice Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: *Elaboração própria (Baseado nos dados do Atlas Municipal dos objetivos de desenvolvimento sustentável em Bolívia 2020)*

* Os valores utilizados para o cálculo do IDS correspondem, em sua maioria, a informações provenientes do censo populacional de 2012, realizado pelo INE da Bolívia.

Na Tabela 2 é possível observar os 52 municípios que foram beneficiados pelo Programa ACCESOS, agrupados de acordo com o departamento ao qual pertencem. Da mesma forma, na terceira coluna apresenta-se o valor correspondente ao IDS de cada um dos municípios. Cabe destacar que esse valor está determinado dentro de uma escala de classificação de 0 a 100, em que uma pontuação mais alta representa uma melhor condição de desenvolvimento. Na quarta coluna é possível visualizar a posição que cada município ocupa em um ranking que contempla os 339 municípios existentes em toda a Bolívia. O valor do ranking está diretamente associado à pontuação obtida pelo município no IDS, de modo que quanto maior a pontuação, mais próxima do número um será a sua posição no ranking.

Com base nos critérios utilizados para definir a pontuação do IDS de cada município, chama a atenção o fato de que vários deles não possuem uma classificação suficientemente baixa para terem sido considerados aptos a participar do programa. Considerando que o IDS reúne as condições determinadas pelo ACCESOS como os fatores predominantes para a seleção, parte-se do pressuposto de que os 52 municípios selecionados deveriam estar posicionados nas últimas colocações do ranking, o que não ocorre na realidade. Por exemplo, há municípios como “Oruro”, pertencente ao departamento homônimo, que apresenta um IDS de 67,4/100 e ocupa o 9º lugar no ranking, o que indica que não está classificado como um município em situação de pobreza extrema ou com altos índices de risco.

Por outro lado, entre os critérios de seleção de ordem social foi estabelecido que o Programa ACCESOS deveria ser direcionado a lares que dependessem total ou parcialmente da agricultura familiar como principal meio de sustento, o que logicamente implicaria que os beneficiários pertenceriam principalmente a populações rurais. No entanto, alguns municípios entre os 52 selecionados não atendem a essa condição, como é o caso de Riberalta e Guayaramerín, no departamento do Beni, cujo nível de urbanização é extremamente elevado (superior a 85%). Ainda assim, nesses casos, pode-se considerar que o volume total da população é suficientemente alto para que, mesmo com um percentual relativamente baixo, o número absoluto de habitantes rurais continue sendo significativo e, portanto, justificável para inclusão no programa. Outro caso que chama a atenção nesse contexto é o do município de Oruro, cuja população é 100% urbana, constituindo uma exceção clara em que não se cumpre o requisito de ruralidade, apesar de este ser considerado indispensável para a elegibilidade no programa.

À luz dessas observações, é possível identificar certas incoerências em relação à seleção adequada dos municípios, havendo alguns que não atendem aos requisitos estabelecidos pelo próprio programa para serem contemplados. Uma hipótese para justificar a inclusão desses municípios é a possibilidade de terem sido selecionados com o objetivo de facilitar a organização das UOL, devido à sua proximidade geográfica (limítrofe) com outros municípios que, esses sim, cumprem as condições mínimas exigidas.

Dentro dessa mesma perspectiva, relacionada ao fato de que uma das condições para a seleção dos municípios era o seu nível de ruralidade e a dependência da agricultura familiar ou de atividades correlatas, pode-se considerar, como ferramenta analítica, um elemento abordado no capítulo dois deste trabalho: a classificação das unidades de produção agropecuária (UPAs) por tipologia. No âmbito dessa classificação, e em correlação com os elementos citados anteriormente como critérios básicos para a seleção dos municípios beneficiários, pode-se deduzir que as comunidades rurais desses municípios deveriam apresentar características compatíveis com as UPAs de subsistência, uma vez que estas são consideradas as que possuem maior índice de pobreza e maior vulnerabilidade a riscos ambientais e climáticos. Sob esse critério, é possível determinar que os municípios selecionados atendem em grande medida às condições estabelecidas, considerando que, conforme demonstrado nos dados apresentados no Gráfico 2.1, as UPAs de subsistência têm presença majoritária nas regiões da Amazônia, do Altiplano e dos Vales (nessa ordem), precisamente as regiões onde se encontram os municípios

selecionados como beneficiários do Programa ACCESOS, sendo que a quantidade de municípios em cada região é diretamente proporcional à presença de UPAs nas respectivas localidades.

Sob essa ótica e a partir de uma perspectiva social, a implementação do programa atendeu aos dois critérios básicos de focalização social segundo Duhau (2001), tendo identificado pequenos produtores vulneráveis, com recursos naturais degradados, produção agrícola de sequeiro, baixa produtividade, limitado acesso a serviços e escassas oportunidades de financiamento para melhoria dos meios de vida. Assim, o programa atendeu às condições de seleção, já que foi direcionado a famílias cujo sustento dependia, ao menos parcialmente, do cultivo de parcelas agrícolas, próprias, arrendadas ou concedidas, além de contemplar grupos sem acesso à terra, entre os quais foi dada prioridade especialmente a mulheres e jovens na faixa etária aproximada de 19 a 39 anos, com potencial interesse em realizar empreendimentos não agrícolas para geração de emprego ou na aquisição de terras por adjudicação do Estado, organizações territoriais ou outros meios (FIDA, 2013).

3.5. Ações e iniciativas específicas de fomento do programa

De uma perspectiva geral, pode-se afirmar que o Programa ACCESOS superou significativamente a maioria de suas metas estabelecidas. Segundo o balanço apresentado no relatório final do programa (FIDA, 2021), o ACCESOS conseguiu beneficiar um total de 59.947 famílias, superando a meta inicial, que era de 32.000, o que, em termos percentuais, representa um cumprimento de 187% dessa meta. Por outro lado, no que diz respeito ao número de comunidades beneficiadas, a meta inicial estava estabelecida em um total de 2.465, tendo sido alcançadas 1.815 comunidades, o que equivale a um alcance de 74%. Embora, nesse caso, não tenha sido possível atingir a totalidade das comunidades previstas, principalmente por questões logísticas e de transporte, essa limitação foi compensada por meio da distribuição de recursos e esforços entre as demais comunidades, o que permitiu, de todo modo, alcançar os objetivos estabelecidos, conforme mencionado anteriormente, considerando-se que o número de famílias beneficiadas foi amplamente superado.

Da mesma forma, entre as metas sociais do Programa ACCESOS estava o fortalecimento da autonomia das mulheres. Nesse aspecto, foi estabelecido um indicador de avaliação referente à quantidade de lares beneficiados chefiados por mulheres. De acordo com dados finais do programa, a meta inicial estabelecida para esse indicador era

alcançar 19.200 famílias com essas características, sendo que, ao final, foi possível beneficiar um total de 27.296 famílias, o que corresponde a 142% de cumprimento (FIDA, 2021).

Especificamente, é possível destacar os resultados obtidos pelo programa em relação aos seus dois primeiros componentes. Em relação ao Componente 1 (Gestão de Recursos Naturais, Investimentos em Ativos e Empreendimentos Econômicos), mais precisamente no que se refere à gestão dos recursos naturais, foram realizadas atividades com os membros das comunidades com o objetivo de recuperar parcelas de terra para potencializar o trabalho agropecuário, além de estabelecer uma gestão sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto, foi lançado o projeto e publicada a respectiva convocatória, cuja divulgação alcançou 100% das comunidades. A partir disso, foram realizadas capacitações junto aos membros das comunidades sobre a gestão dos recursos naturais, o tratamento do solo para sua conservação, o uso eficiente da água e a cobertura vegetal, processo que possibilitou a realização de 290 autodiagnósticos comunitários utilizando a metodologia dos mapas falantes, alcançando 63% da meta inicialmente prevista.

Esse processo resultou na formulação de mais de 1.200 projetos voltados à melhoria da produtividade agrícola e pecuária, superando os 920 projetos que haviam sido inicialmente planejados, motivo pelo qual essa meta foi superada, atingindo um percentual de execução de 131%.

Entre esses projetos, podem ser mencionados, por exemplo, aqueles destinados à produção de alimentos e ao manejo de rebanhos, como a implementação de hortas familiares para a produção de hortaliças na região do Altiplano (Figura 10), e a construção de currais como parte da infraestrutura produtiva (Figura 11), com o objetivo de melhorar o manejo de ovinos, evitar sua caça por predadores silvestres e protegê-los contra as intempéries climáticas.



Figura 10 Hortas familiares (Municipio Coro Coro – La Paz)

Fonte: *Huasco 2022*



Figura 11 Currais (Municipio Papel Pampa – La Paz)

Fuente: *Huasco 2022*

Outros projetos dentro deste mesmo componente foram aqueles destinados à gestão da água como recurso vital, com o objetivo de criar meios de reserva desse recurso e assegurar seu uso adequado nas atividades agropecuárias. Para esse propósito, foram desenvolvidos projetos como a construção de reservatórios de água com até 20 metros de diâmetro e 2 metros de profundidade para a captação de água, tanto da chuva quanto de outras fontes (Figura 12), a perfuração de poços para a obtenção de água destinada ao consumo humano (Figura 13) e a condução de água por tubulação para uso em sistemas de irrigação, aos quais se somaram sistemas de irrigação por aspersão e por gotejamento, com o intuito de otimizar o uso desse recurso (Figura 14).



Figura 12 Reservorios de Agua (Municipio Patacamaya – La Paz)

Fonte: *Huasco 2022*



Figura 13 Construção de Pozos (Municipio Coro Coro – La Paz)

Fonte: *Huasco 2022*



Figura 14 Tubulações e sistemas de irrigação (Municipio Yaco – La Paz)

Fuente: *Huasco 2022*

Por outro lado, ainda no âmbito do Componente 1, no marco dos Empreendimentos Econômicos Produtivos (EEP), foi possível executar um total de 2.070 iniciativas, distribuídas em três etapas progressivas: a primeira, referente à produção primária, na qual foram implementados 1.289 empreendimentos; a segunda, correspondente à transformação do produto, com 572 empreendimentos realizados; e a terceira, voltada

para a comercialização, que alcançou um total de 209 empreendimentos. De acordo com as metas projetadas para esse componente, foi possível superar em mais de 100% o número de empreendimentos previstos em cada uma das etapas.

Entre os projetos destinados ao incentivo aos EEP, podem ser mencionados alguns exemplos, como a construção de estábulos de pequena escala e cochos para alimentação animal, como parte da infraestrutura produtiva na área da pecuária (Figura 15), e a implementação de bombas d'água como sistema de irrigação para melhorar a produção de hortaliças (Figura 16). Ambos os projetos foram implementados no âmbito dos EEP de primeiro estágio.



Figura 15 Estábulos e alimentadores de animais (Municipio Caracollo – Oruro)

Fonte: *Huasco 2022*



Figura 16 Bombas de água (Municipio Eucaliptos – Oruro)

Fonte: *Huasco 2022*

No caso dos EEP de segundo estágio, podem ser mencionados alguns projetos, como exemplo, a instalação de pequenas plantas têxteis com o fornecimento de máquinas como parte de pequenos empreendimentos não agropecuários (Figura 17), ou a geração de empreendimentos de caráter agropecuário a partir da transformação de produtos primários em produtos derivados, como iogurte e queijo (como derivados lácteos), e outros, como produtos de panificação (derivados de cereais, como a quinoa) ou geleias (derivadas de frutas) (Gráfico 18).



Figura 17 Planta têxtil (Município Ayo Ayo – Oruro)

Fonte: *Huasco 2022*



Figura 18 Transformação de produtos (Município Ayo Ayo – Oruro)

Fuente: *Huasco 2022*

É importante destacar que, ainda no âmbito do Componente 1, foram realizadas atividades de fortalecimento de capacidades, nas quais os membros das comunidades participaram de mais capacitações e intercâmbio de experiências, tanto nacionais quanto internacionais, o que lhes permitiu resgatar saberes ancestrais para o manejo sustentável dos recursos naturais, além da aprendizagem de estratégias e ferramentas de adaptação às mudanças climáticas, o que indica que o programa também explorou elementos de caráter cultural. Este último aspecto contou com o apoio do projeto ASAP, anteriormente mencionado.

De forma geral, pode-se concluir que, no que diz respeito ao Componente 1, foi alcançado um nível satisfatório de cumprimento à luz dos objetivos estabelecidos pelo Programa ACCESOS, considerando que, na maioria dos casos, não apenas se atingiu 100% das metas previstas, mas também se superaram esses parâmetros, sendo poucos os casos em que as metas não foram cumpridas integralmente, ainda assim, nesses casos, foram alcançados percentuais elevados. Da mesma forma, foi cumprido um dos objetivos centrais deste componente, que consistia em aumentar o valor dos ativos dos membros das comunidades, ao conseguir recuperar espaços territoriais que estavam ociosos para o trabalho agropecuário, além de potencializá-los com acesso a recursos básicos, como a água.

No que se refere ao Componente 2 (Inclusão Financeira e Proteção), foram realizadas diversas ações, conforme já mencionado anteriormente, entre as quais se destacam a capacitação financeira e os incentivos econômicos para fomentar a poupança, tanto de forma individual quanto coletiva ou grupal. O Programa ACCESOS conseguiu concretizar 64% da meta projetada no caso da abertura de contas poupança, 69% na poupança individual condicionada e 45% na poupança grupal condicionada. Por outro lado, no caso das capacitações, foi alcançado 100% da meta projetada em relação ao assessoramento sobre processos de crédito, embora apenas 51% da meta tenha sido atingida no que diz respeito à educação financeira específica e 16% na consolidação de créditos grupais condicionados. De forma geral, o programa não conseguiu, com o Componente 2, os mesmos resultados satisfatórios obtidos no caso do Componente 1.

Pode-se concluir, a partir desta pesquisa, que foram lançadas algumas bases para que essas comunidades possam, no futuro, autogerir processos de crédito, graças aos conhecimentos adquiridos durante as capacitações e aos elementos desenvolvidos no âmbito do Componente 1, como o aumento do valor de seus ativos. No entanto, não é possível afirmar que isso os tornaria automaticamente sujeitos de crédito segundo as condições previstas na legislação boliviana e por outras entidades nacionais e internacionais, uma vez que, apesar dos avanços alcançados, esses ainda podem ser considerados insuficientes.

3.6. Avaliação do programa

3.6.1. Impacto econômico e social sobre as condições de vida das famílias beneficiárias.

Conforme já mencionado anteriormente, o Programa ACCESOS foi desenvolvido com o propósito de realizar investimentos na gestão sustentável de recursos naturais e em empreendimentos rurais, visando melhorar os meios de vida e a renda das famílias pertencentes às comunidades beneficiárias, considerando que estas fazem parte do setor mais vulnerável da população boliviana no que se refere aos níveis de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, o FIDA (2021) realizou uma avaliação do impacto econômico e social do programa, medindo principalmente fatores relacionados a indicadores que buscavam demonstrar a redução dos níveis de pobreza nesse setor. Para apresentar esses resultados no relatório final do programa, foram feitas comparações (baseadas em dados secundários) com famílias que não foram beneficiadas pelo programa, a fim de identificar as diferenças.

Entre os primeiros resultados econômicos apresentados, destaca-se que, após a implementação do programa, a renda anual bruta das famílias beneficiárias aumentou aproximadamente 11% a mais em relação àquelas que não participaram da iniciativa. Estima-se que esse crescimento tenha ocorrido, principalmente, devido ao aumento dos ativos produtivos (bombas de irrigação, arados, comedouros para o gado etc.), à aquisição e incremento de ativos pecuários (vacas, ovelhas, cabras, galinhas etc.) e à venda de produtos provenientes das colheitas. Neste último caso, estimou-se que as vendas entre os grupos de famílias beneficiárias aumentaram aproximadamente 53% a mais do que nos demais grupos.

Outro elemento que demonstra crescimento econômico a partir da implementação do programa é o aumento na produção agrícola. Embora, de acordo com o FIDA (2021), o estudo de impacto não tenha identificado mudanças estatisticamente significativas, pode-se observar que, em termos gerais, houve uma melhoria nos rendimentos agrícolas, passando de uma média geral de produção do setor de 2,2 toneladas/hectare para 4,5 toneladas/hectare entre as famílias participantes. Da mesma forma, também foi registrado um aumento na área destinada à produção agrícola em comparação àquela utilizada antes

da implementação do programa, embora não haja dados específicos e quantificáveis sobre esse ponto.

A abertura de mercados foi outra das contribuições do programa ACCESOS. A melhoria na tecnologia produtiva e nas capacidades técnicas e comerciais dos Empreendimentos Econômicos Produtivos (EEP), como resultado das capacitações recebidas, permitiu a esses últimos ampliar seus horizontes, levando seus produtos a novos destinos e alcançando um melhor posicionamento nas vendas. Estima-se que a participação dos produtos desenvolvidos a partir dos EEP em mercados locais e nacionais tenha aumentado em pouco mais de 20% (FIDA, 2021). Além disso, de acordo com outros estudos, como o de Bort (2014), sabe-se que em diversos municípios os EEP conseguiram contratos de venda pública para programas como o da merenda escolar e o subsídio materno-infantil. Por outro lado, além das receitas diretas geradas pela abertura de novos mercados, estima-se que existam outros benefícios econômicos indiretos, como a geração de emprego ou ocupação, com foco principalmente em mulheres e jovens (FIDA, 2021).

Além do âmbito econômico, o programa ACCESOS gerou impacto também sob uma perspectiva social nas comunidades rurais beneficiadas. Um dos indicadores mais relevantes relatados nesse contexto é o da segurança alimentar. Segundo o Banco Mundial (2023), as famílias pertencentes aos municípios contemplados pelo programa melhoraram sua dieta, aumentando principalmente o consumo de hortaliças, cereais e grãos, frutas e, ainda que em menor proporção, carnes, leite e ovos. O Relatório Final do FIDA (2021) corrobora essa afirmação, indicando que, com o ACCESOS, o consumo desses alimentos pelas famílias dos grupos beneficiários aumentou em aproximadamente 87%. Essa melhoria significativa na alimentação das famílias é atribuída, em grande medida, à mudança de hábitos e costumes resultante das melhorias implementadas pelo programa em aspectos como os sistemas de irrigação, a construção de novas infraestruturas, como reservatórios de água e galpões adequados para o armazenamento de alimentos, a aquisição de ativos pecuários (ou seja, animais em geral) e as capacitações voltadas à diversificação da produção.

Outro impacto positivo na esfera social foi o fortalecimento do capital humano, entendido como as capacidades adquiridas pelas pessoas beneficiadas. Por exemplo, no caso dos agricultores, foram desenvolvidas competências técnicas que lhes permitem a possibilidade de filiação a grupos e associações de produtores, e até mesmo a

cooperativas, o que pode proporcionar melhores condições para a comercialização de seus produtos. Por outro lado, a capacitação no campo financeiro possibilitou que os membros das comunidades pudessem acessar crédito para melhorar seus processos produtivos, além de criar sistemas de poupança, tanto individuais quanto coletivos, com o objetivo de garantir melhores condições de vida. Da mesma forma, as capacitações relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e às respostas adequadas frente aos desafios das mudanças climáticas constituem fortalezas que também contribuem para melhorar suas condições econômicas e de vida. De forma geral, as comunidades beneficiadas pelo programa aprimoraram suas capacidades de planejamento, articulação, coordenação e transparência na gestão de recursos.

Embora o Relatório Final do Programa ACCESOS apresente uma avaliação globalmente positiva sobre sua execução e resultados, torna-se necessário introduzir uma leitura mais crítica em relação à real magnitude do impacto alcançado. O balanço apresentado enfatiza resultados quantitativos favoráveis, como o número de famílias beneficiadas, o aumento parcial da renda e a melhoria em alguns ativos produtivos, porém, quando esses resultados são contextualizados em uma perspectiva mais ampla do desenvolvimento rural na Bolívia, emergem limitações importantes que relativizam tal balanço.

Em primeiro lugar, o volume orçamentário destinado por beneficiário revela-se insuficiente para enfrentar os problemas estruturais que afetam os territórios selecionados. O próprio relatório menciona que o Programa alcançou 59.947 famílias, o que representa 187% da meta inicial. No entanto, ao comparar esse número com o orçamento total efetivo do Programa, evidencia-se que o montante per capita investido foi baixo, especialmente se considerados os custos associados à logística, operação e administração, que foram elevados devido à dispersão geográfica dos municípios atendidos, particularmente na região amazônica. Esse baixo investimento por beneficiário traduz-se inevitavelmente em uma capacidade limitada de transformação estrutural das condições de vida dessas famílias. Melhoras pontuais na renda ou nos ativos produtivos não são suficientes para romper ciclos intergeracionais de pobreza.

Em segundo lugar, ainda que o relatório destaque o fortalecimento das capacidades produtivas e organizativas por meio dos EEP, uma análise mais aprofundada revela fragilidades significativas. Embora tenha sido possível articular alguns desses

empreendimentos com mercados locais e, em alguns casos, regionais, a sustentabilidade de longo prazo dessas iniciativas permanece incerta. A própria lógica do Programa contemplava financiamentos condicionados por etapas (produção primária, transformação e comercialização), mas não estabeleceu mecanismos robustos de acompanhamento posterior, tampouco uma articulação sistêmica com políticas produtivas permanentes do Estado. Sem um acompanhamento contínuo, é previsível que muitos desses empreendimentos enfrentem dificuldades para se manter de forma competitiva ao longo do tempo.

Por outro lado, o Programa concentrou parte importante de seus esforços no fortalecimento organizacional e no planejamento territorial participativo, o que é relevante. No entanto, esses avanços organizativos, por si só, não garantem uma mudança estrutural nos níveis de pobreza. Os próprios resultados do relatório reconhecem que os aumentos na renda familiar foram modestos (11% em média) e que o índice de pobreza extrema não foi reduzido de maneira substancial. De fato, o contexto nacional demonstra que, apesar de intervenções como o ACCESOS, as lacunas estruturais da pobreza rural persistem, sobretudo nas áreas mais remotas, como muitas das comunidades selecionadas pelo Programa.

Nesse sentido, torna-se evidente que o problema não reside exclusivamente no desenho do Programa, mas também no alcance limitado que intervenções pontuais possuem diante dos desafios estruturais da pobreza rural. A ausência de políticas sólidas de desenvolvimento produtivo em nível nacional e subnacional, a falta de serviços não financeiros adequados e a desconexão persistente entre programas de curto prazo e políticas públicas permanentes explicam, em grande medida, por que resultados como os do ACCESOS, ainda que positivos em suas próprias métricas, não se traduzem em transformações estruturais nas comunidades rurais.

Por fim, outro elemento que reforça essa leitura crítica é o fato de que o impacto positivo registrado durante a vigência do Programa não necessariamente se mantém após o encerramento da intervenção. Conforme destacado no relatório, muitos dos avanços dependem de um entorno institucional frágil, o que torna provável que, na ausência de mecanismos articulados de acompanhamento, ocorra uma regressão às situações anteriores. Em conclusão, o Programa ACCESOS cumpriu de forma razoável com suas metas operacionais e técnicas; entretanto, quando analisado sob uma perspectiva

estrutural e de longo prazo, os resultados obtidos não são suficientes para reverter as condições de pobreza nos territórios atendidos. As intervenções pontuais, mesmo sendo pertinentes, precisam ser acompanhadas por políticas de Estado robustas, sustentadas e coerentes com uma abordagem integral de desenvolvimento rural e superação estrutural da pobreza.

3.6.2. Avaliação crítica do Programa ACCESOS a partir do marco conceitual do desenvolvimento rural, a agricultura familiar e as políticas públicas.

A partir do análise do Programa ACCESOS na Bolívia, realizado neste trabalho, pode se estabelecer uma ponte crítica entre os pressupostos teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores, que abordaram o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e as políticas públicas e a prática concreta de uma política pública.

Ao longo da revisão teórica, ficou evidente que o desenvolvimento rural contemporâneo não pode mais ser compreendido apenas como um esforço isolado para modernizar a agricultura ou aumentar a produtividade. Pelo contrário, os autores analisados, como Van Der Ploeg et al. (2000), Chambers (1984), Kageyama (2004) e Schneider (2010), convergem na defesa de uma abordagem multidimensional, integrada e participativa, na qual as comunidades locais desempenham um papel ativo e protagonista. Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento rural defendida pelos principais marcos teóricos enfatiza a importância da diversificação econômica, da valorização dos saberes locais, da construção de capacidades endógenas e, especialmente, do fortalecimento da agricultura familiar como estratégia central para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

O Programa ACCESOS, à luz dessa perspectiva, apresenta aspectos que dialogam diretamente com tais princípios, mas também revela limitações que refletem desafios recorrentes na implementação de políticas públicas no contexto boliviano e latino-americano em geral. Entre os elementos positivos, destaca-se o fato de o programa ter assumido, desde sua concepção, um enfoque territorial e participativo. Essa escolha metodológica permitiu maior aderência à realidade local, pois contemplava não apenas as necessidades econômicas imediatas das famílias rurais, mas também aspectos culturais, sociais e ambientais específicos de cada território de intervenção. Essa prática está plenamente alinhada com as recomendações teóricas de Schneider (2010) e de autores defensores da nova ruralidade, como Ortega (2008) e Guzmán Casado et al. (2000), que

ressaltam a necessidade de políticas territoriais diferenciadas, adaptadas às múltiplas realidades do campo.

Outro ponto de convergência com o marco teórico foi a aposta na inclusão produtiva como ferramenta estratégica para reduzir a pobreza e fomentar o desenvolvimento. Essa linha de ação dialoga diretamente com as ideias defendidas por Long & Van Der Ploeg (1994), para quem o desenvolvimento rural genuíno deve surgir do protagonismo das comunidades, apoiadas por intervenções que fortaleçam suas capacidades produtivas e sua autonomia econômica. A capacitação técnica, o apoio a projetos produtivos, o incentivo à diversificação das fontes de renda e o estímulo à organização comunitária foram instrumentos que buscaram materializar esses pressupostos no contexto boliviano.

Contudo, apesar desses aspectos positivos, a análise dos resultados do ACCESOS também evidencia uma série de desafios e limitações que precisam ser considerados a partir do referencial teórico estabelecido. Um dos principais problemas foi o alcance restrito do programa. Embora tenha beneficiado um número expressivo de famílias, a magnitude dos desafios estruturais enfrentados pelas comunidades rurais bolivianas, como precariedade de infraestrutura, dificuldades de acesso a mercados, baixa capitalização e vulnerabilidade climática, exigiria ações mais amplas, consistentes e permanentes. Essa constatação coincide com as advertências feitas por autores como Kageyama (2004) e CEPAL (2019), que alertam que iniciativas pontuais e fragmentadas dificilmente conseguem romper com os ciclos estruturais de pobreza e exclusão rural.

Outro elemento crítico é a persistência de desigualdades dentro do próprio setor da agricultura familiar. A tipologia proposta por Breno & Almada (2016), que segmenta os agricultores familiares em grupos de subsistência, transição e consolidados, ajuda a explicar por que os resultados do ACCESOS não foram homogêneos em todos os territórios. Famílias pertencentes ao segmento de subsistência, justamente as mais vulneráveis, continuaram enfrentando as maiores dificuldades para se integrar aos circuitos econômicos e para transformar as iniciativas produtivas em fontes sustentáveis de geração de renda. Isso revela que, embora o programa tenha seguido a orientação teórica de fortalecer a agricultura familiar, faltaram instrumentos específicos para responder à diversidade interna desse setor, algo que autores como Grisa & Sabourin (2019) destacam como fundamental para a efetividade das políticas públicas rurais.

Além disso, o ACCESOS encontrou limites consideráveis na articulação com outras políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde, acesso à terra e financiamento rural. Tal fragmentação compromete a ideia de um desenvolvimento rural

integrado e intersetorial, como defendido por Schneider (2010) e pelos autores que trabalham a perspectiva da nova ruralidade. A ausência de uma estratégia clara para garantir o acesso contínuo a crédito, tecnologias apropriadas e mercados protegidos também representa um afastamento das recomendações teóricas que sustentam a necessidade de construção de circuitos econômicos locais fortalecidos e resilientes.

Do ponto de vista ambiental, embora o ACCESOS tenha incluído algumas iniciativas voltadas à preservação de recursos naturais e à sustentabilidade, essas ações foram percebidas como periféricas e insuficientemente integradas aos projetos produtivos. Essa lacuna contrasta com os princípios defendidos por autores como Altieri (2008), que enfatizam a agroecologia como um caminho estratégico para aliar produção agrícola, preservação ambiental e resiliência socioeconômica, especialmente diante das mudanças climáticas e da vulnerabilidade ambiental crescente das zonas rurais bolivianas.

Outro ponto de tensão entre a teoria e a prática observada no programa diz respeito ao fortalecimento do capital social e das organizações locais. Embora o ACCESOS tenha promovido algumas ações nesse sentido, o fortalecimento das organizações de base, como cooperativas e associações de produtores, ainda permaneceu aquém do necessário para gerar mudanças estruturais. Essa fragilidade limita a capacidade das comunidades de negociar melhores condições de inserção nos mercados e de influenciar ativamente nas decisões políticas que afetam seus territórios, contrariando as recomendações de autores como Schneider (2016) e Sabourin et al. (2015), que destacam a organização coletiva como elemento-chave do desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a análise do Programa ACCESOS confirma, em grande medida, a validade e a atualidade dos pressupostos teóricos discutidos nos capítulos iniciais desta dissertação. As convergências observadas reforçam a importância de continuar promovendo políticas públicas integradas, participativas e voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento rural sustentável. Por outro lado, as limitações e desafios enfrentados evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento institucional e de compromisso político de longo prazo, reafirmando a tese de que não basta incorporar conceitos avançados no discurso das políticas públicas, é imprescindível garantir sua efetiva aplicação na realidade concreta das comunidades rurais. Entretanto, fica claro que o caminho para consolidar um desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e resiliente é longo e exige não apenas programas pontuais, mas uma política pública de Estado, contínua, articulada

intersectorialmente e construída em diálogo constante com as próprias comunidades beneficiárias.

Considerações Finais

O desenvolvimento rural constitui uma dimensão estratégica para o crescimento inclusivo e sustentável de qualquer país, e sua vinculação com a agricultura familiar é inegável, especialmente em contextos como o boliviano, onde a ruralidade continua representando uma parte substancial da estrutura social e produtiva. Ao longo deste trabalho, demonstrou-se que o desenvolvimento rural deve ser concebido como um processo integral, multidimensional e participativo, no qual convergem fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais. O conceito de nova ruralidade permitiu compreender a profunda transformação vivida pelos espaços rurais na América Latina, destacando o papel central dos pequenos produtores familiares como atores não apenas econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais.

A análise realizada confirma que a agricultura familiar é, sem dúvida, um pilar fundamental do desenvolvimento rural boliviano. Sua relevância evidencia-se na contribuição decisiva para a segurança alimentar do país, na preservação da diversidade produtiva e no sustento de milhões de pessoas em todo o território nacional. No entanto, esse potencial contrasta com os profundos desafios estruturais enfrentados pelo setor: acesso limitado a recursos, infraestrutura deficiente, assistência técnica insuficiente, baixa inserção em mercados competitivos e vulnerabilidade diante dos efeitos das mudanças climáticas. Essa contradição reafirma a necessidade de políticas públicas sólidas, coerentes e sustentáveis que acompanhem os processos produtivos das famílias rurais e que reconheçam suas especificidades e potencialidades.

As políticas públicas implementadas na Bolívia ao longo do século XXI apresentaram avanços significativos, especialmente no reconhecimento formal e normativo da agricultura familiar como eixo estratégico do desenvolvimento. Contudo, a análise específica do Programa ACCESOS revela que, embora tenha representado um esforço louvável para fomentar a inclusão econômica de comunidades rurais vulneráveis, seus resultados foram limitados frente às dimensões estruturais da pobreza rural. O baixo alcance per capita dos investimentos, as dificuldades logísticas na implementação territorial, a escassa articulação com outros programas complementares e os desafios persistentes no acesso a mercados impediram a geração de impactos verdadeiramente transformadores a longo prazo. Apesar de ter promovido melhorias pontuais em renda e

organização comunitária, o programa evidenciou a necessidade de estratégias mais integradas, contínuas e articuladas entre os níveis de governo e os atores sociais.

Com base nessas conclusões, este trabalho considera imprescindível avançar no desenho e na implementação de políticas públicas que transcendam os enfoques assistencialistas e de curto prazo. É necessário fortalecer um marco político que combine investimento estrutural em infraestrutura rural com estratégias ativas de apoio à produção familiar, incorporando necessariamente elementos como acesso a financiamento adequado, capacitação técnica contínua, fortalecimento de organizações produtivas e acesso a mercados formais por meio de cadeias de valor inclusivas. Do mesmo modo, é fundamental garantir a participação efetiva das comunidades rurais na formulação e execução dessas políticas, respeitando sua diversidade cultural e seus saberes tradicionais.

Uma recomendação central é que a Bolívia deveria consolidar uma política nacional específica para o fortalecimento da agricultura familiar, com caráter estratégico e orçamento garantido a longo prazo, articulando os esforços atualmente dispersos. Da mesma forma, torna-se necessário aprofundar os processos de descentralização para que os governos subnacionais possam exercer um papel mais ativo e eficiente no desenvolvimento rural, atendendo às particularidades territoriais que demandam respostas diferenciadas.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise do impacto qualitativo e quantitativo de programas como o ACCESOS, integrando avaliações participativas realizadas pelas próprias comunidades beneficiárias, a fim de gerar aprendizados efetivos e construir políticas mais eficazes. Somente por meio de um compromisso contínuo e de uma visão estratégica de longo prazo será possível consolidar um desenvolvimento rural verdadeiramente inclusivo, sustentável e orientado à melhoria estrutural da qualidade de vida das famílias rurais bolivianas.

Referências Bibliográficas

- ACCESOS. **Manual de operaciones del programa ACCESOS**. [s.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://docplayer.es/81898936-Manual-de-operaciones-de-los-programas-accesos-y-accesos-asap-mop.html#google_vignette>. Acesso em: 17/maio/24.
- ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**. [s.l.]: [s.n.], 1995.
- ALTIERI, M. A. **El papel estratégico de la sociedad científica latinoamericana de agroecología (socla) frente a los desafíos y oportunidades para una agricultura sustentable en la américa latina y el caribe del siglo XXI**. *Agroecología*, [s.l.], v. 3, p. 87–95, 2008.
- ARAMBURU, J. et al. **Cuando un análisis de corto plazo no es un enfoque cortoplacista: Impactos de la adopción tecnológica agropecuaria en Bolivia**. [s.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/11319/6676>>.
- AZEVEDO, M. A. DE; NASCIMENTO TAVARES, A. DO; DANTAS, R. C. **Nova Ruralidade: Concepções, embates e reflexões sobre particularidades na Região do Mato Grande**. *Olhares sobre a região do Mato Grande*. [s.l.]: [s.n.], 2013. p. 95–115. ISBN: 9788581610153.
- BANCO MUNDIAL. **Agricultura sostenible: herramienta para acceder a nuevos mercados y mejorar la vida de productores bolivianos**. 2023. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/news/feature/2023/04/19/sustainable-agriculture-a-tool-for-accessing-new-markets-and-improving-the-lives-of-bolivian-producers?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 19/jan./25.
- BARRIL, A. **Desarrollo Rural:Concepto, Insitucionalidad y Políticas en el 2001. Análisis Comparativo en Nueve Países de América Latina**. [s.l.]: IICA, 2002. 144 p.
- BDP. **Banco de desarrollo Productivo**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.bdp.com.bo/quienes-somos-bdp/>>.
- BITTENCOURT, D. M. de C. **Estratégias para a Agricultura Familiar Visão de futuro rumo à inovação**. Brasília: [s.n.], 2020. ISSN: 1677-5473.
- BOSCH, M. **Reflexiones acerca de las tecnologías emergentes en la agricultura**. [s.l.]: Hale, 2013. ISBN: 5555555555.
- BRAVO, H.; SOTOMAYOR, O.; MULDER, N. **Programas de compras públicas a los agricultores familiares: ¿un nuevo canal de ventas para el comercio justo?** [s.l.]: [s.n.], 2022.

BRENO, T.; ALMADA, F. **La agricultura familiar en las Américas: Principios y conceptos que guían la cooperación técnica del IICA**. *Instituto Interamericano de Cooperación Agrícola IICA*, [s.l.], 2016.

CABEZAS, S. T. C. **Desmitificando la agricultura familiar en la economía rural boliviana: caracterización, contribución e implicaciones**. La Paz: [s.n.], 2021. ISBN: 978-9917-603-13-9.

CALVO, A. **La tecnología en la agricultura: ¿Cómo me beneficia?** *Agroptima*. 2019. Disponible em: <https://blog.agroptima.com/es/blog/tecnologia-agricultura-beneficios/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 21/jan./25.

CAMACHO, E. C. **Tecnologías ancestrales y reducción de riesgos del cambio climático**. [s.l.]: [s.n.], 2009.

CAMPAGNOLLA, C.; MACÊDO, M. M. C. **Revolução Verde: passado e desafios atuais**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, [s.l.], v. 39, n° 1, p. 26952, 2022. DOI: 10.35977/0104-1096.cct2022.v39.26952.
<https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2022.v39.26952>

CARDESA-SALTZMANN, A.; PIGRAU, A. **La agenda 2030 y los objetivos para el desarrollo sostenible. Una mirada crítica sobre su aportación a la gobernanza global en términos de justicia distributiva y sostenibilidad ambiental**. *Revista Española de Derecho Internacional*, [s.l.], v. 69, n° 1, p. 279–285, 2017. ISSN: 00349380, DOI: 10.17103/redi.69.1.2017.2.02.
<https://doi.org/10.17103/redi.69.1.2017.2.02>

CEPAL; FAO; IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2019-2020**. San José de Costa Rica: [s.n.], 201a. 144 p. ISBN: 9789292488666.

CHAMBERS, R. **Rural development : putting the last first**. [s.l.]: Longman, 1984. 246 p. ISBN: 0582644437.

DÁVALOS, A. **Políticas públicas de seguridad alimentaria con soberanía en Bolivia**. La Paz: [s.n.], 2013.

ECHEVERRI PERICO, Rafael.; PILAR RIBERO, M. . **Nueva ruralidad : visión del territorio en América Latina y el Caribe**. [s.l.]: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura : Centro Internacional de Desarrollo Rural : Corporación Latinoamericana Misión Rural, 2002. 207 p. ISBN: 9589328407.

ELLIS, F.; BIGGS, S. **Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s**. Em: *Development Policy Review*. [s.l.]: Overseas Development Institute, 2001.
<https://doi.org/10.1111/1467-7679.00143>

EMAPA. **EMAPA**. [s.d.]. Disponible em: <<https://emapa.gob.bo/mision-y-vision/>>.

EYZAGUIRRE, J. L. **Importancia socioeconómica de la agricultura familiar en Bolivia.** [s.l.]: Tierra, 2015.

FAO. **Agricultura Familiar En América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política.** [s.l.]: [s.n.], 2014. ISBN: 9789253083640.

FAO. **Panorama de la Inseguridad Alimentaria en América Latina y el Caribe.** [s.l.]: [s.n.], 2015. ISBN: 9789253087822.

FAO, O. de las N. U. para la A. y la A. **Reseña de agricultura familiar Bolivia.** [s.l.]: [s.n.], 2022.

FAO/BID. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe.** [s.l.]: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 2007. 145 p. ISBN: 9789253057832.

FERNANDEZ, E. **Capítulo 3: La sociedad rural y la nueva ruralidad.** *El campo uruguayo. Una mirada desde la sociología rural.* [s.l.]: Stationery Office, 2008. ISBN: 8888888888.

FIDA. **Programa de Inclusión Económica para Familias y Comunidades Rurales en el Territorio del Estado Plurinacional de Bolivia (ACCESOS) con financiación proveniente del Programa de Adaptación para la Agricultura en Pequeña Escala (ASAP).** [s.l.]: [s.n.], 2013.

FIDA. **Invertir en la población rural en Bolivia.** Em: *FIDA*. [s.l.]: [s.n.], 2016.

FIDA. **Programa de Inclusión Económica para Familias y Comunidades Rurales en el Territorio del Estado Plurinacional de Bolivia (ACCESOS) Informe Final.** [s.l.]: [s.n.], 2021.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. **O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR: RETROCESSOS DO PRESENTE.** *Revista Grifos*, [s.l.], v. 30, nº 54, p. 73–93, 2021. DOI: 10.22295/grifos.v30i54.5919.

<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5919>

GRISA, C.; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar: de los conceptos a las políticas públicas en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile: [s.n.], 2019.

GUINJOAN, E.; BADIA, A.; TULLA, A. F. **The new paradigm of rural development. Theoretical considerations and reconceptualization using the “rural web”.** *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, [s.l.], v. 2016, nº 71, p. 179–204, 2016. ISSN: 26053322, DOI: 10.21138/bage.2279.

<https://doi.org/10.21138/bage.2279>

GURRÍA, M. **El Turismo Rural Sostenible como una oportunidad de desarrollo de las pequeñas comunidades de los países en desarrollo.** *Kiskeya Alternative Destination*, [s.l.], p. 1–10, 2000.

GUZMAN CASADO, G. I.; MOLINA, M. G.; GUZMAN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Mundi-Prensa ed. Madrid, Barcelona, Mexico: [s.n.], 2000.

HENDEL, V. **Las políticas de desarrollo rural en América Latina. Un análisis a la luz de la experiencia boliviana reciente.** *Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (IDeAS)*, [s.l.], v. 5, p. 10–29, 2011.

HILLENKAMP, I. **Sujeitos políticos da economia solidária e comunitária na Bolívia: tendências e modelos do setor camponês-indígena.** *Ciências Sociais Unisinos*, [s.l.], v. 52, nº 3, 2016. DOI: 10.4013/csu.2016.52.3.02.
<https://doi.org/10.4013/csu.2016.52.3.02>

HUASCO, J. **Sistematización de los resultados alcanzados por el programa de inclusión económica para familias y comunidades rurales en 14 municipios de los departamentos de La paz y Oruro.** - UMSA, 2022.

IBISCH, P. L.; MÉRIDA, G. **Biodiversidad : la riqueza de Bolivia. Estado de conocimiento y conservación.** Santa Cruz: Editorial FAN, 2003. 638 p. ISBN: 9990566259.

IICA. **Nueva Ruralidad: El Desarrollo Rural Sostenible en el Marco de una Nueva Lectura de la Ruralidad.** Ciudad de Panamá: IICA, Consorcio Técnico, Area de Políticas y Comercio, 2000. ISBN: 929039451X.

INE. **Censo Agropecuario 2013 Bolívia.** [s.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <www.ine.gob.bo>.

KAGEYAMA, A. **DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITO E MEDIDA.** *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, [s.l.], v. 21, nº 3, p. 379–408, 2004.

LIENDO, R. **La agricultura familiar en la seguridad y soberanía alimentaria de Bolivia.** La Paz: [s.n.], 2014. Disponível em: <www.sudamericarural.org>.

LONG, A.; PLOEG, J. VAN DER. **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development.** [s.l.]: [s.n.], 1994. 1–7 p.

MARCA, S. **Políticas públicas para la agricultura familiar. El caso Bolivia.** [s.l.]: [s.n.], 2019. ISBN: 9789974614949.

MARQUES, H. **A QUESTÃO AGRÁRIA NA BOLÍVIA.** *Retratos de Assentamentos*, [s.l.], v. 2, 2014.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE Y AGUA. **V INFORME NACIONAL CONVENIO DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA.** [s.l.]: [s.n.], 2015.

MORA-ALFARO, J. **Munich Personal RePEc Archive Rural Development and Social Citizenship: Territories, Institutions and Local Actors.** [s.l.]: [s.n.], 2013.

MORALES, M. et al. **Hablemos de tierras: Minifundio, gestión territorial, bosques e impuesto agrario en Bolivia.** Em: MORALES, M. et al. (Orgs.). Plural editores ed. La Paz: Consultora SUR/Reino de los Países Bajos/Plural editores, 2011. ISBN: 9789995413811.

NOGUEIRA, M. E.; URCOLA, M. **Family Farm in the framework of FIDA's rural development programs in the north of Argentina (1991-2014).** *Ager*, [s.l.], v. 2015, n° 19, p. 7–44, 2015. ISSN: 23404655, DOI: 10.4422/ager.2015.01.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Editora Alínea ed. Uberlândia: [s.n.], 2008.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-262-0>

PENGUE, W. A. **La importancia de la Agricultura Familiar en el Desarrollo Rural Sostenible.** *La Tierra. Federación Agraria Argentina*, [s.l.], v. 7426, p. 8, 2005.

PÉREZ, E. **EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO Y LA NUEVA RURALIDAD.** *NÓMADAS (Universidad Central - Bogotá, Colombia)*, [s.l.], v. 20, p. 180–193, 2004.

PEREZ, J. **La política social y el proceso de descentralización en México: Consideraciones a partir del programa de desarrollo humano oportunidades.** 2013.

PEREZ, M. **Sistematización de políticas públicas en Bolivia relativas al desarrollo rural.** La Paz: [s.n.], 2017. ISBN: 9789995488857.

PLOEG, J. D. VAN DER et al. **Rural development: From practices and policies towards theory.** *Sociologia Ruralis*, [s.l.], v. 40, n° 4, p. 391–408, 2000. ISSN: 00380199, DOI: 10.1111/1467-9523.00156.
<https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>

QUISPE, A. **La necesidad de formación de capacidades para la gestión del desarrollo rural territorial.** *Región y Sociedad*, [s.l.], v. 18, 2006.
<https://doi.org/10.22198/rys.2006.36.a588>

RENJEL C, T.; QUEVEDO I, A. **Dotación de tierras agrarias fiscales, en Bolivia. Período 1996 - 2009.** 2011.

RIVERO, A. et al. **Análisis de políticas agropecuarias en Bolivia.** [s.l.]: [s.n.], 2020. 98 p.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; MASSARDIER, G. **Políticas públicas para as agriculturas familiares: existe um modelo latino-americano?** *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. [s.l.]: [s.n.], 2015. p. 595–616. ISBN: 9788538602620.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y El Caribe: balance, desafíos y perspectivas. Resumen ejecutivo**. [s.l.]: Perú (Meynard, 2014).

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. *RURIS (Campinas, Online)*, [s.l.], v. 4, n° 1, 2010. DOI: 10.53000/rr.v4i1.708.
<https://doi.org/10.53000/rr.v4i1.708>

SCHNEIDER, Sergio. **A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe**. *Redes*, [s.l.], v. 21, n° 3, p. 11–33, 2016. ISSN: 1414-7106, DOI: 10.17058/redes.v21i3.8390.
<https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, F. **El concepto de agricultura familiar en América Latina**. Em: CRAVIOTTI, C. (Org.). *Agricultura familiar en Latinoamérica: Continuidades, transformaciones y controversias*. Primera ed. Buenos Aires - Argentina: CICCUS, 2014. p. 25–56.

SERFILIPPI, E.; LOS RIOS, C. DE; CHILD, K. **Historic Approaches and Key Challenges in Rural Development**. [s.l.]: [s.n.], 2018.

SOLIZ, C. **Los retos de la redistribución: Reforma agraria y reconfiguración territorial en Bolivia**. *A contra corriente*, [s.l.], v. 8, n° 1, p. 551–557, 2010.

SOTO, Fernando.; RODRÍGUEZ, Marcos.; FALCONI, Cesar. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe. Resumen ejecutivo**. [s.l.]: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 2007. ISBN: 9789253057801.

SOTOMAYOR, O.; RAMIREZ, E.; MARTINEZ, H. **Digitalización y cambio tecnológico en las mipymes agrícolas y agroindustriales en América Latina**. Santiago: [s.n.], 2021.

TERÁN, R. **El pensamiento agroecológico en las políticas sectoriales de apoyo al desarrollo rural y la dificultad de su escalamiento**. *Revista de Investigación e Innovación Agropecuaria y de Recursos Naturales*, [s.l.], v. 7, p. 134–143, 2020. ISSN: 2518-6868.

TICONA, E. **La Revolución Boliviana de 1952 y los Pueblos Indígenas**. *Temas Sociales*, [s.l.], v. 25, 2004. ISSN: 0040-2915.

TITO, C.; WANDERLEY, F. **Contribución de la Agricultura Familiar Campesina Indígena a la producción y consumo de alimentos en Bolivia**. La Paz: [s.n.], 2021. ISBN: 978-9917-9815-6-5.

TITO-VELARDE, C. **Un estudio exploratorio del rol de las mujeres en la agricultura familiar en Bolivia**. *Revista Latinoamericana de Desarrollo Económico*, [s.l.], v. 19, p. 79–120, 2021. ISSN: 2074-4706.
<https://doi.org/10.35319/lajed.20210461>

TORRES, M. F. DE; ARBELETCHE, P.; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar En Uruguay: Reconocimiento y Políticas Públicas**. *Raíces*, [s.l.], v. 38, 2018.
<https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.42>

TORRICO, J. C. **Desarrollo rural y agroalimentario en Bolivia. Procesos, Problemática y Perspectivas**. Primera ed. [s.l.]: [s.n.], 2014.
URCOLA, M. **Caracterización de la agricultura familiar a partir de un programa de desarrollo rural: El caso de los destinatarios del PRODERNEA (1999-2007)**. *Trabajo y Sociedad*, [s.l.], v. 27, p. 447–473, 2016.

VALENZUELA FERNÁNDEZ, Rodrigo. **Inequidad, ciudadanía y pueblos indígenas en Bolivia**. [s.l.]: CEPAL, División de Desarrollo Social, 2004. 44 p. ISBN: 9213223609.

VARGAS, C. **La definición de política pública**. *Bien Común*, [s.l.], v. 18, p. 47–52, 2012.

VARGAS, J. **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. Em: CIDES, U. (Org.). La Paz: [s.n.], 2003.

VARGAS, M. **Tecnologías para la agricultura biodiversa**. *Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA)*, [s.l.], 2022.

VARGAS, Mario. **Apuntes sobre la agricultura familiar en Bolivia**. [s.l.]: IICA, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2017. 74 p. ISBN: 9789292486938.

VÁZQUEZ, C. E. **El desarrollo territorial rural y el agenciamiento de desarrollo, dos enfoques en la optica de la geografía**. Morelos: [s.n.], 2015.

VELÁSQUEZ, R. **Hacia una nueva definición del concepto “política pública”**. *Desafíos*, [s.l.], v. 20, p. 149–187, 2009.

WANDERLEY, M. **RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO**. [s.l.]: [s.n.], 1999.

WORLD BANK. **Equity and Development. World Development Report 2006**. Washington DC: [s.n.], 2005.

ZEGADA, Alejandro.; ARAUJO, Heber. **Impacto de los sistemas de riego y microriego en tres regiones de Bolivia : estudios de caso en valles interandinos, Altiplano y Chaco boliviano.** [s.l.]: CIPCA, Centro de Investigación y Promoción del Campesinado, 2018. 139 p. ISBN: 9789997498977.